



Design e Paisagem Urbana

~Estratégias de Design para Parques de Goiânia~

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE

MATHEUS LIMA DA SILVA
Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Rosane Costa Badan

Design e Paisagem Urbana

~Estratégias de Design para Parques de Goiânia~

GOIÂNIA | 2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:


Nome completo do autor: Matheus Lima da Silva

Título do trabalho: Design e Paisagem Urbana – Estratégias de Design Para Parques de Goiânia


3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e, de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 03 / 04 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE

MATHEUS LIMA DA SILVA
Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Rosane Costa Badan

Design e Paisagem Urbana

~Estratégias de Design para Parques de Goiânia~

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da professora Dra. Rosane Costa Badan, para obtenção do título de mestre. Linha de pesquisa: Processos e Tecnologias de Projeto e Planejamento.

Áreas de Concentração: Design e Arquitetura

GOIÂNIA | 2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Lima da Silva, Matheus
Design e Paisagem Urbana [manuscrito] : Estratégias de Design
Para Parques de Goiânia / Matheus Lima da Silva. - 2018.
217 f.

Orientador: Profa. Dra. Rosane Costa Badan.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura - Projeto e Cidade, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

Inclui mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Design. 2. Parques Urbanos. 3. Comportamento Social. 4.
Estratégias de Design. I. Costa Badan, Rosane, orient. II. Título.

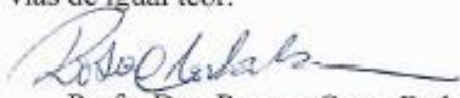
CDU 72

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE
Campus Samambaia, Av. Esperança, s/nº - Campus Universitário - CEP: 74.690-900, Goiânia/GO.
Fones: (62) 3521-1413 www.fav.ufg.br/projetoecidade

Ata nº 02/2018 da reunião da banca examinadora da defesa de dissertação de **MATHEUS LIMA DA SILVA** - Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito (23/03/2018), às 09h30min, no auditório da Faculdade de Artes Visuais da UFG, Campus Samambaia, foi realizada a sessão pública de avaliação da dissertação intitulada "Design e paisagem urbana – estratégias de design para parques de Goiânia", em nível de Mestrado, área de concentração em Projeto, Teoria, História e Crítica, linha de pesquisa em Processos e Tecnologias de Projeto e Planejamento, de autoria de **MATHEUS LIMA DA SILVA**, discente do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás. A banca examinadora foi composta pela Profa. Dra. Rosane Costa Badan (PPGPC/UFG), orientadora e presidente da sessão; pela Profa. Dra. Christine Ramos Mahler (PPGPC/UFG) e pelo Prof. Dr. Carlos Gustavo Martins Hoelzel (FAV/UFG). A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Rosane Costa Badan, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra a seguir, foi concedida ao autor da dissertação que em 20 minutos procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu o examinando. Terminada a arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº. 1488/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, a dissertação foi considerada

APROVADA, com as seguintes observações da banca examinadora: APREIHORAMENTO DA CONCLUSÃO DE ACORDO COM OS RESULTADOS E OBSERVAÇÕES DA BANCA.

Cumpridas as formalidades de pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Rafael Argôlo Coelho, secretário do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em quatro vias de igual teor.



Prof. Dra. Rosane Costa Badan
Presidente - PPGPC/UFG



Prof. Dra. Christine Ramos Mahler
PPGPC/UFG



Prof. Dr. Carlos Gustavo Martins Hoelzel
FAV/UFG

O TEMPO NOS PARQUES

*O tempo nos parques é íntimo, inadiável, imparticipante, imarcescível.
Medita nas altas frondes, na última palma da palmeira
Na grande pedra intacta, o tempo nos parques.
O tempo nos parques cisma no olhar cego dos lagos
Dorme nas furnas, isola-se nos quiosques
Oculta-se no torso muscular dos fícus, o tempo nos parques.
O tempo nos parques gera o silêncio do piar dos pássaros
Do passar dos passos, da cor que se move ao longe.
É alto, antigo, presciente o tempo nos parques
É incorruptível; o prenúncio de uma aragem
A agonia de uma folha, o abrir-se de uma flor
Deixam um frêmito no espaço do tempo nos parques.
O tempo nos parques envolve de redomas invisíveis
Os que se amam; eterniza os anseios, petrifica
Os gestos, anestesia os sonhos, o tempo nos parques.
Nos homens dormentes, nas pontes que fogem, na franja
Dos chorões, na cúpula azul o tempo perdura
Nos parques; e a pequenina cutia surpreende
A imobilidade anterior desse tempo no mundo
Porque imóvel, elementar, autêntico, profundo
É o tempo nos parques.*

Vinícius de Moraes



DEDICATÓRIA

*Ao meu pai, que foi exemplo de caráter;
À minha mãe, que sempre me deu a liberdade de escolher meus próprios caminhos;
Aos meus irmãos, por se fazerem presentes nos momentos necessários;
E aos meus verdadeiros amigos, simplesmente por serem verdadeiros amigos*



AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro Marcus Vinícius, por ter me incentivado e inspirado a dar o primeiro passo desta jornada. Aos mestres e servidores do Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade, pois sem o compartilhamento do saber, não haveria avanço. À Rosane Badan, orientadora desta pesquisa, que além de uma mente de brilhante, possui um coração imenso. Aos membros da banca de qualificação, Prof^o. Dr^o. Fábio Lima e Prof^a. Dr^a. Christine Ramos Mahler, que contribuíram com importantes reflexões para este trabalho. E às colegas de estudos por partilharem as experiências e tornarem o trajeto mais afável.

RESUMO

Esta pesquisa aborda os parques de Goiânia como parte da paisagem urbana contemporânea e como um elemento arquitetônico de produção de cidadania. Nela dedica-se a investigar a natureza destes ambientes através da ótica do design. Observa-se que mesmo sendo um espaço de caráter público, os parques urbanos apresentam agregações e segregações entre seus usuários. Em consequência a isto é possível notar que alguns comportamentos são desvirtuados, gerando tanto interações quanto conflitos no que diz respeito ao funcionamento destes ambientes. Ao que tudo indica, a atual configuração física dos parques tem contribuído para estes comportamentos. Emerge-se, então, a hipótese de que através da criação de estratégias de design, o convívio das pessoas pode ser efetivamente acionado no que tange a produção de cidadania. Tendo em vista este preceito, o objetivo é buscar compreender o funcionamento dos parques urbanos contemporâneos e identificar como o espaço físico constituído interfere no comportamento social, a fim de transformar sua função primordial que é o uso do ambiente de modo coletivo, porém com pertencimento. A metodologia baseia-se em uma abordagem histórica e qualitativa, por intermédio da análise de parques que apresentam estruturas morfológicas semelhantes. A expectativa é que essas estratégias de design, possam direcionar seu 're-funcionamento' em prol da interação entre os usuários.

Palavras Chaves: Design; Parques Urbanos; Comportamento Social; Estratégias de Design.

ABSTRACT

This research approaches Goiânia's parks as part of the contemporary urban landscape and as an architectural element of citizenship production. It investigates the nature of these environments through the design optics. It was observed that even being a public space, the urban parks present aggregations and segregations in its uses. In response to this, it is possible to notice that some of these behaviors are detracted, generating interactions and conflicts in the functioning of these environments. Apparently, the current physical distribution of the environment has contributed to this behavior. The hypothesis is that through design strategies, people's interaction can be effectively triggered for the production of citizenship. By this perspective, the aim was to understand the functioning of contemporary urban parks and to identify how the space interferes in social behavior, in order to recover their primary function, which is the use of the environment in a collectively way, but with belonging. The methodology is based on a historical and qualitative approach, through the analysis of parks that present similar morphological structures. The expectation is that these design strategies can direct their 're-operation' in favor of interaction among users.

Key-words: Design; Urban Parks; Social Behavior; Design Strategies.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE QUADROS E TABELAS	15
LISTA DE SIGLAS	15
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
1. O PARQUE E A PAISAGEM URBANA CONTEMPORÂNEA	30
1.1. Aspectos Históricos dos Parques Urbanos	37
1.2. Os Parques no Planejamento Urbano de Goiânia.....	44
1.3. O Bosque dos Buritis e o Parque Flamboyant	48
2. COMPORTAMENTOS SOCIAIS EM PARQUES PÚBLICOS CONTEMPORÂNEOS	58
2.1. Comportamento Social e Percepção Ambiental em Parques Urbanos	61
2.2. Usos e Usuários dos Parques em Goiânia	66
2.3. Análise Comportamental Bosque dos Buritis e Parque Flamboyant	73
3. ESTRATÉGIAS DE DESIGN EM PARQUES URBANOS.....	89
3.1. Diagnóstico e Apontamento de Problemas.....	95
3.2. Estratégias e Caminhos Para Soluções	101
3.3. Utopias e Designs Possíveis	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	DESCRIÇÃO – FONTE	PÁGINA
01	Morfologia dos parques de Goiânia - Elaboração do autor. (2016)	28
02 e 03	<i>Parc Monceau</i> , Paris, agosto 2006 - <i>Paris official website</i> Adaptado pelo autor. (2017)	39
04 e 05	<i>Central Park</i> , Nova Iorque - <i>The official website of Central Park</i> . Adaptado pelo autor. (2017)	39
06 e 07	Parque do Flamengo, Rio de Janeiro (1965/2014) - www.archdaily.com.br . Adaptado pelo autor. (2017)	42
08, 09 e 10	Diagramas de Howard - www.vitruvius.com.br . Adaptado pelo autor. (2017)	45
11	Esquema de Localização - Elaboração do autor. (2017)	48
12	Doações de áreas do Bosque dos Buritis e parcelamento do Setor Oeste - AMMA, Org. MOTA. (2012)	49
13	Projeto paisagístico Fernando Chacel, 1972. - AMMA, Org. MOTA. (2012)	50
14 e 15	Equipamentos Bosque dos Buritis - Acervo do autor. (2017)	51
16	Entorno Bosque dos Buritis – Google Earth. (2017)	52
17 e 18	Aérea do Parque Flamboyant e entorno – 1968 e 1991 – SEPLAM. (2012)	53
19	Entorno Parque Municipal Flamboyant – Google Earth. (2017)	54
20 e 21	Comércio Parque Municipal Flamboyant - Acervo do autor. (2017)	55
22	Mapa Bosque dos Buritis - Elaboração do autor. (2017)	56
23	Mapa Parque Flamboyant - Elaboração do autor. (2017)	57
24	Gráficos de frequência Bosque dos Buritis e Parque Flamboyant – Google adaptado pelo autor. (2018)	67
25	Mapa frequência por grupos Bosque dos Buritis - Elaboração do autor. (2017)	71
26	Mapa frequência por grupos Parque Flamboyant - Elaboração do autor. (2017)	72
27	Observação Bosque dos Buritis – Acervo do autor. (2017)	73
28	Observação Bosque dos Buritis – Acervo do autor. (2017)	74
29 e 30	Observação Bosque dos Buritis – Acervo do autor. (2017)	75
31 e 32	Observação Bosque dos Buritis – Acervo do autor. (2017)	75
33	Observação Parque Flamboyant – Acervo do autor. (2016)	76
34	Observação Parque Flamboyant – Acervo do autor. (2017)	77
35 e 36	Observação Parque Flamboyant – Acervo do autor. (2017)	78
37 e 38	Observação Parque Flamboyant – Acervo do autor. (2017)	79

39 e 40	Observação Parque Flamboyant – Acervo do autor. (2017)	79
41	Mapeamento comportamental do Bosque dos Buritis - Elaboração do autor. (2017)	80
42	Mapeamento comportamental do Parque Flamboyant - Elaboração do autor. (2017)	81
43	Mapeamento comércio Bosque dos Buritis - Elaboração do autor. (2017)	83
44	Mapeamento comércio Parque Flamboyant - Elaboração do autor. (2017)	84
45	Observação Parque Flamboyant – Acervo do autor. (2017)	85
46	Mapeamento agregações e segregações do Parque Flamboyant - Elaboração do autor. (2017)	88
47	Mapeamento agregações e segregações Bosque dos Buritis - Elaboração do autor. (2017)	89
48	Esquema metodológico de Design de Bürdek (1975)	92
49	Esquema metodológico de Design de Bruno Munari (1981)	92
50	Esquema metodológico de Design de Inês Secca Ruivo (2010)	94
51	Lixo no Parque Flamboyant – Acervo do autor. (2017)	97
52, 53 e 54	Padronização dos equipamentos urbanos na sinalização do Bosque dos Buritis em relação à sinalização do Parque Flamboyant – Acervo do autor. (2017)	99
55 e 56	Equipamentos urbanos deteriorados, Parque Flamboyant - Acervo do autor. (2017)	100
57	Previsão de instalação de luminárias no Bosque dos Buritis - Acervo do autor. (2017)	100
58 e 59	Aglomerado de condomínios verticais no Parque Flamboyant - Acervo do autor. (2017)	101
60	Referencial simbólico da cultura local - Acervo do autor. (2017)	103
61, 62 e 63	Identidade <i>High Line Park</i> , Nova Iorque - Adaptado pelo autor. (2016)	104
64	Estação Tubo, Curitiba - Adaptado pelo autor. (2016)	105
65 e 66	Design Bancos na Midiateca de Sendai. Autor: Toyo Ito. Adaptado pelo autor. 2017	106
67	Exposição de arte da artista Ai Weiwei (<i>Gilded Cage, Good Fences Make Good Neighbors</i>). <i>Central Park</i> , Manhattan, New York. Adaptado pelo autor. (2017)	108
68 e 69	<i>High Line Park</i> : Luzes como elemento de sinalização - Adaptado pelo autor. (2017)	109
70 e 71	<i>City Hall Park Viena</i> : Redes durante o verão - Adaptado pelo autor. (2017)	109
72	Apresentação Orquestra Filarmônica de Goiás no Parque Flamboyant - Acervo do autor. (2017)	110
73	Interligações Parques e Praças de Goiânia – Adaptado pelo autor. (2017)	113

74 e 75	Parque Linear <i>Cheonggyecheon</i> , Seul - Revista AU – Adaptado pelo autor. (2017)	113
76 e 77	Simulação de totens fotográficos criado por Tânia Alexandre Pereira – Adaptado pelo autor. (2017)	115
78	Designs Possíveis – Adaptado pelo autor. (2018)	116

LISTA DE QUADROS E TABELAS


QUADRO	DESCRIÇÃO – FONTE	PÁGINA
01	Quadro de Visitações Bosque dos Buritis – Setembro de 2016	68
02	Quadro de Visitações Bosque dos Buritis – Janeiro de 2017	68
03	Quadro de Visitações Bosque dos Buritis – Abril de 2017	68
04	Quadro de Visitações Bosque dos Buritis – Junho de 2017	69
05	Quadro de Visitações Parque Flamboyant – Setembro de 2016	69
06	Quadro de Visitações Parque Flamboyant – Janeiro de 2017	69
07	Quadro de Visitações Parque Flamboyant – Março de 2017	69
08	Quadro de Visitações Parque Flamboyant – Junho de 2017	70
09	Ações Estratégicas de Design	119

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMMA	Agência Municipal do Meio Ambiente
CAU-GO	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás
CLA	Centro Livre de Artes
COMURG	Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia
MAG	Museu de Arte Goiana
PAVICAP	Superintendência de Pavimentação e Obras da Capital
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo



Considerações Iniciais



Esta pesquisa tem como palco os parques urbanos de Goiânia, capital do estado de Goiás, projetada na década de 1930 e programada urbanisticamente para ter muitas áreas verdes entremeadas à sua malha. No presente contexto, estas áreas verdes podem ser consideradas como um local de refúgio à agitação da vida urbana, se materializando, por exemplo, em forma de reservas ecológicas, praças e parques. Estas estruturas atuam como um membro da paisagem contemporânea e também como um elemento arquitetônico de produção de cidadania.

Ao investigar a natureza destes ambientes através da ótica do design, nota-se que, mesmo sendo espaços que compõem a paisagem urbana, notoriamente de uso público, eles apresentam problemas relacionados ao comportamento social de seus frequentadores, o que faz com que seus usos também sejam desvirtuados. Estes comportamentos, em especial as agregações e segregações, podem ser apontados como responsáveis pela geração de conflitos e desordens no funcionamento destes espaços. A partir disto, faz-se importante saber mais sobre essas agregações e segregações, bem como sobre suas consequências.

Georg Simmel (2005) trata das interações sociais nos espaços públicos em um dos seus textos sobre sociologia urbana. Baseado no caráter dessas interações, o autor (2005) aponta que ruas, praças e parques figuram como espaços públicos 'vivos', ao ponto em que shoppings, condomínios e outros espaços privatizados aparecem como espaços públicos 'mortos'. Ainda no que se refere às interações, aponta-se que elas possuem origens com múltiplas variáveis.

Toda a organização interior de uma vida de circulação ampliada de tal modo baseia-se em uma gradação extremamente multifacetada de simpatias, indiferenças e aversões, das mais efêmeras como das mais duradouras. A esfera da indiferença não é assim tão grande como parece superficialmente; a atividade de nossa alma responde, contudo, a quase toda impressão vinda de outro ser humano com uma sensibilidade determinada de algum modo, cujas inconsciência, fugacidade e mudança parece suprimi-la em uma indiferença (SIMMEL, 2005. p. 7).

A partir do exposto, entende-se que as interações entre indivíduos são o gatilho para as agregações em ambientes como parques urbanos. Segundo Simmel (2005), elas são motivadas, por exemplo, pela existência de uma atmosfera favorável, que contribua para que ambas as partes estejam dispostas a se relacionar e pela garantia de liberdade pessoal, onde uma das partes não invada o espaço da outra. Infere-se ainda que essas agregações podem ser potencializadas pela configuração física do espaço e pela ocorrência de eventos que capturem o interesse dos envolvidos.

Em contrapeso às agregações, Villaça (2001) afirma que existem segregações sociais e que elas podem ser das mais variadas naturezas. Essas segregações se tornam mais visíveis nas metrópoles brasileiras, principalmente as que são relacionadas a classes socioeconômicas, etnias ou nacionalidades.

[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole (VILLAÇA, 2001, p. 142).

Entretanto, nesta pesquisa o termo segregação faz referência ao seu aspecto mais genérico, que remete ao ato de separar, isolar, afastar ou desunir. Estes aspectos são contextualizados ao comportamento social observado nos parques e a partir desta

observação também é possível perceber as possíveis origens e motivações dessas segregações.

As segregações são tratadas em duas vertentes. A primeira vertente traz as segregações não danosas, que são aquelas que não provocam prejuízos físicos ou morais para os usuários dos parques. A segunda vertente aborda as segregações danosas, que ao contrário da primeira, prejudicam física ou moralmente os cidadãos e o funcionamento dos parques públicos.

Um exemplo do contexto segregacionista nos parques públicos de Goiânia pode ser notado através de alguns usos específicos. É possível constatar que pessoas de idade mais avançada preferem praticar atividades físicas nos parques públicos logo nas primeiras horas do dia, enquanto que os mais jovens preferem o final da tarde e o início da noite. Um dos possíveis motivos para que esse comportamento exista é o de que estes dois grupos não compartilham das mesmas preferências, ou até mesmo que um deles evite a presença do outro.

Outro exemplo que evidencia este contexto é a atuação de comerciantes irregulares que aproveitam da alta frequência de público dos parques para vender balões, pipocas, algodões-doces e até mesmo serviços como passeios de bicicleta e aluguel de equipamentos de recreação. Estes comerciantes apresentam um comportamento segregado quando comparado ao do comércio regular.

Vale ressaltar que os exemplos citados elencam segregações não danosas. Todavia, existem, no mesmo cenário, várias outras ocorrências de segregações que geram danos e apresentam grandes riscos aos cidadãos frequentadores, como por exemplo, o tráfico de drogas, a prostituição e os atos de atentado ao pudor - todos possivelmente gerados pela marginalidade dos praticantes, o que ameaça a produção de cidadania nestes ambientes.

Nestas circunstâncias, o papel da cidadania está atrelado ao conceito de espaço público, uma vez que a formação do cidadão depende do meio em que vive e, em contrapartida, o espaço público depende dos cuidados dos seus usuários.

Para Jaime Pinsky (2005, p.10), o conceito de cidadania não é estático, pois “varia com o decorrer dos tempos e se modifica de acordo com o plano de fundo histórico de cada

país”. Com base nisto, novos valores são constantemente incorporados ao conceito de cidadania que, por sua vez, é paulatinamente construído.

Admite-se que o conceito de cidadania engloba a satisfação dos direitos humanos. Este ponto de vista se conforma ao pensamento de Hannah Arendt (apud LAFER, 1997), que interpreta a cidadania da seguinte maneira:

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direito dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso a um espaço público comum. [...] é esse acesso ao espaço público [...] que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos. (LAFER, 1997. s/p.).

Diante do exposto, aponta-se que a proposta desta dissertação é abordar os comportamentos sociais nos parques, identificando como os elementos de design e arquitetônicos ali inseridos interferem na geração de agregações e/ou segregações.

Assim sendo, o design desponta como uma ferramenta capaz de direcionar a situação segregacionista na busca de desfechos e soluções. A esse respeito, Dijon De Moraes (2010) contextualiza a potencialidade do design ao afirmar que:

O conhecimento do design é um conhecimento que designers e não designers (indivíduos, comunidades, instituições, empresas) podem usar em seus processos de ‘designing e codesigning’. Em termos práticos, é um conjunto de visões, propostas, ferramentas e reflexões: para estimular e direcionar discussões, para ser aplicado em uma variedade de projetos específicos, para ajudar a entender o que estamos fazendo e o que podemos fazer (Conferência Internacional de Pesquisa em Design, Torino, 2008, Apud: DE MORAES, 2010. p.7)

Tendo isto em vista, o objetivo primário da pesquisa é compreender o funcionamento dos parques urbanos contemporâneos em Goiânia e apontar quais são os cenários de agregação e/ou segregação neles existentes, a fim de reforçar sua função primordial que é o uso do ambiente de modo coletivo.

Elencam-se como objetivos secundários, identificar fatores históricos que influenciam a morfologia dos parques adotados como objeto de estudo; delinear mapas que apresentem e analisem o espaço dos parques adotados como estudo de caso, bem como

seu entorno imediato, além de apontar os mobiliários, comportamentos, comércios regulares e irregulares etc.; realizar estudos de etnografia; e formular estratégias de design que relacionem os comportamentos sociais com o espaço físico existente.

Ao que parece, os comportamentos socioespaciais, tais como as agregações e segregações que são observados nos parques urbanos de Goiânia, são motivados pela atual configuração do seu espaço físico. Desta forma, a hipótese que emerge é que a formulação de estratégias de design pode gerar resultados positivos no que diz respeito ao re-funcionamento destes espaços, motivando os usos coletivos e a interação entre seus usuários.

A expectativa é que, compreendendo a interdisciplinaridade do design e da arquitetura, focando na valorização dos parques enquanto parte da paisagem urbana e também como promotor de cidadania, pode-se potencializar as agregações e minimizar as segregações existentes nestes ambientes, tornando-os mais seguros, flexíveis e funcionais. Além disso, a partir das estratégias de design formuladas, espera-se tornar esses espaços públicos mais efetivos no que tange a produção de cidadania.

Uma dessas estratégias, por exemplo, contempla incentivar uma maior frequência de usuários nos parques, haja vista que isso proporciona segurança às pessoas pelo próprio aumento do público local, podendo estimular outras atividades, inclusive de cunho criativo (Lynch, 1960). Ações desse gênero promovem qualidade de vida e qualidade territorial, além de gerar movimentos sociais que podem ser apontados como culturalmente expressivos (GHIEL, 2015).

Considerando que os parques urbanos exercem funções sociais e ecológicas na cidade e desempenham um papel fundamental na composição da paisagem urbana, é importante conhecer as particularidades dos mesmos. Só assim é possível entender como o design atua neste contexto.

O entendimento do que vem a ser paisagem urbana é de grande relevância, uma vez que esta apresenta uma gama de sentidos adotados por diferentes campos do conhecimento. A História e a Sociologia, por exemplo, tratam de paisagem urbana como sendo os ambientes das revoluções, como definições de espaços que são públicos ou privados, ou ainda, como organização dos locais definidos como de lazer, moradia ou

trabalho. Já a Literatura entende paisagem como uma moldura para os relatos ou como um meio subjacente que define seus personagens. Divergindo a isto, a Geografia relaciona paisagem como sendo a predominância de um determinado tipo de relevo e com o seu meio natural em si.

De acordo com Myanaki (2003), *paysage, paesaggio, paisaje e paisagem* são termos contemporâneos e caracterizam o momento em que a 'paisagem' começa a ser explorada por artistas, estando, portanto, mais próxima das artes plásticas do que das demais áreas. Na concepção de Castro (2002), paisagem é o resultado das representações do imaginário social, com valores simbólicos intrínsecos e se apresenta simultaneamente como real e como representação.

Para Kevin Lynch (2011, p.1), a paisagem urbana é “algo a ser visto e ser lembrado, como um conjunto de elementos que nos dê prazer”. Utilizando as teorias de Lynch, Penerai (2006) organiza os elementos marcantes da paisagem urbana em duas vertentes: a primeira é a da análise visual que compreende a percepção de elementos sensíveis, como marcos, percursos, pontos nodais, setores, etc.; a segunda é a da análise sequencial, abrangendo as modificações do campo visual, como parâmetros de percepção do urbano, do ponto de fuga, enquadramento, bloqueio visual, entre outros.

Já no entendimento de Roberto Burle Marx, existem dois tipos de paisagem: a natural e a humanizada. A natural consiste na paisagem intocada, que ainda não tenha sofrido interferências humanas. Em contrapartida, a paisagem humanizada corresponde àquela resultante das necessidades impostas pelos homens (LEENHARDT, 1994).

Outro aspecto relevante é a conexão existente entre o homem e a paisagem. Boullón (2002, p.120) afirma que esta conexão “estabelece uma dependência do objeto em relação ao sujeito porque, definitivamente, é este quem determina, mediante seu próprio juízo, se o objeto possui ou não qualidade estética”. Dito isto, é possível afirmar que a concepção do que vem a ser paisagem se firma cada dia mais como “um mosaico de elementos naturais e não naturais passíveis de serem captados pelos sentidos humanos” (POLETTE, 1999. p.85).

À vista disso, pode-se analisar a paisagem urbana por meio de sua morfologia, uma vez que ela é constituída por elementos que se materializam e se articulam entre si como

espaços livres, volumes urbanos, relevo, vegetação, águas, construções e também pelo comportamento dos seres humanos, que intervêm de forma expressiva nas cidades (MACEDO, 1999).

Santos (1997) acredita que a paisagem urbana materializa o espaço, a escala e o tempo, ao expressar as diversas relações entre o homem e a natureza, de forma a se tornar transtemporal, ou seja, representar diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade.

Já Macedo (1999) define a paisagem urbana como a expressão morfológica das fases de ocupação e de transformação de um lugar, em um determinado tempo. Apresenta-se relacionada à percepção humana e à ótica social, por isso, a interpretação, representação e a leitura de uma paisagem ocorrem segundo um observador e uma escala. Pode ser considerada como um sistema, pois qualquer ação sobre ela ocorrida resulta em uma determinada reação que por sua vez, altera a sua morfologia e, ao mesmo tempo, pode ser considerada como um produto, pois resulta de um processo social de ocupação e de gestão de um determinado espaço urbano.

Na visão de Gomes (1996), a paisagem restringe-se às formas, aos aspectos visíveis excluindo os fatos imateriais das atividades realizadas pelos indivíduos. Milton Santos (2006) esclarece conceitos relativos à paisagem recorrendo a fontes da geografia. Ele conceitua paisagem como sendo

[...] o conjunto de formas que, num determinado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. [...] A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abraçar com a visão (SANTOS, 2006. p.66-67).

Para Lynch (1960, p. 144), “a organização simbólica da paisagem pode ajudar a diminuir o medo e a estabelecer uma relação emocionalmente segura entre o homem e seu ambiente total”. O entendimento dos conceitos de paisagem é primordial nesta abordagem, pois a partir dele serão estabelecidos dois eixos de leitura no campo teórico: a noção de espaço urbano e a noção de ambiente.

Quanto ao espaço urbano, este pode ser definido como um conjunto de diferentes usos da terra, justapostos entre si. A esse respeito, Roberto Lobato Corrêa (1995) afirma que o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas.

Em contrapartida, para a autora Maria Luisa Trindade Bestetti (2014),

O termo ambiência tem origem do francês “ambiance” e pode ser também traduzido como meio ambiente. Para melhor compreensão da sua abrangência, podemos afirmar que não é composto somente pelo meio material onde se vive, mas pelo efeito moral que esse meio físico induz no comportamento dos indivíduos. De acordo com o dicionário Aurélio, é o espaço, arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas. (BESTETTI, 2014. p.602)

Ainda na concepção da autora (2014), a noção do ambiente ao qual se está inserido, seja ele construído ou não, lança estímulos que podem ser agradáveis ou não, causando uma sensação de desconforto caso haja grande disparidade com os limites do corpo humano. Outro aspecto que deve ser observado são as experiências culturais do indivíduo que irão determinar o que lhe é agradável ou não, pois as escolhas dependem da história de cada um.

Organizando em campos genéricos, pode-se dizer que o espaço urbano está ligado ao seu uso enquanto o ambiente está ligado à sua atmosfera. Outro ponto comparativo que exemplifica essa relação é que o espaço urbano está diretamente associado à materialidade e, por conseguinte, à arquitetura; enquanto que o ambiente está associado à imaterialidade e, por sua vez, ligado ao design e à filosofia.

O parque é uma estrutura que deve ser analisada tanto no âmbito do seu espaço físico, quanto no espectro de seu ambiente, uma vez que os dois estão intimamente relacionados. Cabe trazer, então, o conceito de parque urbano para que se possa clarificar o campo estudado.

Lima (1994) conceitua os parques urbanos como sendo áreas verdes, com função ecológica, estética e de lazer, mas com uma extensão maior que as praças e os jardins públicos. No mesmo aspecto de conceituação, Kliass (1993) afirma que eles são espaços

públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação. Para Macedo e Sakata (2003) é considerado parque

todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO E SAKATA, 2003. p.14).

No que tange o uso do parque urbano, o urbanista Kevin Lynch (1960) explica que a experiência ambiental com a participação ativa do usuário pode até ser 'previsível' em seus percursos e usos-padrão na etapa do planejamento e levantamento do projeto, mas, na prática, é autônoma e, portanto, 'não controlável'. A autonomia que o visitante ou usuário exerce é uma característica de um espaço público livre, como a que existe, por exemplo, nos parques urbanos.

Inclusive, esta autonomia existente nos parques urbanos estabelece um diálogo com a fruição do ambiente, fazendo com que o usuário aponte sugestões de uso e conduta, entretanto aceita a interação e escolhas destes mesmos usuários de uma maneira muito casual. Lynch (1960) exemplifica isso com a normativa de 'não pise na grama', onde a mensagem é clara, mas se o usuário quiser pisar, nada irá impedi-lo além do constrangimento social.

No que diz respeito ao histórico desta estrutura urbanística, é possível afirmar que a configuração dos parques urbanos sofreu diversas formatações no decorrer do tempo e que o seu surgimento remonta o período renascentista, mais especificamente nas cidades italianas e francesas com o início da configuração da estrutura urbana de acordo com suas necessidades e demandas. O objetivo era aproximar a presença de elementos naturais às vilas, na Itália, e aos grandes palácios e cidades menores, na França. Entretanto, os parques em moldes mais próximos dos conhecidos atualmente, surgiram na Inglaterra (LOBODA e DE ANGELIS, 2009).

O fato de observar a natureza e entendê-la como um espaço aberto, ilimitado a quem o homem deveria se submeter fez dos ingleses os pioneiros na idealização e criação dos primeiros parques públicos como hoje conhecemos. (LOBODA e DE ANGELIS, 2009. p.128).

Na Inglaterra daquela época, a Revolução Industrial havia reconfigurado o ambiente, a economia, a cultura e a sociedade de uma forma brusca. Essa Revolução alavancou a urbanização das cidades existentes, reorganizou grandes contingentes populacionais em novos polos urbanos e, com isso, gerou um grande número de novos postos de trabalho. Cardoso (2004) afirma que na época, o anseio por ocupar os momentos de folga fez surgir novas práticas sociais, dentre essas práticas estão a leitura como meio de entretenimento e passeios que tinham como caráter o lazer, cujos destinos poderiam ser museus, teatros, parques ou jardins públicos.

No contexto brasileiro, carrega-se onipresentemente como herança os grandes largos e praças que são provenientes da colonização portuguesa. Pontualmente citam-se outras matrizes como a holandesa no século XVII, em Pernambuco, ou mesmo a configuração do passeio público do Rio de Janeiro, em 1779, considerado o primeiro parque ajardinado do Brasil (LOBODA e DE ANGELIS, 2009).

A partir da República, com o sucesso da economia cafeeira, houve um grande desenvolvimento da urbanização e, com isso, uma difusão da presença de parques públicos como ambientes de convívio social. A importação de mão de obra estrangeira fez com que muitos conhecimentos técnicos em botânica, jardinagem e paisagismo chegassem ao país (LOBODA e DE ANGELIS, 2009).

No que concerne à esfera regional, diferentemente de outras capitais, Goiânia foi planejada com a intenção de comportar um grande número de áreas verdes. A capital do estado de Goiás teve seu plano original idealizado pelo urbanista Atílio Corrêia Lima, o qual foi nomeado ao cargo em seis de julho de 1933, por Pedro Ludovico Teixeira. Em 1935, Armando de Godoy complementa as ideias de Atílio e assina o plano diretor da cidade (IBGE, 2016). Nesta proposta, a cidade era desenhada com um sistema de áreas verdes interligadas e entremeadas à malha urbana.

No entanto, historicamente, o processo de manutenção das áreas verdes tem sido um tanto conturbado. Em levantamento realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, em parceria com a Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) e com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), cita-se que

o processo de evolução e ocupação da cidade, protagonizado por diversos atores em diferentes momentos políticos, econômicos e sociais, modificou o uso original destinado às áreas verdes que foram violentamente ocupadas, invadidas e, em alguns casos, devastadas. Os seis planos diretores municipais [...], aliados a projetos pontuais de preservação das áreas verdes da capital, não foram suficientes para garantir a integridade e a preservação integral dos ambientes que hoje estão instituídos como parques urbanos. (CAU-GO, 2013. p.06)

Desta forma, é importante ressaltar que o parque urbano desempenha uma função relevante não só no equilíbrio ambiental, mas também no convívio social. Este tipo de ambiente de caráter público é destinado ao exercício do lazer contemplativo, à prática de atividades físicas e esportivas, além de desempenhar funções ambientais como as relativas ao conforto térmico, acústico e às de conservação de biodiversidade. Apesar de receber diferentes conceitos relacionados a concepções e enfoques,

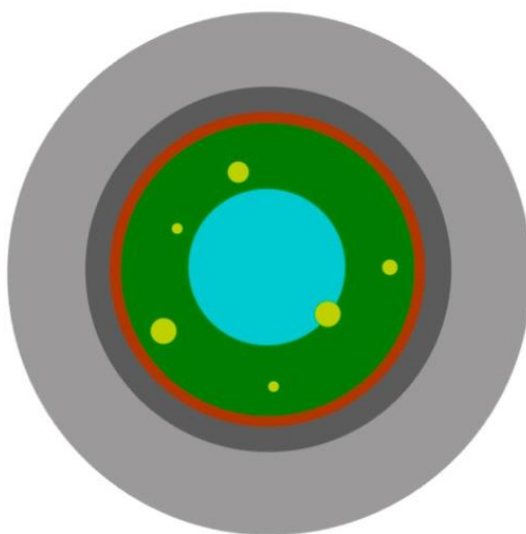
[...] os parques urbanos, como elementos dinâmicos de composição das cidades, são delineados por características físicas locais, enriquecidos pela estrutura e equipamentos instalados e animados pelo perfil de seus usuários. Sobre a evolução dos usos dos parques urbanos brasileiros a partir do século XIX, observa-se que eles passaram de ambientes elitizados, onde o ajardinamento recriava uma natureza organizada, voltado ao passeio da classe dominante, para espaços democráticos e de continuidade da morada humana onde todos podem correr, brincar e divertir-se, bem como, onde os recursos naturais são preservados. (CAU-GO, 2013. p.05)

Até o ano de 2017, a capital goiana contava com 191 parques, bosques e áreas de conservação, que apresentam os mais diversos tamanhos e configurações (AMMA, 2016).

Para realização desta análise que envolve os parques localizados na cidade de Goiânia, foram estabelecidos como estudo de caso o Bosque dos Buritis e o Parque Municipal Flamboyant. Justifica-se a escolha destes parques por ambos estarem localizados na região metropolitana da capital, por se localizarem em uma região de maior poder econômico e por apresentarem uma estrutura morfológica bastante similar. Além disso, tanto a conformação histórica, quanto a constituição dos entornos de ambos os parques são bastante diferentes, o que pode sugerir novas abordagens.

Morfologicamente, tanto um quanto o outro possuem um ou mais lagos ou represas, no qual está presente uma fonte ou aspersor de água, rodeados por um adensamento de área verde que contém equipamentos característicos (quiosques, aparelhos de ginásticas, bicicletários, sinalização, iluminação, etc.), este, por sua vez, é circundado por uma pista de corrida e/ou ciclovia, margeado por uma massa asfáltica geralmente ladeada por uma aglomeração imobiliária. Ali se encontra um maior adensamento que é proveniente de condomínios verticais de médio e alto padrão (fig. 01).

Figura 01: Morfologia dos Parques de Goiânia. Fonte: Elaboração do Autor. 2016.



A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é de caráter exploratório com visitas *in loco* e coleta de dados a serem investigados em parques da cidade de Goiânia, majoritariamente nos parques estipulados como estudo de caso (Bosque dos Buritis e Parque Municipal Flamboyant). A interpretação dos dados coletados deve utilizar o método hipotético-dedutivo. As pesquisas são advindas de materiais bibliográficos em acervo de caráter público, privado e/ou virtuais, e de pesquisas de campo que levantam dados relacionados ao cenário de segregações existentes nos parques. A análise dos dados é feita sincronicamente, a fim de averiguar a qualidade da atual distribuição espacial dos parques escolhidos, identificando os aspectos positivos e negativos desta configuração e indicando quais são as hipotéticas melhorias geradas pelas estratégias de design.

A pesquisa se organiza em três etapas: a primeira é a etapa teórico conceitual, que faz referência a definições e conceitos utilizados no trabalho. A segunda é a etapa


operacional, que visa efetivar as coletas de dados *in loco* e gerar informações especializadas, quadros, tabelas e gráficos. A terceira e última é a etapa responsável pela organização e análise dos dados coletados, bem como pela comparação destas informações com as que foram levantadas nas etapas anteriores.

Esta pesquisa se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado 'O Parque e a Paisagem Urbana Contemporânea', revela um contexto histórico dos parques urbanos em um âmbito ampliado, mergulhando nas origens desta estrutura urbanística, visitando diferentes enquadramentos para por fim, chegar ao contexto da cidade de Goiânia, fazendo um apanhado histórico do planejamento da cidade, apresentando os parques apontados como objetos de estudo e apontando a relação do usuário com os ambientes constituídos. O segundo capítulo, 'Comportamentos Sociais nos Espaços Públicos Contemporâneos', trata do comportamento social nos parques públicos e aborda como as segregações e agregações sociais acontecem nestes espaços, situando os conceitos de comportamento social, percepção ambiental, sensorialidade, etc. O terceiro capítulo, nomeado de 'Estratégias de Design em Parques Urbanos', visa indicar as melhorias oferecidas pelo design, com o intuito de proporcionar ambientes mais organizados e funcionais, capazes gerar boas relações sociais.

Considera-se que os parques urbanos são elementos urbanísticos que atuam como equipamento social na construção de cidadania. O resultado esperado é que as estratégias geradas pelo design possam contribuir no funcionamento do parque em prol das interações sociais, aumentando as agregações e minimizando as perspectivas de segregações negativas.



*O Parque e a
Paisagem Urbana Contemporânea*



Os parques são elementos expressivos na composição do que vem a ser paisagem urbana. De um modo geral, esses ambientes apresentam componentes da paisagem natural e também edificações destinadas a atividades culturais e/ou administrativas, relativas ao entretenimento ou desporto. No entendimento de Carneiro e Mesquita (2000), podem ser considerados parques urbanos os espaços livres públicos com função predominante de recreação, que ocupam na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica. É importante que, neste contexto, estejam claros os conceitos relativos a 'público e privado', bem como do que são os 'espaços formalmente constituídos'.

Historicamente, a ideia de público surge na civilização grega. Gomes (2002) afirma que o espírito de um local acessível a todos, parte do conceito de democracia, onde igualdade e reciprocidade entre cidadãos são responsáveis pela criação do domínio público.

Percebe-se, com o decorrer dos séculos, que o conceito de público e privado adquire uma volatilidade. Durante a Idade Média, por exemplo, alguns espaços, como pequenas

praças, não podem ser apontados como espaços públicos, uma vez que não existe uma esfera social pública que normatize o uso destes locais (GOMES, 2012). Ainda sob o cenário da Idade Média, Monteiro (2005) simplifica afirmando que, naquele período, público era aquilo cujo domínio ou acesso era comum, e privado, particular.

No entendimento de Bresciani (1991), ao analisar o desenvolvimento das grandes cidades europeias, é possível notar uma expressiva modificação nos hábitos sociais no século XIX. Isso ocorre em detrimento da modernização do espaço urbano onde foram efetivadas melhorias na infraestrutura, na tentativa de se minimizar o processo de industrialização, especialmente no que tange aos espaços públicos.

De uma maneira geral, essas intervenções eram muitas vezes vistas como embelezamentos urbanos, mas que, em alguns aspectos, traziam grandes melhoramentos (PRADO, 2002). Nestas circunstâncias, nota-se a inserção intencional de praças e parques à malha urbana, bem como a abertura de bulevares, jardins públicos e uma variedade de espaços que possibilitam apropriações, até então inéditas.

À luz deste contexto, observa-se que a apropriação imediata desses espaços é feita pelas elites. Entretanto, com o avanço dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, com surgimento de maior tempo livre, estas intervenções dão vazão aos anseios das classes proletariadas, popularizando-se no decorrer do século XX, as apropriações dos espaços públicos (PRADO, 2002).

Na concepção de Borja (2003), o que é chamado de espaço público resulta da separação da propriedade privada urbana e da propriedade pública. Neste aspecto, estabelece-se que o espaço público é aquele que deve garantir acessibilidade a todos. O autor (2003) complementa inferindo que os espaços de domínio público deveriam ter uso social, coletivo e multifuncional.

Por falar em domínio, é válido lembrar que ele está relacionado com a domesticidade. No entendimento de Rybczynski (1999), a domesticidade, a privacidade e o conforto são algumas das principais conquistas dos burgueses na Europa do século XVII e XVIII. Para este autor, a domesticidade pode ser conceituada como

um conjunto de emoções sentidas, e não um único atributo. Ela está relacionada à família, à intimidade, à devoção ao lar [e atualmente,

dos espaços habitados de um modo geral], assim como a uma sensação da casa como incorporadora destes sentimentos (RYBCZYNSKI, 1999. p.85).

Enquanto isso, para Hertzberger (1999), existem distinções entre os polos ‘público’ e ‘privado’. O autor foca suas discussões em alguns aspetos como a acessibilidade, a maneira em que a população usufrui do espaço e quem são estes usuários. A este respeito, Gomes (2002) esclarece que o espaço da esfera pública deve considerar tanto as configurações físicas, quanto as práticas e dinâmicas sociais que nele são desenvolvidas.

É válido concluir que um dos objetivos dos espaços públicos formalmente constituídos é a promoção do bem-estar social capaz de gerar comportamentos positivos entre seus usuários, evitando segregações danosas e corroborando para agregações sociais. Todo este conceito pode ser expresso através da palavra cidadania, ou seja,

um status que reconhece os mesmos direitos e deveres para todos os que vivem – e convivem – em um mesmo território caracterizado por uma forte continuidade física e relacional com uma grande diversidade de atividades e funções (BORJA, 2003. p.106).

As definições de público e privado são complexas, especialmente pela diversidade de interpretações possíveis acerca do assunto. Portanto, colocar o público como oposição ao privado é uma simplificação excessiva.

Embora os conceitos apresentados denotem concordâncias e discrepâncias, é seguro dizer que todos apontam que as esferas pública e privada instituem espaços formalmente constituídos, que são estruturas urbanísticas importantes e que a presença e manutenção destes ambientes nas cidades são celebráveis, independentemente de sua forma, composição ou modelo. O espaço de caráter público, em especial, comunica uma forte relação com espaços formalmente constituídos que apresentam um alto índice de urbanidade.

Assim sendo, vale inferir atenção aos conceitos atribuídos a estes espaços formalmente constituídos na presente dissertação e, para isso, elencam-se algumas definições concedidas por diferentes autores para compreensão do que vem a ser estes espaços, a saber a quadra, a rua, a praça e o parque em si.

Seguindo essa ordem, para se definir quadra faz-se necessário esclarecer o significado de quarteirão. Lamas (2007) utiliza o termo quarteirão para se designar a quadra típica. Para ele, o quarteirão é constituído morfologicamente por parcelas que originam os lotes que, por sua vez, determinam o formato final do quarteirão. Em seu entendimento, é a justaposição entre quarteirões, praças e parques que dita a imagem da cidade.

De acordo com Penerai, Castex e Depaule (2013), a quadra é um elemento urbano que foi largamente modificado na Europa do século XIX, apresentando configurações e evoluções diferentes em cidades como Paris, Inglaterra, Amsterdã, Frankfurt, etc. Os autores evidenciam ainda que essas metamorfoses interferem significativamente no uso do espaço da urbe.

Para Ed Wall e Tim Waterman (2012), a quadra típica é usualmente delimitada por vias públicas que são, por sua vez, responsáveis pela contenção das edificações e de suas atividades. Os autores afirmam ainda que “as quadras têm impacto na vida urbana, nos padrões de uso do solo dos prédios e das ruas” (WALL e WATERMAN, 2012. p.69).

Em se tratando de ruas, Lamas (2007, p. 98) as considera como sendo a estruturadora do traçado e afirma que ela é “um dos elementos mais claramente identificáveis tanto na forma de uma cidade como no gesto de projetá-la”. Baseado nas ideias de Poète, o autor indica que

[...] a rua ou o traçado relaciona-se diretamente com a formação e crescimento da cidade de modo hierarquizado, em função da importância funcional da deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, pessoas e ideias (LAMAS, 2007. p.100).

E ainda atribui ao traçado a “importância vital na orientação, sendo definidor do plano, intervindo na organização da forma urbana a diferentes dimensões” (LAMAS, 2007, p. 100).

Sobre essas dimensões, Ed Wall e Tim Waterman (2012) explicam que existem três dimensões básicas para uma rua, que são a sua largura, a altura dos edifícios que estão em sua margem e o seu comprimento. Para os autores, essas medidas são responsáveis, juntamente com uma série de outras características, pelo “espírito da cidade”, exemplificando o termo “espírito” com as cidades de Roma e de Dubai. Enquanto Roma

apresenta ruas mais estreitas, cercadas de edifícios de pequeno e médio porte, Dubai oferece ruas largas, com vazios urbanos e edifícios monumentais.

Ainda com as ruas, observa-se que, tanto Lamas quanto Wall e Waterman fazem uma abordagem essencialmente morfológica acerca do assunto. Recorre-se então, ao viés antropológico proposto por Santo e Vogel (1985), que trata a rua como um espaço de caráter público e passível de apropriações. A partir de uma experiência realizada no bairro de Catumbi, Rio de Janeiro, os autores apontam que as ruas funcionam como uma extensão da casa para determinados bairros, onde são observadas diversas atividades, como brincadeiras infantis, encontros de vizinhos ou mesmo sazonais, comércio de subprodutos e até festas. Vale evidenciar que, a priori, a casa é o espaço doméstico onde se manifesta a esfera privada.

Através deste estudo de Santos e Vogel (1985), nota-se a presença de uma flexibilidade no uso de alguns espaços públicos que podem ser objetos de diversas apropriações públicas e até privadas - ainda que estes espaços sejam formalmente constituídos para outras finalidades específicas.

Ainda reportando às considerações antropológicas, vale salientar também a existência de uma aproximação mínima necessária às relações sociais do público com o privado. A respeito dessas distâncias mínimas, Ghel (2010. p.67) descreve o que nomeou de “o campo de visão social ao longo de uma rua”, apontando que a distância entre os indivíduos interfere diretamente em suas inter-relações. Neste estudo, o autor mostra que, a uma distância de até um quilometro, uma pessoa consegue reconhecer a forma da outra. A trinta metros, começa-se a detectar os sentimentos principais. Entretanto só é possível se estabelecer comunicação clara quando essa distância é reduzida para três metros. E isso é possível no espaço das praças.

No que concerne às praças, Lamas (2007) afirma que:

É um elemento morfológico das cidades ocidentais, inexistentes anteriormente, distinguindo-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados - pela organização espacial e intencionalidade de desenho. [...] A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa (LAMAS, 2007. p.100).

A partir disto, caracteriza-se a rua como “lugar de circulação” e a praça como “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária” (LAMAS, 2007, p. 102), o que permite estabelecer aquelas inter-relações anunciadas por Ghel (2010). Por isso Lamas (2007) afirma que a praça, assim como a rua, estabelece uma estreita relação do vazio com os edifícios, com seus planos marginais e com as fachadas. Entretanto, são as ruas que definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano (LAMAS, 2007. p.20).

Perante este aspecto que considera o caráter de apropriação social no espaço público, expõe-se o conceito de praça formulado por Robba e Macedo (2002, p. 17), que indica que são “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”.

Por fim, no que tange aos parques, sabe-se que eles se distinguem entre ambientais e urbanos, sendo que o primeiro se diferencia do segundo por seu caráter de conservação, por sua dimensão e pelo objetivo de manter intactos sua fauna, flora, formações geológicas e demais elementos naturais característicos. Em contrapartida, o parque urbano encontra-se no cerne da urbe e conta com elementos paisagísticos planejados, com equipamentos urbanos e com uma série de componentes que o caracterizam como um espaço público formalmente constituído.

No entendimento de Lamas (2007), a inserção de áreas verdes na cidade qualifica o modo de viver, incentivando o surgimento de novos ambientes como parques, jardins e alamedas. Estes espaços estimulam a recreação e novas práticas sociais. No que diz respeito à sua morfologia, o autor indica que os parques são

elementos identificáveis na estrutura urbana. Caracterizam a imagem da cidade; têm individualidade própria; desempenham funções precisas: são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços (LAMAS, 2007.p 106).

Um exemplo disso é a fala de Friederick Olmsted, responsável pelo projeto do *Central Park* em Nova Iorque. O arquiteto acredita que o conceito de parque urbano precisa levar em considerações inúmeros aspectos. Diz ele:

Fui responsável, profissionalmente, por aproximadamente uma centena de áreas públicas. Mas não costumo classificar mais do que vinte delas como 'parques', pois reservo este termo para lugares que se distinguem não por possuírem árvores, sejam elas isoladas, em grupos ou maciços, ou por possuírem flores, estátuas, estradas, pontes ou ainda, coleções disso ou daquilo. Reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaço suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais amplo e radical. (Olmsted Jr. & Kimball apud Kliass, 1993. p.19).

Baseado neste contexto, Rosa Grená Kliass (1993) especifica que a prerrogativa para categorizar um parque urbano deve considerar a existência de grandes dimensões com preponderância de vegetação e elementos naturais e propensão à recreação. Ainda no âmbito da conceituação, Macedo e Sakata (2002, p.13) consideram como parque “um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana”.

Mantovani (2005) distribui os parques urbanos em três categorias. A primeira, nomeada de ‘parque tecnológico’, evidencia o uso do equipamento urbano e de mobiliários como bancos, mesas, lixeiras, etc., e praticamente não oferecem elementos biológicos em sua disposição. A segunda categoria é nomeada de ‘parques jardins’ e apresenta predominância de elementos biológicos. Já a terceira categoria, ‘parques ecológicos’, faz referência ao uso e manutenção de ecossistemas naturais, onde o objetivo principal é a conservação dos recursos naturais.

É válido ressaltar que muitos conceitos são modificados com o decorrer de suas evoluções históricas, posto isto, o de parque urbano não foge à regra. Assim sendo, faz-se necessário conhecer a evolução de alguns aspectos históricos relativos aos parques.

1.1. Aspectos Históricos dos Parques Urbanos

De acordo com Barcellos (1999), os primeiros parques urbanos tiveram sua origem em cidades europeias no século XVII. Neste período, eles figuravam como reservas para prática de caça e jardins de palácios que pertenciam às famílias reais e que posteriormente foram abertos ao público no geral.

Para o autor (1999), o aparecimento desses parques esteve relacionado a três aspectos. O primeiro foi o êxodo rural, que levou grandes contingentes populacionais às cidades, causando um amplo crescimento na população da época. O segundo aspecto foi a aproximação entre homem e natureza, que na Idade Média era vista como algo selvagem e perigoso e logo se transformou em algo a ser dominado. O terceiro e último aspecto está relacionado às necessidades de integração das classes burguesas, fazendo-se necessário criar espaços públicos para que houvesse esta aproximação social.

Conforme observam Segawa (1996) e Scocuglia (2009), o surgimento dos parques foi motivado não apenas para promover a qualificação estética e aproximar o homem da natureza, mas também para minimizar a insalubridade das cidades europeias no final do século XVII. Neste período, as cidades sofriam com um grande adensamento populacional e com a falta de infraestrutura básica.

Kliass (1993) afirma que foi na Inglaterra, no final do século XVIII, que os parques apareceram como uma estrutura digna de importância. Entretanto, os parques só tomaram os moldes mais próximos aos conhecidos atualmente no final do século XIX. A mesma autora (1993) aponta ainda que os parques ingleses tiveram dois processos diferentes de formação.

O primeiro diz respeito à abertura dos jardins dos palácios reais ao uso público, o que gerou uma grande área verde de uso comunitário no centro de Londres, dando origem ao *Hyde Park*, ao *Saint James Park* e ao *Kensington Gardens*. Já o segundo processo relaciona-se com a inserção de parques na cidade, que surgiram em decorrência da iniciativa privada e do mercado imobiliário. Pode-se citar como exemplo, o *Regent's Park* e algumas praças que foram entremeadas à malha urbana em Londres. De acordo com Miranda (2014), esses parques e jardins ingleses serviram de referência para muitos projetos de apropriação de espaços públicos, tanto em cidades europeias quanto em cidades americanas.

Segundo Oliveira (2008), os parques franceses, mais especificamente os parisienses, surgiram em decorrência das reformas urbanas que ocorreram na segunda metade do século XIX. Neste período, Hausmann concebeu um sistema de parques que eram

interligados por grandes avenidas arborizadas. A grande maioria projetada nesta época teve como inspiração a visão romântica criada pela vida no campo (Fig. 02 e 03).

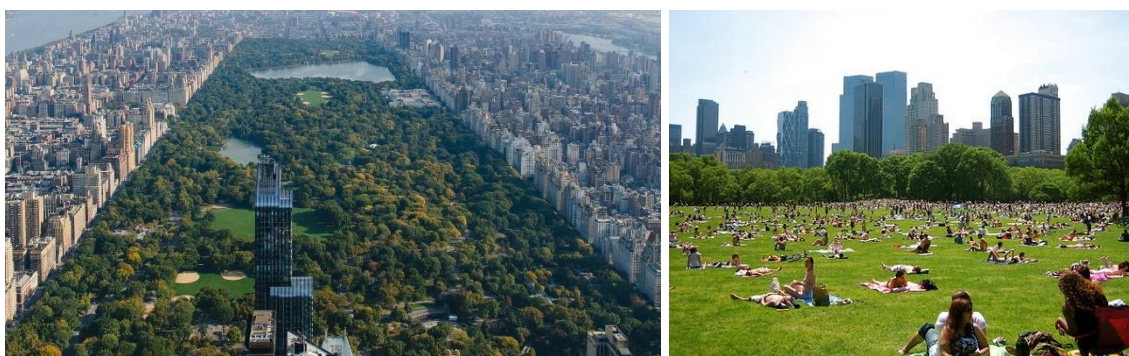
Figuras 02 e 03: *Parc Monceau*, Paris, agosto 2006.
Fonte: *Paris official website* (Adaptado pelo autor) 2017.



Diferentemente da Europa, os Estados Unidos não possuíam, até então, nenhuma tradição relacionada à implantação de parques. De acordo com Siomara Stroppa (2007), foi em meados do século XIX que o paisagista Andrew Jackson Downing expôs seu descontentamento diante da falta de parques naquele país e afirmou que a estrutura urbana que mais se assemelhava aos parques europeus eram os cemitérios, apontando que o interesse público por estes ambientes levaria a um sucesso sem igual.

Concomitante a isto, iniciou-se o Movimento de Parques Americanos, liderado por Frederick Law Olmsted. Este movimento tinha como um dos objetivos uma maior inserção de áreas verdes no traçado urbano e teve como foco as cidades de Nova Iorque, Chicago e Boston. Cita-se o *Central Park*, localizado na cidade de Nova Iorque, como um dos projetos mais expressivos provenientes deste movimento (KLIASS, 1993) (Fig. 04 e 05).

Figuras 04 e 05: *Central Park*, Nova Iorque.
Fonte: *The official website of Central Park* (Adaptado Pelo Autor) 2017.



No início do século XX, os parques urbanos se popularizam nos Estados Unidos e se tornam assunto acadêmico. De acordo com Barcellos (1999), neste período, os professores de paisagem de grandes universidades como Harvard e Hubbart, começaram a elaborar uma fundamentação teórica sobre o assunto, estabelecendo critérios para sua localização, hierarquias para seus tamanhos e criando tipologias para suas funções.

Segundo Kliass (1993), a ideia de ‘cidade jardim’ teve sua origem na Inglaterra e foi adotada como modelo urbanístico em vários países, inclusive no Brasil. Patrick Gueddes e Raymond Unwin são apontados como grandes difusores desta ideia; entretanto esse modelo só foi propagado de fato no século XX, com as ideologias de Le Corbusier. “Le Corbusier demonstrou-se certo de que a solução para a crise da cidade impunha uma aliança entre arquitetura e natureza” (MIRANDA, 2014. p.49).

Após a Primeira Guerra Mundial, obteve-se maior clareza na inserção de áreas verdes públicas para o planejamento urbano. Tanto nos Estados Unidos quanto em alguns países europeus, como Alemanha, Holanda e Áustria, houve uma crise nos modelos de urbanização. Por conta disso, os parques ganharam destaque e começam a aparecer com novos desenhos, muitos deles com influências do estilo Art Déco (KLIASS, 1993). Barcellos (1999) afirma que, neste contexto, a vegetação deixa de ser um aspecto fundamental, fazendo com que a geometria do desenho e a recreação do público emerjam como principais aspectos.

Kliass (1993) e Barcellos (1999) concordam que a reconstrução de várias cidades, após a Segunda Guerra Mundial, renovou mais uma vez as concepções urbanísticas. Desta vez, o grande diferencial foi a introdução dos conceitos da Carta de Atenas (O espaço do lazer na cidade – 1933) aos projetos de áreas verdes públicas.

Posteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, observa-se o crescimento do número de parques em diversas cidades europeias, dentre elas, destacam-se Paris, Munique e Hamburgo. Com o advento dos jogos olímpicos em Munique, em 1972, constrói-se o *Olympia Park*, que apresenta em sua estrutura equipamentos esportivos, estádios, espelhos d’água, edifícios e vários outros elementos que o transformaram em um ambiente dinâmico e atrativo (SCALISE, 2002).

Esta dinamicidade passou a ser uma tendência que foi replicada em vários outros parques da época, e que continua sendo pretendida no planejamento dos parques contemporâneos.

Para Scalise (2002), nas décadas de 1980 e 1990, o parque urbano passa a exercer, além das funções já estabelecidas, uma função cultural. Torna-se presente no ambiente dos parques paisagens temáticas e a busca pela qualificação da vegetação nativa de cada local. Exemplifica-se este cenário com alguns parques de Barcelona, como a *Plaça dels Països Catalans* e o *Parc del Clot*.

Em um contexto nacional, indica-se Recife, no século XVII, como um dos primeiros núcleos urbanos a usufruir de arborização em suas ruas e, também, como a primeira cidade a ter um parque público no Brasil (MACEDO, 1999. SEGAWA, 2010).

[...] Maurício de Nassau estabeleceu na cidade de Recife uma possessão holandesa e trouxe consigo diversos naturalistas, que realizaram extensa documentação sobre a flora, fauna, geografia, observações astronômicas e meteorológicas. Dentro desse espírito de curiosidade naturalista, Nassau foi o criador do primeiro jardim botânico na América, por volta de 1642, na cidade de Recife. Todavia, pouco sabemos a respeito desse jardim, senão pelos relatos de Frei Manuel Calado (1648) e de Gaspar Barléu (1647) (SEGAWA in: FARAH et al, 2010).

Entretanto, existem autores como Barcellos (1999) que consideram o Passeio Público, construído no Rio de Janeiro em 1783, como o primeiro parque urbano do Brasil. Ele seguia as influências dos jardins franceses da época e contava com vegetação nativa. Não obstante, o autor afirma que este só em termos era público, por estar restrito pelas convenções e códigos sociais às elites da colônia (BARCELLOS, 1999).

Por sua importância, a cidade do Rio de Janeiro se sobressaía às demais quando se tratava de parques urbanos. De acordo com Kliass (1993), Dom João determinou a criação de alguns parques e do Jardim Botânico logo após a chegada da Corte Portuguesa à cidade, promovendo uma grande mudança em sua paisagem. Posteriormente, a cidade se tornou capital da República e passou por reformulações urbanísticas lideradas por Alfred Agache. Mais recentemente (1962-1965), foi beneficiada com as obras de Roberto Burle Marx, com destaque para o projeto do

Parque do Flamengo, que talvez seja um dos exemplos mais relevantes de parque público, a julgar por sua relevância morfológica, inserção urbana e estrutura de um modo geral (Fig. 06 e 07).

Figuras 06 e 07: Parque do Flamengo, Rio de Janeiro (1965/2014)

Fonte: www.archdaily.com.br (Adaptado pelo autor) 2017.



No final do século XIX, houve uma ‘modernização’ das principais cidades brasileiras. Esta reforma urbanística foi motivada pela reforma de Paris, orquestrada por Haussmann, a qual foi replicada com grande força em cidades do estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. (BARCELLOS, 1999). Macedo e Sakata (2010) apontam mudanças em antigas estruturas coloniais, originando prédios e ruas mais largas e mais apropriadas ao uso dos meios de transporte da época e mais condizentes com a vida social e cultural daquele período.

No Rio de Janeiro, a abertura da Av. Rio Branco leva a derrubada do casario colonial do centro da cidade, substituindo-o por prédios de estilo francês. São reformadas inúmeras praças, como a Praça XV de Novembro, Praça Tiradentes, Largo da Glória, o Campo de São Cristóvão e outras mais. O mesmo modelo de tratamento é usado na construção da Av. Beira-Mar, que passa a ligar o centro da cidade e o bairro do Botafogo, entrepondo-se entre o Passeio Público e o mar (BARCELLOS, 1999, p.53).

No âmbito paulistano, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, a capital do estado passava por uma alavancada na industrialização e no crescimento populacional. Isso fez com que surgisse a exigência de uma reorganização urbana, alavancando um processo de rearborização das ruas e ajardinamento de praças e parques (BARCELLOS, 1999).

Nos dois estados, no início do século XX, suas orlas marítimas foram apontadas como o novo espaço público de lazer e recreação, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, quando o banho de mar se tornou popular. No Rio de Janeiro, por exemplo, “a praia de Copacabana passa, de fato, a ser um dos primeiros parques-praias do país, sendo utilizado também para o lazer” (MACEDO E SAKATA, 2010. p.32).

Com o período modernista, Roberto Burle Marx se destaca, principalmente pelos desenhos que elaborava para os jardins do Ministério da Educação e Saúde, em 1937, e pelo uso de mobiliários e esculturas em seu paisagismo (LEENHARDT, 1994). Com o crescimento populacional e urbano na segunda metade do século XX, surge a introdução de novas práticas sociais relativas ao desempenho de atividades físicas e de lazer. Alarga-se, assim, a necessidade de planejar ambientes voltados para os equipamentos de entretenimento e ginástica existentes nos parques. Entretanto, Macedo e Sakata (2010) apontam que

se existia, nos anos 30 e 40, uma forte onda modernista, essa tendência não se refletia de imediato no desenho nem no programa funcional dos poucos parques construídos em grandes cidades. (MACEDO; SAKATA, 2010, p.33).

A urgência desses espaços públicos advém de

mudanças no sistema de propriedade que ocorrem no país na metade do século, quando as terras públicas existentes no entorno da cidade são transferidas à iniciativa privada, que passa a loteá-las para fins urbanos, o que somado, à carência de normas urbanísticas, reduziria a capacidade futura da criação de parques (GUARALDO 1992 apud BARCELLOS, 1999, p.60).

Ao final da década de 1950, somando-se ao nome de Burle Marx, a arquitetura nacional passa a ser reconhecida mundialmente através de nomes como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Com isso, o aparecimento de novos parques urbanos ganha mais força. Concomitante a este período, a escala dos parques é reduzida e o lazer cultural e o esporte são incluídos no programa de necessidades destes espaços (MACEDO E SAKATA, 2010).

Opondo-se a este contexto, vale destacar o Parque Ibirapuera (1954), projetado arquitetonicamente por Oscar Niemeyer e paisagisticamente por Burle Marx. É

considerado o primeiro grande parque moderno no Brasil e foi concebido em comemoração aos quatrocentos anos de São Paulo. Por conta de sua grandiosidade, de sua localização e de seu significado cultural, transformou-se em um referencial para a cidade e para o país. (FARAH, 2010).

Ao final do século XX, os parques contam com uma autonomia na concepção de seu programa e projeto. Todavia, Macedo e Sakata (2010) notam que os novos parques não possuem um projeto requintado como no passado, ou mesmo um programa que leve em consideração as necessidades da população. Diferente de outras épocas, os autores (2010) enfatizam que os novos projetos são inconsistentes, falhos e sem propósito no que diz respeito à implantação de um sistema de espaço livre público, desempenhando basicamente o papel de reserva ambiental.

1.2. Os Parques no Planejamento Urbano de Goiânia

Reportando a discussão para o cenário goiano, sabe-se que a cidade de Goiânia foi concebida no momento histórico em que o Brasil passava por transformações políticas consideravelmente grandes. Após a revolução de 1930, Getúlio Vargas ascendeu ao poder e, como consequência à vitória do movimento revolucionário, Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor, sendo incumbido da indicação daqueles que trabalhariam no planejamento da nova capital.

Ferreira (2003) aponta que o processo de mudança da capital de Goiás se iniciou em 20 de dezembro de 1932, quando Pedro Ludovico assinou o decreto de número 2737/1932, organizando uma comissão para a escolha do local. Finalmente, no dia 04 de março de 1933, foi apresentado um estudo selecionando a cidade de Campinas, tendo em vista que esta se encontrava no ponto central geográfico e demográfico do estado, com uma topografia adequada e promissora, em uma zona com maior desenvolvimento, com um vasto perímetro de terras produtivas e cobertas por uma excelente mata (FERREIRA, 2003).

De acordo com Caixeta e Arruda (2016), Goiânia é uma cidade planejada que visava receber algo em torno de cinquenta mil habitantes e concebida para ser a capital a romper a 'Marcha para o Oeste', proposta por Getúlio Vargas. Surpreendentemente, os

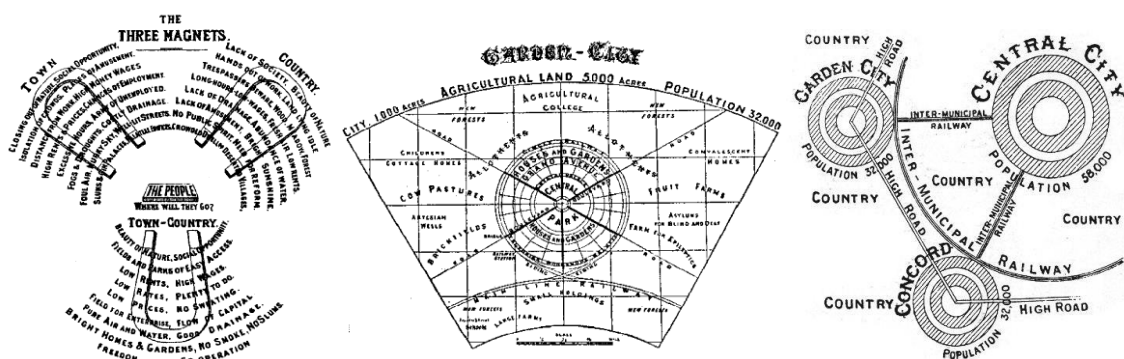
números do IBGE indicam que, em 2016, a capital possuía números muito diferentes dos iniciais, com aproximadamente um milhão quatrocentos e cinquenta mil habitantes, consolidando-se como centro urbano de referência regional.

Segundo Daher (2009), o primeiro projeto de Goiânia foi elaborado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa de Lima entre os anos de 1933 e 1935, sendo posteriormente continuado por Armando Augusto de Godoy nos anos de 1936 a 1938. Frota e Caixeta (2012, p. 03) afirmam que a cidade teve como base de sustentação, uma proposta urbana pendular, apoiada “tanto nas formulações do movimento City Beautiful e da escola francesa de urbanismo científico, quanto no ideal inglês de Cidade Jardim”.

No que diz respeito às Cidades Jardins, estas foram idealizadas por Ebenezer Howard e constituíam agrupamentos que usufruíam tanto das vantagens do campo quanto da cidade, evitando as deficiências de ambos (Fig. 08, 09 e 10). Desta forma, Howard se preocupava principalmente com a imprescindibilidade de dotar a trama urbana com extensas áreas de vegetação, podendo ser jardins, parques e bulevares, com vista à salubridade da urbe e viabilizar a entrada da população instalada nas cidades industriais então existentes às moradias de baixo custo e alta qualidade ambiental (OTTONI, 1996).

Figuras 08, 09 e 10: Diagramas de Howard, Os três ímãs, Planejamento e Constelação de Cidades, respectivamente.

Fonte: www.vitruvius.com.br (Adaptado pelo autor) 2017.



No plano original de Goiânia, Atílio Corrêa Lima preocupou-se em aproximar o verde à cidade, propondo a criação de vários parques e áreas verdes, tais como: o Parque dos Buritis, o Bosque dos Bandeirantes, os Parques Lineares Capim Puba e Botafogo, o

Parque Paineira, o Parque Aquático Jaó e o Zoológico (MARTINS JÚNIOR, 1996. p.44). De acordo com Streglio e Oliveira (2011), aquilo que foi proposto e executado entre os anos 1930 a 1990, não corresponde ao planejado.

Muitas áreas verdes de Goiânia foram extintas com vistas à expansão do aglomerado urbano: o Bosque dos Bandeirantes passou a ser o Lago das Rosas; uma parte do Parque Capim Puba foi transformada na antiga rodoviária, outra parte em uma praça e outra em uma subestação da Companhia Energética de Goiás (CELG); a área ocupada pelo Parque Paineira foi transferida para empresas estatais e, a área do Parque Linear Capim Puba foi ocupada por residências, assim como ocorreu com o Parque Linear Botafogo. (STREGLIO e OLIVEIRA, 2011. p.323)

Daher (2003; 2009) explica que o projeto de Atílio Corrêa Lima foi motivado pela escola francesa de urbanismo do início do século XX. Esta escola cultivava técnicas cujo traçado era baseado no sistema viário racionalista, determinado pelo zoneamento e topografia do terreno. No entanto, seu plano sofreu inúmeras intervenções.

Na concepção de Camilo Amaral (2015), Goiânia tem sido produzida por uma somatória de diversos planos diretores. O autor (2015) aponta entre as décadas de 1930 e 1950, três períodos distintos de planejamento.

O primeiro é quando a cidade surge como uma ruptura com as estruturas sociais e políticas precedentes na antiga capital de Goiás e, por isso, sua miscigenação não se dá com a cultura da massa que ali estava.

O segundo corresponde à sobreposição do plano elaborado por Atílio, em 1933, ao do urbanista Armando Godoy, em 1936, que atualizou os princípios fundadores da cidade com novas propostas de cidades-jardins, e que sugeria uma solução a meio-termo, entre natureza e cidade. Este plano foi aceito em 1938 e propunha a construção de comunidades autônomas de cerca de trinta mil habitantes. Essa proposta se pautava na “adoção de um modelo concebido para outra realidade, que se distanciava das propostas desenvolvimentistas empregadas pelo governo federal” (AMARAL, 2015, p.54).

Por fim, o terceiro momento acontece na década de 1950. Ewald Janssen produziu outros estudos e renovou cadastros e parcelamentos urbanos, seguindo as diretrizes

estabelecidas em 1938. Nessas revisões, ele estabeleceu o perímetro de três cidades-satélites e qualificou os demais como “loteamentos com traçados isolados na zona suburbana”, sugerindo “preservar os espaços vazios entre eles como área rural”. Desta forma, Goiânia continuou a ser planejada por meio de “esquemas de organização territorial das cidades-jardins”, que estimulavam seu desenvolvimento por meio de núcleos urbanos menores, rodeados de áreas verdes agrícolas (AMARAL, 2015, p.56).

Posteriormente, outros planos foram elaborados. Um deles idealizado pela empresa Engevix em 1992. O plano que vigora no momento atual, desenvolvido pela equipe técnica da prefeitura de Goiânia, atende a critérios do desenvolvimento sustentável e do planejamento estratégico e propõe reforçar o caráter metropolitano. (AMARAL, 2015).

De acordo com Arrais (2001), em 1993, sob mandato do então prefeito Darci Accorci, Goiânia foi considerada uma das cidades que mais investiu na qualidade de vida de sua população, firmando-se como uma cidade ecologicamente correta.

Na administração seguinte, guiada pelo prefeito Nion Albernaz, avançou-se com a causa ecológica, muito embora a prefeitura preferisse promover a ideia de que Goiânia era a cidade das flores para exaltar a qualidade de vida na cidade, e direcionava os esforços majoritariamente para a região metropolitana (ARRAIS, 2001).

Em 2005, o então prefeito Iris Rezende retoma o discurso ambientalista e traça planos para que Goiânia retome o posto de cidade mais arborizada e a capital mais verde do país. Para isso, houve a implantação de vários parques em áreas periféricas da capital e a reestruturação de alguns parques já existentes na região metropolitana. No período de 2005 a 2012, seis parques foram revitalizados e vinte e três parques foram inaugurados (AMMA, 2017).

Até o ano de 2017, Goiânia conta com cento e noventa e um bosques e parques, que estão distribuídos em doze regiões (AMMA, 2017). A grande maioria são espaços com grande massa de vegetação, sem nenhum equipamento urbano, caracterizando-se mais como uma unidade de conservação ambiental. Nota-se que a maior parte dos parques e bosques que detém melhor estrutura física localiza-se na região sul e central.

Destacam-se o Bosque dos Buritis, localizado no Setor Oeste (Região Central) e o Parque Municipal Flamboyant, localizado no Jardim Goiás (região sul) (Fig. 11).

Figura 11: Esquema de localização do Bosque dos Buritis e do Parque Flamboyant.
Fonte: Elaboração do Autor. 2017.



1.3. O Bosque dos Buritis e o Parque Flamboyant

Inicialmente denominado de Parque dos Buritis, o Bosque dos Buritis foi previsto no plano original desenvolvido por Atílio Corrêa Lima, com uma área aproximada de quarenta hectares, e aprovado em julho de 1938 pelo decreto número 90-A. O Bosque se localiza no Setor Oeste de Goiânia, entre a Alameda dos Buritis, Rua 01 e Rua 29.

Diniz (2007) afirma que a nova capital do estado foi criada com um sistema de áreas livres que previa muitos parques. Atílio planejou que as reservas ambientais só fossem transformadas em bosques ou parques por meio da administração pública futura. Porém, este não foi o ocorrido.

De acordo com o Plano de Manejo realizado pela Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA, 2005), a descaracterização da área destinada ao parque se iniciou na década de 1930, tornando-se mais intensa na década de 1940. Mota (2012) aponta que, neste

período, foram doadas áreas significativas do parque para instituição de ensino pelo Governo Estadual, e muitas espécies existentes foram eliminadas, alterando a sua função de reserva ambiental.

No plano de 1938, o Setor Oeste só deveria ser criado após da década de 1950, entretanto, em maio de 1947, o projeto de loteamento do setor foi aprovado, fazendo com que o então Parque dos Buritis sofresse um parcelamento, o que fez com que aproximadamente 70% de sua área fosse destinada a outras funções (Fig. 12).

Figura 12: Doações de áreas do Bosque dos Buritis e Parcelamento do Setor Oeste. 1- Bosque dos Buritis, 2- Colégio Ateneu Dom Bosco, 3- Fórum, 4- Colégio Externato São José.
Fonte: AMMA, Org. MOTA 2012. Adaptado pelo autor (2017).



Provavelmente, por conta de uma inobservância da administração pública e também da população, as áreas verdes existentes, tanto no parque quanto em seu entorno, foram bastante degradadas no decorrer dos anos 1960. Mota (2012) aponta que, até meados da década de 1970, o parque não contava com nenhum trato paisagístico, o que somado à desatenção dos órgãos estaduais, dificultou ao parque que cumprisse com sua função primordial de ser uma infraestrutura verde e um espaço de lazer.

No final da década de 1970, registra-se a elaboração de um projeto paisagístico, cuja autoria é de Fernando Chacel. O intuito primeiro deste projeto foi promover a

reabilitação do Bosque dos Buritis como um espaço de lazer e convivência (MOTA, 2012).

Figura 13: Projeto Paisagístico Fernando Chacel, 1972. 1- CAVICAP, 2- Casa da Cultura, 3- Estacionamento, 4- Lago, 5- Assembleia Legislativa.

Fonte: AMMA, Org. MOTA 2012. Adaptado pelo autor (2017).



A proposta de projeto elaborada por Chacel compunha-se de um calçamento margeando as dependências do Bosque para prática de caminhada e, nas áreas internas várias calçadas e trilhas que propiciavam passeios contemplativos. (Fig. 13). Chacel também previa o plantio de árvores de diversas espécies, tratamento e drenagem apropriada do córrego, criação de parque infantil e instalação de mobiliários em geral (MOTA, 2012).

Em paralelo a este projeto de cunho paisagístico, acontecia outro elaborado pelo Instituto Municipal de Planejamento, cuja proposta era construir um equipamento de cultura (Casa da Cultura) nas dependências do bosque. Nenhum dos dois projetos foi adiante, ambos sendo barrados pelos seus altos custos. Entretanto, a proposta de Chacel (1979) resultou no plantio de algumas centenas de árvores, instalação de alguns mobiliários urbanos e no calçamento de algumas áreas do Bosque.

Em levantamento realizado pelo CAU, em parceria com a AMMA e com a PUC-GO, identifica-se que, onde atualmente funciona o edifício do Museu de Arte Goiana e do Centro Livre de Artes, costumava ser, até a década de 1980, um departamento do

município; ainda que originalmente, o projeto dessa edificação se destinasse ao funcionamento de um hospital para os funcionários da prefeitura. (CAU-GO, 2013).

Na década de 1990, com a administração do então prefeito Nion Albernaz, houve melhorias na infraestrutura do parque que incluem a pavimentação de alguns passeios, construção de lanchonetes, reforma dos alambrados, instalação da fonte de água no lago principal, despoluição do córrego, além da demolição do edifício da COMURG (CAU-GO, 2013; MOTA, 2012). Outro fato importante ocorrido neste período é o tombamento do Bosque do Buritis, juntamente com outros parques, através do decreto número 2.109, de setembro de 1994.

Com base no Plano de Manejo de 2005, o Bosque dos Buritis passa, em 2008, por sua última reconfiguração. O objetivo principal desta intervenção foi

[...] reaver seus aspectos originais as mais variadas atividades ali desenvolvidas como forma de obter uma vivência equilibrada e integradas ao meio ambiente [...] e também de integrar os elementos que compõem a paisagem natural e humanizada (AMMA, 2016, p.16).

No presente (2017), o parque conta, em sua estrutura física, com sistemas de caminhos e trilhas, lagos e circuitos de águas, monumentos, gramados, bosques, edificações e equipamentos urbanos (Fig. 14 e 15). Nas dependências do Bosque são desenvolvidas atividades relacionadas ao lazer contemplativo, atividades culturais, encontros ocasionais ou programados, exercícios físicos, piqueniques e outras inúmeras atividades ocasionadas pela criatividade dos usuários.

Figuras 14 e 15: Equipamentos do Bosque dos Buritis, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Quanto aos seus usuários, pode-se observar que são pessoas das mais diversas idades, variando entre trabalhadores, estudantes, moradores do entorno e transeuntes. É possível verificar maior público aos finais de semana, quando o parque recebe moradores de outras regiões. Além disso, nota-se o fluxo de usuários do Centro Livre de Artes que oferece cursos de pintura, música, artesanato, etc.

O entorno do Bosque dos Buritis conta com edificações diversificadas, variando entre espaços de justiça, como o Fórum e a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, e condomínios verticais, igrejas, colégios, além de alguns pontos de comércio formal, como restaurantes e lanchonetes (Fig. 16).

Figura 16: Entorno do Bosque dos Buritis, 2017.
Fonte: Google Earth (2017).



Diferentemente do Bosque dos Buritis, o Parque Municipal Flamboyant não foi previsto no plano original da capital. De acordo com relatório elaborado pelo CAU-GO em parceria com a AMMA, (2013), ele foi criado em 22 de setembro de 1950, no decreto número 18. Uma área que anteriormente cumpria a função de reserva ecológica com mata nativa foi somada ao que, naquele momento, era o Automóvel Clube de Goiás, conformando o que hoje o parque representa espacialmente.

No dia 19 de março de 2004 foi formalizada entre os requerentes doadores e o Município de Goiânia a doação da área de 87.332,00 m², situada no Setor Jardim Goiás, que agregava outras áreas adjacentes

dando origem ao Parque Flamboyant. [...] Na aprovação do projeto original do Jardim Goiás, de 1950, foram destinadas duas áreas públicas localizadas ao longo do curso d'água identificado como Córrego Sumidouro. [...] Com o remanejamento do Jardim Goiás, as duas áreas do projeto original juntaram-se formando o que hoje compõe o Parque Flamboyant, com área total de 141.872,08m². (CAU-GO, 2013. p.04).

Perante este cenário, houve grande mudança na configuração da malha urbana da região. O Parque Flamboyant se localiza no Setor Jardim Goiás, bairro planejado na década de 1960, ao sul da capital (Fig. 17 e 18). Este bairro recebeu grandes investimentos nas décadas de 1970 e 1980, como o Shopping Flamboyant e o Estádio Serra Dourada (ROSA, 2011).

Figuras 17 e 18: Imagem aérea do Parque Flamboyant e entorno – 1968 (loteamento do Jardim Goiás) e 1991 (entorno evidenciando a criação do Estádio Serra Dourada).

Fonte: SEPLAM, 2012.



Em resposta a estes investimentos, relata-se o avanço na qualidade de vida dos que moravam na região que foi beneficiada com a melhoria da infraestrutura. Diante disto, grandes construtoras passaram a investir no setor, especialmente nas áreas mais próximas ao parque (PRADO, 2012).

Em outubro de 2005, na gestão do então prefeito Iris Rezende, foi lançado o projeto que previa a reestruturação do que era até então uma área de proteção ambiental, para a construção do Parque Municipal Flamboyant. As obras foram finalizadas em setembro de 2007, culminando na inauguração do parque ao público.

No período de 2007 a 2010, ficou visível o aquecimento do mercado imobiliário na região, visto que ao menos 10 edifícios residenciais foram entregues, fazendo com que

o parque se efetivasse como um local passível de uso pelos moradores do entorno. Segundo levantamento realizado por Douglas Antônio Rocha Prado (2012), os apartamentos entregues naquela época possuíam entre 130 e 220m², sendo que o metro quadrado era comercializado por aproximadamente R\$ 4.850,00.

Diante deste cenário, nota-se que muitas construtoras associam ao valor dos seus empreendimentos, o bem-estar oferecido pela estrutura do parque. Garcia (1996) afirma que o *City Marketing* é capaz de vincular, de modo nem sempre ético, a cidade real e a cidade mental, visto que introduzem imagens escolhidas, segundo interesses e discursos seletivos.

Nos dias atuais (2017), a orla do Parque Flamboyant conta com edificações de uso misto. A grande maioria dos condomínios verticais localizados na região é de uso residencial de médio e alto padrão, enquanto alguns apresentam uso comercial (Fig. 19).

Figura 19: Entorno do Parque Municipal Flamboyant, 2017.
Fonte: Google Earth (2017).



É notado também, que o comércio regular é composto por restaurantes mais sofisticados, enquanto o comércio irregular se apropria da área do parque para vender lanches, doces e serviços como passeios de triciclo ou massagens (Fig. 20 e 21).

Figuras 20 e 21: Comércio Parque Municipal Flamboyant, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Diante do exposto, elaboraram-se mapas que apresentam a configuração espacial tanto do Bosque dos Buritis, quanto do Parque Flamboyant (Fig. 22 e 23). Eles indicam como se conforma a distribuição de alguns componentes nestes parques, tais como represas, áreas de forração, áreas de vegetação adensada, caminhos, pista de corrida, ciclovias e equipamentos urbanos como quiosques, píeres, mirantes e playgrounds. A partir deste levantamento, foi possível correlacionar o espaço físico com seus respectivos usos, inclusive demarcando a frequência de grupos.



- ÁREA REPRESADA
- VEGETAÇÃO FORRAÇÃO
- VEGETAÇÃO ADENSADA
- PISTA DE CORRIDA E/OU CICLOVIA
- ENTORNO IMEDIATO
- EQUIPAMENTOS URBANOS

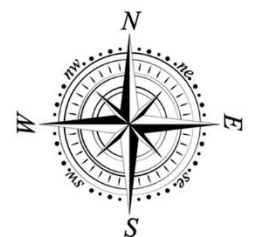


FIGURA 22 - MAPA BOSQUE DOS BURITIS . ELABORAÇÃO DO AUTOR (2017)



*Comportamentos Sociais em
Parques Públicos Contemporâneos*

De modo ampliado, os parques urbanos apresentam inúmeras funções que contribuem, em diversos aspectos, para a sustentabilidade da urbe. Por serem ambientes naturais e agradáveis, eles proporcionam a minimização dos problemas da cidade e trazem múltiplos benefícios aos seus habitantes.

Porquanto, o parque urbano contemporâneo desencadeia comportamentos variados nas pessoas, haja vista que serve como refúgio da vida citadina acelerada, reintegrando o cidadão com a natureza (MELAZO, 2005). Assim, é factível pensar nos parques como locais que amenizam os problemas ecológicos das metrópoles, além de melhorarem as tensões sociais, uma vez que propiciam um espaço de aproximação do ser humano com a natureza. Isso é enfatizado através das palavras de Velho (1973) quando diz que

Em tempos recentes a cidade tem sido estudada segundo o ponto de vista de sua geografia, e ainda mais recentemente segundo o ponto de vista de sua ecologia. Existem forças atuando dentro dos limites da comunidade urbana – na verdade dentro dos limites de qualquer área de habitação humana – forças que tendem a ocasionar um agrupamento típico e ordenado de sua população e instituições (VELHO, 1973. p.26-27).

Ainda considerando os benefícios oferecidos pelos parques urbanos, a dura rotina causada pela vida urbana pode ser minimizada por atividades realizadas ao ar livre – caminhadas, brincadeiras, passeios e encontros. Dessa forma, agrega-se, positivamente às suas funções, o atendimento das necessidades de lazer e de recreação.

Neste aspecto, cabe ressaltar como Dumazedier (2000) conceitua lazer, a saber, atividades realizadas no tempo livre. O autor aponta o seguinte:

Lazer é um conjunto de ocupações as quais os indivíduos podem entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2000. p.34).

Além disso, os parques urbanos também atuam como um ambiente de convivência. Apesar de ser perceptível a individualização das relações sociais contemporâneas, esse ambiente de encontro ainda cumpre a função de aproximar pessoas (mesmo as que já estão fisicamente vizinhas) e torná-las mais humanas. É o que Velho (1973) observa ao afirmar que

[...] sob as complexas influências da vida de cidade, o que se pode chamar de sentimento normal de vizinhança tem sofrido muitas mudanças curiosas e interessantes, tendo produzido muitos tipos inusitados de comunidades locais (VELHO, 1973. p.32).

Por fim, os parques desempenham funções ligadas à satisfação sensorial e estética, facultando uma diversificação da paisagem e amenizando a aspereza causada pela aglomeração dos prédios, ressaltando a importância da vegetação e do projeto paisagístico que representa a cultura local (MAGALHÃES; CRISPIM, 2003).

Quanto à satisfação sensorial, pode-se dizer que esta é relacionada à inserção de elementos que tragam à tona os sentidos do usuário, o que leva a uma sensação de prazer e identificação sociocultural com o espaço em questão (PALLASMAA, 2011). No que diz respeito à função estética, Guzzo (1999) considera que esta é pautada, principalmente, no papel de integração entre os espaços construídos.

Afinal, Ghel (2010) aponta a cidade como um lugar passível de encontros, onde há contato direto entre pessoas e entre comunidades, sendo todos esses encontros circundados por elementos naturais, como o ar. Deste modo, presume-se que, assim como a cidade, os parques também são ambientes de convivência, além de abarcarem multidões, o que sugere a existência de comportamentos sociais.

2.1. Comportamento Social e Percepção Ambiental em Parques Urbanos

A partir do momento em que se consideram os parques contemporâneos como elemento arquitetônico, é fundamental evidenciar que estas arquiteturas devem ser equilibradas e capazes de manter seus “segredos e mistérios” a fim de ativar sensações, imaginação e emoções em seu usuário.

No que diz respeito a “segredos e mistérios”, estes se referem à relação de interioridade com si mesmo ao usufruir deste ambiente. Ao afirmar que o “homem é um ser social”, Michel Foucault (2003) leva em consideração que, mesmo se relacionando com o meio, o homem também necessita manter seu íntimo em alerta. Apesar de ser um ambiente com funções sociais, os parques urbanos também cumprem a função de, por meio destes mistérios e prazeres, trazer tranquilidade e bem-estar psíquico ao frequentador.

É por essa razão que sensação e prazer estão intimamente ligados. Em se tratando disto, Russell e Mehrabian (1976) concordam que ‘prazer’ se refere à medida pela qual a pessoa se sente bem, feliz ou satisfeita na interação com um ambiente. O prazer (ou desprazer) é um dos estados emocionais que reproduz o comportamento de aproximação ou afastamento das pessoas de um determinado local. Essa conduta está relacionada à vontade do ser de ficar no ambiente, desbravá-lo, movimentar-se no cenário, visitá-lo outras vezes, ou, ao invés disso, ir embora e não retornar por sentir-se desconfortável ao estar ali.

Isso ocorre porque a excitação, conforme assinalam Russell e Mehrabian (1976), é outro estado de reação emocional apto a mediar o comportamento de aproximação ou afastamento das pessoas em relação a um lugar. Esse estado emocional trata do grau em que a pessoa se sente alerta, estimulada ou ativa no ambiente.

Vale destacar que as emoções acontecem através da somatória de sensações, percepções e experiências. Sobre este assunto, Melazo (2005) indica que

A percepção individual ocorre através dos órgãos dos sentidos associados a atividades cerebrais. As diferentes percepções do mundo estão relacionadas às diferentes personalidades, à idade, às experiências, aos aspectos socioambientais, à educação e à herança biológica. (MELAZO, 2005. p.50)

Não obstante, a função primordial do parque contemporâneo é receber cidadãos. Por essa razão, presume-se que esse ambiente favoreça a observação de comportamentos sociais, uma vez que abarca multidões diversificadas. Comportamento social é um termo que pode sugerir uma contraposição com o que seria o 'comportamento individual', referenciando-se ao modo com que as pessoas agem, pensam, falam etc. (ANDERY & SÉRIO, 2006, p.124). Nesse aspecto, seja dito de passagem, que o comportamento social é motivado, sobretudo, pela ocorrência de vários comportamentos individuais similares.

Obviamente que cada cidadão tem uma percepção diferente deste espaço, entretanto, muitos desses comportamentos são exteriorizados de forma similar. Um exemplo é o estender de uma toalha no gramado e ficar olhando o balançar das folhas das árvores, ou ainda buscar o refúgio da natureza para a prática de atividades físicas, dentre outros.

O ambiente natural assim como os ambientes construídos são percebidos de acordo com os valores e as experiências individuais dos homens onde são atribuídos valores e significados em um determinado grau de importância em suas vidas (MELAZO, 2005. p.50).

Interpretar os diferentes comportamentos no uso dos ambientes que são construídos e socialmente habitados, como é o caso dos parques, pode ajudar os projetistas e pesquisadores a perceberem quais aspectos podem ser melhorados construtiva e conceitualmente, quais caminhos precisam ser tomados para tal e, sobretudo, compreenderem o quão as relações humanas são complexas e infinitas em suas variáveis.

Os ambientes socialmente habitados definem a existência de uma pessoa através de seus sentidos, pois o mundo, para um sujeito, se conforma a partir daquilo que os sentidos lhe dizem (LIMA, 2010). Assim sendo, infere-se que cada pessoa vive em um

mundo único, construído de acordo com as suas percepções, sendo que essas diferentes percepções caracterizam as relações entre pessoas e ambientes diversos.

É através desses sentidos que é possível conhecer, perceber e se relacionar com o mundo ao redor. Segundo Davidoff (1983) e Lima (2010), de acordo com as suas experiências, expectativas, emoções, motivações e estímulos sensoriais, cada indivíduo tem uma percepção única das informações que lhe são dadas. Assim sendo, a percepção é individual e nem sempre é reflexo perfeito da realidade, não só pelos fatores já citados, mas também pelo funcionamento do organismo humano, no qual muitas vezes os sentidos não respondem a muitos aspectos do ambiente em que estão inseridos (DAVIDOFF, 1983).

Cabe ressaltar que 'sensorialidade' é a percepção crítica do ambiente e se dá através dos órgãos dos sentidos. Isso é o que Juhani Pallasmaa (2011) procura demonstrar em *Os olhos da pele*, ao atentar que a arquitetura não pode ser um instrumento banal de funcionalidades espaciais, conforto corporal ou prazer, deixando para trás sua tarefa mediática.

Em vez de uma experiência plástica e espacial embasada na existência humana, a arquitetura tem adotado a estratégia psicológica da publicidade e da persuasão instantânea; e as edificações [o que inclui os parques urbanos] se tornaram produtos visuais desconectados da profundidade existencial e da sinceridade (PALLASMAA, 2011. p.29).

Em contraponto à natureza artificial proveniente de edificações e de materiais industrializados, os ambientes habitados contemporâneos podem ser dotados de referências naturais que ajudam o cidadão a estabelecer uma relação de conforto e bem-estar.

Os materiais naturais – pedra, tijolo e madeira – deixam que nossa visão penetre em suas superfícies e permitam que nos convençamos da veracidade da matéria. Os materiais naturais expressam sua idade histórica, além de nos contar suas origens e seu histórico de uso pelos humanos. [...] Já os materiais industrializados atuais – chapas de vidro sem escala, metais esmaltados e plásticos sintéticos – tendem a apresentar suas superfícies inflexíveis aos nossos olhos sem transmitir sua essência material ou idade (PALLASMAA, 2011. p.30)

Através disto, supõe-se que conforto está relacionado com a sensação que remete à materialidade da arquitetura, enquanto o bem-estar está ligado à percepção que, por sua vez, remete à imaterialidade do design. Isso significa que os parques urbanos que apresentam muitos elementos naturais, ou que se relacionam mais intimamente com a natureza, trazem mais bem-estar do que conforto.

Como o cerne desta pesquisa se localiza, também nos campos do design, faz-se necessário uma busca mais aprofundada sobre a percepção ambiental. Concordando com o pensamento holístico de Merleau Ponty, Pallasmaa (2011) afirma que

minha percepção é [portanto] não uma soma de pressupostos visuais, táteis e auditivos: eu percebo de maneira total com todo meu ser: eu abarco uma estrutura única da coisa, um modo único de ser, o qual fala com todos meus sentidos ao mesmo tempo (PALLASMAA, 2011. p.20).

Portanto, percepção é a interação do indivíduo com seu meio e esse vínculo se dá através dos órgãos dos sentidos. Para que o fato possa ser percebido, é necessário que o indivíduo tenha algum interesse no objeto e esse interesse se baseia nos saberes, na cultura, na ética e na postura de cada um, fazendo com que cada sujeito tenha uma percepção diferente em relação a um mesmo objeto. Já a percepção ambiental pode ser definida como a tomada de consciência do ambiente no qual o homem está inserido, onde cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio em que vive (FERNANDES, *et al*, 2004, p.01)

Nesta dissertação, a compreensão do que é percepção atua auxiliando no entendimento de como se dá a relação entre a população e o parque urbano. Segundo Tuan (1983), a urbe é percebida como um aglomerado de imagens que estão ligadas entre si, essas imagens levam os usuários a formatar um esquema perceptivo da paisagem urbana. Por conta das dimensões da cidade e dos nossos limites de apreensão, percebemos a cidade de forma fragmentada e a imagem resultante é composta de lembranças e significados. Assim sendo, o autor (1983, p.151) afirma que “o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado”.

O que Ferrara (1999) entende sobre percepção ambiental é que a linguagem e a apreensão que os usuários captam de um determinado local têm sua existência identificada pelo modo como as imagens são registradas e associadas.

Percepção é informação na medida em que a informação gera informação: usos e hábitos são signos do lugar informado que só se revela na medida em que é submetido a uma operação que expõe a sua linguagem. A essa operação dá-se o nome de percepção ambiental. (FERRARA, 1999. p.151).

Por isso se esclarece que a rápida transformação que constitui o 'signo' da cidade, relativiza, em um curto espaço de tempo, estas imagens (FERRARA, 1999). Porque, conforme descreve Okamoto (1997), os sentidos podem ser sistematizados em perceptivo, espacial e proxêmico.

O primeiro se refere ao sistema sensorial e é composto pela visão, audição, tato, olfato e paladar, que interpretam as mudanças do meio externo, gerando bem-estar ou não. O segundo faz referência ao ambiente físico que é composto pelas pessoas e pelos equipamentos que lhes possibilita desempenhar atividades. O terceiro e último é determinado através das distâncias físicas que as pessoas estabelecem livremente entre si no trato social, e das variações dessas distâncias de acordo com as condições ambientais e os diversos grupos ou situações sociais e culturais em que se encontram.

Isso demonstra que as percepções não são feitas apenas daquilo que as sensações trazem, mas também por aquilo que as representações coletivas impõem aos cidadãos. Afinal, conforme Capra (apud MATURANA E VARELA, 1999. p.296), "[...] o mundo que todos veem, não é o mundo, mas um mundo que criamos juntamente com outras pessoas". Todavia,

[...] selecionam-se os estímulos do meio ambiente sem se ter consciência disto. Pela mente seletiva, diante do bombardeio de estímulos, são selecionados os aspectos de interesse ou que tenham chamado atenção, é só aí que ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentido), resultando em uma resposta que conduz a um comportamento (Okamoto, 1997, p.200).

Os estudos relativos à percepção ambiental, usados como instrumentos que aprimoram os usos dos ambientes públicos contemporâneos, auxiliam na identificação das

necessidades sociais e ajudam a direcionar os esforços na hora de traçar estratégias que objetivam melhorias. Além disto, facilitam a sistematização dos comportamentos existentes nos ambientes dos parques urbanos, o que clarifica o funcionamento característico destes espaços.

2.2. Usos e Usuários dos Parques em Goiânia

A fim de esclarecer quem são os usuários dos parques, quais os usos desempenhados nestes espaços e quais comportamentos sociais são notáveis, adotou-se, metodologicamente, a técnica de observação e mapeamento comportamental.

De acordo com Danna e Matos (2006), o método da observação é caracterizado por ser sistemático e objetivo, desta forma, deve ser planejado e conduzido em função de um objetivo previamente definido. Para tanto, é necessário que seja estabelecido onde, quando e como será essa observação, e quem ou o que será observado.

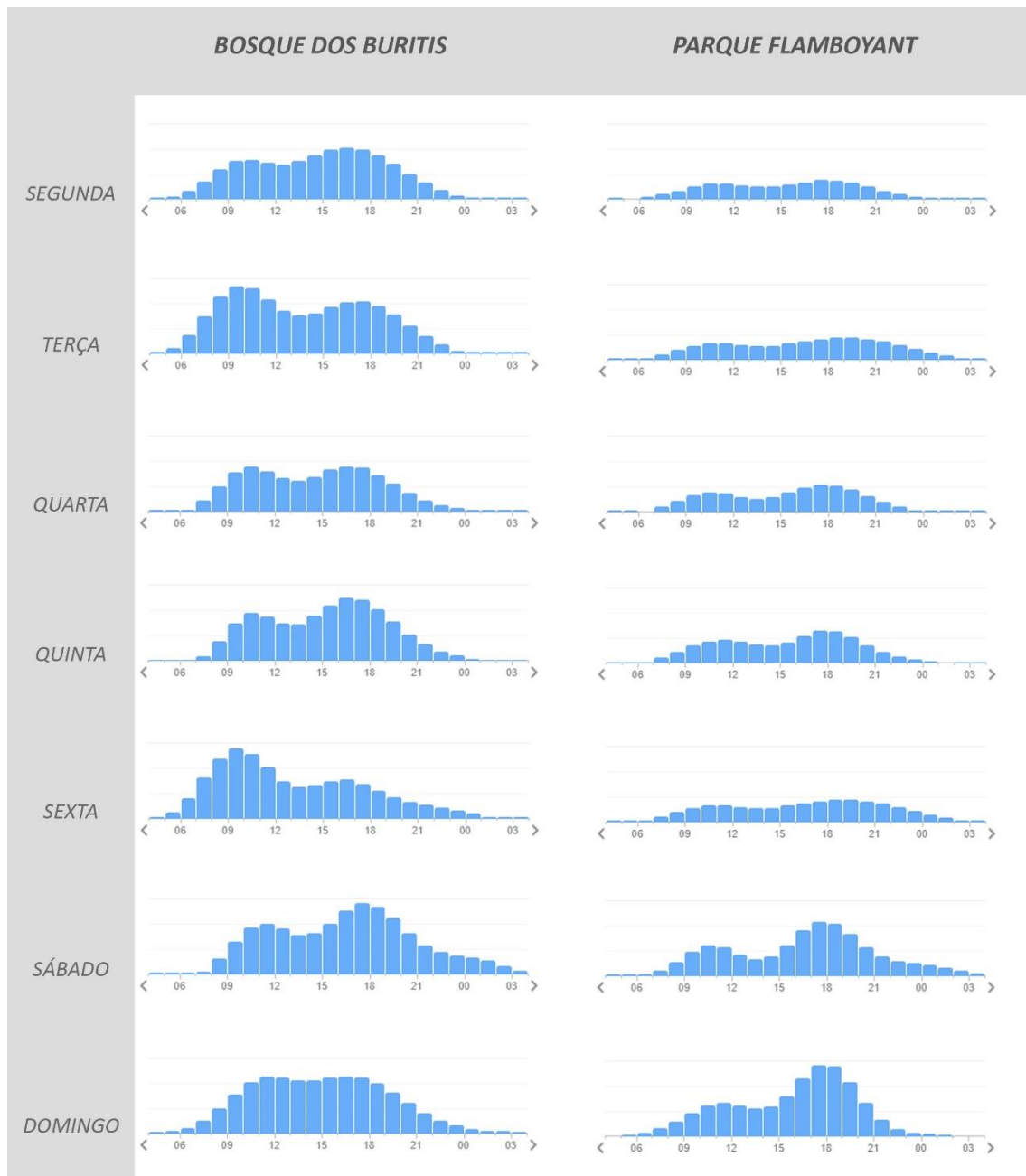
Para Sommer e Sommer (1997), o cumprimento da técnica do mapeamento comportamental centrado no lugar orienta a sistematização da coleta de dados por meio de um documento científico – que pode ser um mapa ou um diagrama –, para representar graficamente as localizações e os comportamentos das pessoas no espaço.

Esse documento gráfico estabelece uma relação entre o espaço físico e o comportamento dos usuários, classificando em categorias definidas de acordo com o objetivo do estudo e oportunizando análises críticas das atividades, além de facultar comparações com atividades que foram planejadas para o local.

As redes sociais são ferramentas contemporâneas de relação virtual e algumas delas são baseadas nos registros geográficos. O Foursquare, por exemplo, se autoproclama como sendo uma rede ‘geo-social’, onde é possível estabelecer relações com outras pessoas que frequentam os mesmos ambientes e, até mesmo, atribuir pontuações a determinados estabelecimentos. A Google, uma empresa de serviços online que desenvolve produtos para internet, mostra em uma das suas funções quais os momentos de maior movimento em determinados locais.

Os principais parques da cidade de Goiânia já figuram na plataforma que mostra informações relativas à frequência de seus usuários, distribuídas de acordo com os dias da semana e seus respectivos horários, conforme mostra a figura 24.

Figura 24: Gráficos de Frequência Bosque dos Buritis e Parque Flamboyant, 2018.
Fonte: Google, adaptado pelo autor (2018).



Dessa forma, para a produção do mapa comportamental do Bosque dos Buritis e do Parque Flamboyant foram realizadas visitas periódicas de até duas horas, a fim de diversificar a análise das atividades desempenhadas.

As visitas aconteceram nos períodos matutino, vespertino e noturno, em diferentes épocas do ano, com a finalidade de verificar a interferência das intempéries no comportamento dos usuários. Esse mesmo procedimento foi aplicado em diferentes dias da semana, finais de semana e feriados. Em todas as visitas foram realizadas contagens aproximativas dos usuários presentes nos parques. Para realizar estas contagens, utilizaram-se dois contadores manuais (gestores de fluxo). Duas pessoas realizaram a contagem simultaneamente e, ao final de cada visita, os resultados foram comparados, somados e divididos por dois, com o propósito de se obter a média aritmética. A partir destas contagens, obteve-se as seguintes tabelas:

QUADRO DE VISITAÇÃO BOSQUE DOS BURITIS – SETEMBRO 2016 (tabela 01)			
VISITA	DATA	PERÍODO	CONTAGEM
01	13/09/2016 – terça feira	vespertino – 18:00 às 18:50	480 usuários
02	15/09/2016 – quinta feira	noturno – 18:50 às 19:30	221 usuários
03	16/09/2016 – sábado	matutino – 07:30 às 08:30	304 usuários
04	17/09/2016 – domingo	matutino – 10:00 às 10:45	499 usuários
05	17/09/2016 – domingo	vespertino – 16:50 às 18:10	574 usuários

SETEMBRO- Período de seca (altas temperaturas). Período letivo.

QUADRO DE VISITAÇÃO BOSQUE DOS BURITIS – JANEIRO 2017 (tabela 02)			
VISITA	DATA	PERÍODO	CONTAGEM
01	19/01/2017 – quinta feira	matutino – 09:45 às 11:05	338 usuários
02	21/01/2017 – sábado	matutino – 09:00 às 10:30	399 usuários
03	21/01/2017 – sábado	vespertino – 17:00 às 18:20	521 usuários
04	22/01/2017 – domingo	matutino – 06:00 às 07:00	201 usuários
05	22/01/2017 – domingo	vespertino – 14:30 às 15:30	515 usuários
06	23/01/2017 – segunda	vespertino – 17:30 às 18:30	412 usuários

JANEIRO- Período com chuvas esporádicas (altas temperaturas). Férias (Horário de verão)

QUADRO DE VISITAÇÃO BOSQUE DOS BURITIS – ABRIL 2017 (tabela 03)			
VISITA	DATA	PERÍODO	CONTAGEM
01	26/04/2017 – sexta feira	vespertino – 12:00 às 13:00	236 usuários
02	26/04/2017 – sexta feira	vespertino – 18:20 às 19:00	487 usuários
03	29/04/2017 – sábado	vespertino – 12:30 às 14:10	446 usuários
04	29/04/2017 – sábado	vespertino – 17:00 às 18:05	511 usuários
05	30/04/2017 – domingo	matutino – 08:10 às 09:00	326 usuários
06	30/04/2017 – domingo	noturno – 19:00 às 21:00	157 usuários

MARÇO- Período seco com chuvas esporádicas. Período letivo

QUADRO DE VISITAÇÃO BOSQUE DOS BURITIS – JUNHO 2017 (tabela 04)

VISITA	DATA	PERÍODO	CONTAGEM
01	29/06/2017 – quinta feira	matutino – 07:40 às 08:30	224 usuários
02	29/06/2017 – quinta feira	vespertino – 15:10 às 15:50	323 usuários
03	30/06/2017 – sexta feira	matutino – 09:40 às 10:40	339 usuários
04	01/07/2017 – sábado	vespertino – 14:30 às 15:30	498 usuários
05	02/07/2017 – domingo	matutino – 11:30 às 12:40. feira	662 usuários
06	02/07/2017 – domingo	vespertino – 16:10 às 17:00. feira	837 usuários

JUNHO- Período seco sem chuvas (temperatura abaixo do normal). Fim do período letivo

QUADRO DE VISITAÇÃO PARQUE FLAMBOYANT – SETEMBRO 2016 (tabela 05)

VISITA	DATA	PERÍODO	CONTAGEM
01	07/09/2016 – quarta feira	vespertino – 18:00 às 18:59	376 usuários
02	09/09/2016 – sexta feira	matutino – 11:15 às 12:30	142 usuários
03	09/09/2016 – sexta feira	vespertino – 17:10 às 17:50	323 usuários
04	10/09/2016 – sábado	matutino – 10:00 às 10:45	274 usuários
05	11/09/2016 – domingo	vespertino – 16:50 às 18:10	587 usuários

SETEMBRO- Período de seca (altas temperaturas). Período letivo.

QUADRO DE VISITAÇÃO PARQUE FLAMBOYANT – JANEIRO 2017 (tabela 06)

VISITA	DATA	PERÍODO	CONTAGEM
01	11/01/2017 – quarta feira	vespertino – 17:15 às 18:00	259 usuários
02	14/01/2017 – sábado	vespertino – 16:30 às 17:30	497 usuários
03	14/01/2017 – sábado	noturno – 19:30 às 20:20	311 usuários
04	15/01/2017 – domingo	matutino – 06:00 às 07:05	107 usuários
05	15/01/2017 – domingo	vespertino – 14:00 às 15:20	481 usuários
06	15/01/2017 – domingo	vespertino – 18:30 às 19:20 chuva	620 usuários

JANEIRO- Período com chuvas esporádicas (altas temperaturas). Férias (Horário de verão)

QUADRO DE VISITAÇÃO PARQUE FLAMBOYANT – MARÇO 2017 (tabela 07)

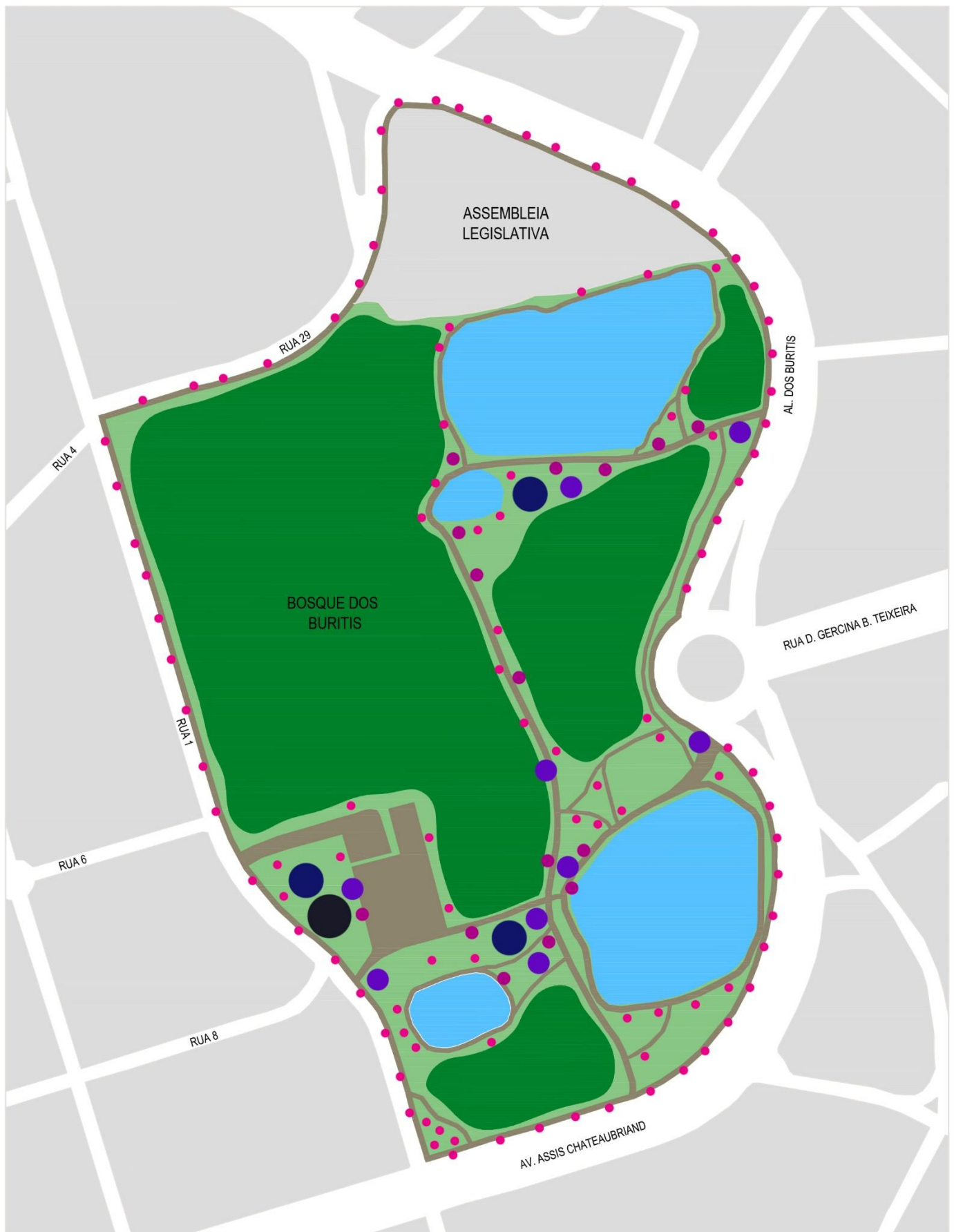
VISITA	DATA	PERÍODO	CONTAGEM
01	02/03/2017 – quinta feira	vespertino – 17:30 às 18:30. feira	496 usuários
02	03/03/2017 – sexta feira	vespertino – 14:30 às 15:20	180 usuários
03	04/03/2017 – sábado	matutino – 08:00 às 08:45	322 usuários
04	04/03/2017 – sábado	matutino – 12:00 às 12:55	409 usuários
05	05/03/2017 – domingo	matutino – 11:10 às 12:00	417 usuários
06	05/03/2017 – domingo	vespertino – 16:00 às 17:30	754 usuários

MARÇO- Período seco com chuvas esporádicas. Período letivo

QUADRO DE VISITAÇÃO PARQUE FLAMBOYANT – JUNHO 2017 (tabela 08)			
VISITA	DATA	PERÍODO	CONTAGEM
01	<i>20/06/2017 – terça-feira</i>	<i>matutino – 07:40 às 08:30</i>	<i>105 usuários</i>
02	<i>20/06/2017 – terça-feira</i>	<i>vespertino – 15:10 às 15:50</i>	<i>098 usuários</i>
03	<i>24/06/2017 – sábado</i>	<i>matutino – 08:50 às 09:45</i>	<i>352 usuários</i>
04	<i>24/06/2017 – sábado</i>	<i>vespertino – 17:00 às 18:15</i>	<i>602 usuários</i>
05	<i>25/06/2017 – domingo</i>	<i>matutino – 11:10 às 12:00</i>	<i>317 usuários</i>
06	<i>25/06/2017 – domingo</i>	<i>noturno – 23:00 às 23:45</i>	<i>117 usuários</i>

JUNHO- Período seco sem chuvas (temperatura abaixo do normal). Fim do período letivo.

A partir deste levantamento de informações em campo, foi possível sistematizar os dados gerando mapas que mostram a frequência por grupos, qualificando o uso dos parques de forma coletiva (Fig. 25 e 26). Para tal, foram criadas categorias baseadas no número de pessoas interagindo entre si, variando do uso individual até agrupamentos superiores ao número de cinquenta pessoas. Por meio deste cruzamento de informações foi possível verificar, por exemplo, que o uso individual ou em dupla ocorre majoritariamente nas bordas do parque, enquanto o interior do ambiente abriga grupos de tamanhos diversos. Também foi possível notar que os agrupamentos maiores normalmente se fixam em um local específico, havendo pouca ou nenhuma variação na instalação de eventos de grande porte.



- ÁREA REPRESADA
- VEGETAÇÃO FORRAÇÃO
- VEGETAÇÃO ADENSADA
- PISTA DE CORRIDA E/OU CICLOVIA
- ENTORNO IMEDIATO

- DE 1 À 2 PESSOAS
- GRUPOS DE ATÉ 5 PESSOAS
- GRUPOS DE ATÉ 10 PESSOAS
- GRUPOS DE ATÉ 50 PESSOAS
- ACIMA DE 50 PESSOAS

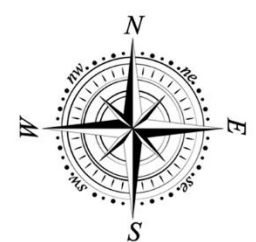


FIGURA 25 - MAPA FREQUÊNCIA POR GRUPOS BOSQUE DOS BURITIS. ELABORAÇÃO DO AUTOR (2017)



- | | |
|---|--|
| ● ÁREA REPRESADA | ● DE 1 À 2 PESSOAS |
| ● VEGETAÇÃO FORRAÇÃO | ● GRUPOS DE ATÉ 5 PESSOAS |
| ● VEGETAÇÃO ADENSADA | ● GRUPOS DE ATÉ 10 PESSOAS |
| — PISTA DE CORRIDA E/OU CICLOVIA | ● GRUPOS DE ATÉ 50 PESSOAS |
| ● ENTORNO IMEDIATO | ● ACIMA DE 50 PESSOAS |

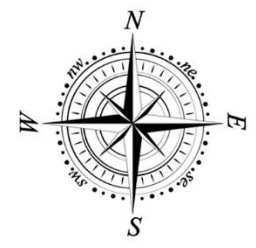


FIGURA 26 - MAPA FREQUÊNCIA POR GRUPOS PARQUE FLAMBOYANT. ELABORAÇÃO DO AUTOR (2017)

2.3. Análise Comportamental Bosque dos Buritis e Parque Flamboyant

Após vinte e três visitas ao Bosque dos Buritis, com aproximadamente 30 horas de estadia e realizadas no mês de setembro de 2016, notou-se que as atividades desenvolvidas estavam relacionadas, majoritariamente, à passagem ou encontros casuais, uma vez que ocorreram em dias de semana. Ainda nesta ocasião, observou-se que, dentre as pessoas presentes no bosque, muitos eram estudantes do Centro Livre de Artes. Além disso, verificou-se também que há um aumento no número de frequentadores nos horários mais próximos ao final da tarde, onde a principal atividade é a caminhada que acontece no perímetro do bosque. Durante as visitas efetuadas no final de semana do mesmo mês, verificou-se que as atividades desempenhadas eram referentes a encontros programados, muitas vezes de caráter familiar. Também foi comum notar que estes encontros, especialmente os que se davam no período vespertino, culminavam em um piquenique ou lanche casual nos quiosques do parque.

No mês de janeiro de 2017 foram realizadas outras seis visitas. O horário brasileiro de verão representou um grande diferencial neste período, uma vez que os usuários permaneciam por mais tempo no parque. Além disso, diferentemente do mês de setembro de 2016, em janeiro houve a possibilidade de presenciar situações de chuvas esporádicas, o que fazia com que algumas visitas fossem interrompidas. Não obstante, pode-se notar que muitas pessoas usam o bosque como abrigo, aguardando até o momento de a chuva cessar. No que diz respeito ao comportamento dos usuários, percebeu-se muitas famílias em passeios, especialmente com a finalidade de entreter seus filhos, que faziam uso do parque e dos gramados para brincadeiras (Fig. 27). As atividades físicas continuavam centralizadas nas margens do Bosque.

Figura 27: Observação do Bosque dos Buritis, encontros familiares, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Também foram realizadas seis visitas no mês de abril de 2017. Apurou-se que o período vespertino apresenta um número maior de visitantes em relação aos demais turnos. Neste mês também ocorreu a primeira visita noturna, onde foi possível compreender que, neste período, o funcionamento do parque é totalmente diferente dos demais horários. A visita noturna teve duração de duas horas e aconteceu em um domingo, quando notou-se que muitos homens utilizam o interior da mata para prática de atos libidinosos e para consumo e venda de drogas. A prática destes atos libidinosos foi constatada através da observação do local à luz do dia, em visita posterior, onde foram encontradas inúmeras embalagens de preservativos jogados no chão do interior da área de reserva (Fig. 28). Ressalta-se que as aulas no Centro Livre de Artes fazem com que o parque se mantenha ativo durante o período noturno, mesmo com a fragilidade da segurança do local.

Figura 28: Observação do Bosque dos Buritis, prática de atos libidinosos, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



O último ciclo de visitas realizadas ocorreu em junho de 2017. Na grande maioria das visitas a temperatura estava abaixo do normal, girando em torno de 17 e 23 graus celsius. Três visitas ocorreram em dias de semana e outras três durante o final de semana. Observou-se um declínio no número de visitantes durante os dias de semana. Em contrapartida, o número de visitantes aos finais de semana cresceu, sobretudo por conta da realização de eventos. A última visita deste ciclo foi marcada por um encontro de cultivadores de orquídeas, onde foram montados estandes para comercialização da

espécie e produtos relativos ao manejo das plantas no estacionamento do parque (Fig. 29 e 30). Neste mesmo dia também ocorreu uma palestra ao ar livre, organizada na área próxima ao monumento da paz (Fig. 31 e 32).

Figuras 29 e 30: Observação do Bosque dos Buritis, eventos realizados no parque, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Figuras 31 e 32: Observação do Bosque dos Buritis, monumento da paz, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Quanto às visitas ao Parque Flamboyant, estas aconteceram concomitantemente às do Bosque dos Buritis, o que auxiliou a estabelecer comparações entre os dois ambientes. A exemplo do primeiro caso, as visitas ao Parque Flamboyant também somaram aproximadamente trinta horas de permanência nas dependências do parque. Outrossim, o primeiro ciclo ocorreu em setembro de 2016, quando ocorreram cinco visitas, três delas em dias de semana e outras duas ao final da semana. Durante as primeiras idas observou-se que os usuários desfrutaram do espaço para prática de atividades variadas, especialmente as relacionadas ao cuidado com o corpo. Aulas de

exercícios funcionais, corrida, yoga e ciclismo figuraram como as principais (fig. 33), sendo que, no período da manhã, o número de praticantes é menor do que à tarde. Durante o final de semana, o ambiente se torna um local de apropriação pública de fato, onde é comum notar que cada indivíduo utiliza o espaço da forma que acha mais conveniente.

Figura 33: Observação Parque Flamboyant, aula de yoga ao ar livre, 2016.
Fonte: Acervo do autor (2016).



Nas visitas de janeiro de 2017, especialmente na ocorrida na quarta-feira, percebeu-se que o ambiente é ocupado majoritariamente por transeuntes ou por babás, que levam crianças para brincar no parque. Por via de regra, uma ou outra pessoa utiliza o espaço para atividades físicas mais pesadas no meio da tarde. Aos finais de semana, geralmente após o almoço, é comum notar que algumas pessoas aproveitam das paisagens do parque para fazer ensaios fotográficos, enquanto outras apenas passeiam pelo local, sem muitos objetivos estabelecidos. Ademais, aparentemente, vem crescendo o número de pessoas que optam por comemorar seus aniversários nas dependências do parque, visto que é normal presenciar festas que são organizadas quase que como um piquenique, entretanto, com itens típicos das comemorações como bolo, balões, presentes, etc. (Fig. 34).

Figura 34: Observação do Parque Flamboyant, festas de aniversário, 2016.
Fonte: Acervo do autor (2016).



Ainda no mês de janeiro, realizou-se uma visita no período noturno. Assim como no Bosque dos Buritis, foi possível notar comportamentos díspares, como alguns indivíduos que adentram a área de reserva ambiental para consumo de drogas, porém, em um grau bastante inferior ao notado no primeiro caso.

Em março de 2017, as visitas ocorreram predominantemente aos finais de semana, posto que os comportamentos nestes dias são mais criativos e variados. Nestas ocasiões foi verificada uma série de encontros de cunhos diversificados, dentre eles, um grupo de jovens que se reuniam caracterizados como personagens de desenhos animados japoneses (*cosplay*), um encontro de cachorros da raça pug e um grupo de formandos de odontologia que aproveitavam o ambiente para fazer um ensaio fotográfico para convites de formatura (Fig. 35 e 36). Grande parte destes eventos aconteceu no período vespertino, o que reforça o potencial do parque durante este horário.

Figuras 35 e 36: Observação do Parque Flamboyant, ensaio fotográfico de formandos, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



O último ciclo de visitas ao Parque Flamboyant ocorreu igualmente em junho de 2017, onde foi possível notar que alguns equipamentos do parque haviam sido revitalizados, tais como placas, luminárias e algumas lixeiras. Além disso, duas estações de ginástica foram instaladas (Fig. 37 e 38), haja vista que os locais estabelecidos para desempenhar este tipo de atividade pareciam não comportar o fluxo de praticantes. Em adição ao exposto, notou-se o aumento de comerciantes nas dependências do parque e, afora os produtos tradicionais, como pipoca, algodão doce e sorvetes, registrou-se o surgimento de novos serviços ofertados, como passeios de triciclos e carrinhos motorizados para crianças (Fig. 39 e 40).

Figuras 37 e 38: Observação do Parque Flamboyant, estação de ginástica e sinalização revitalizada, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



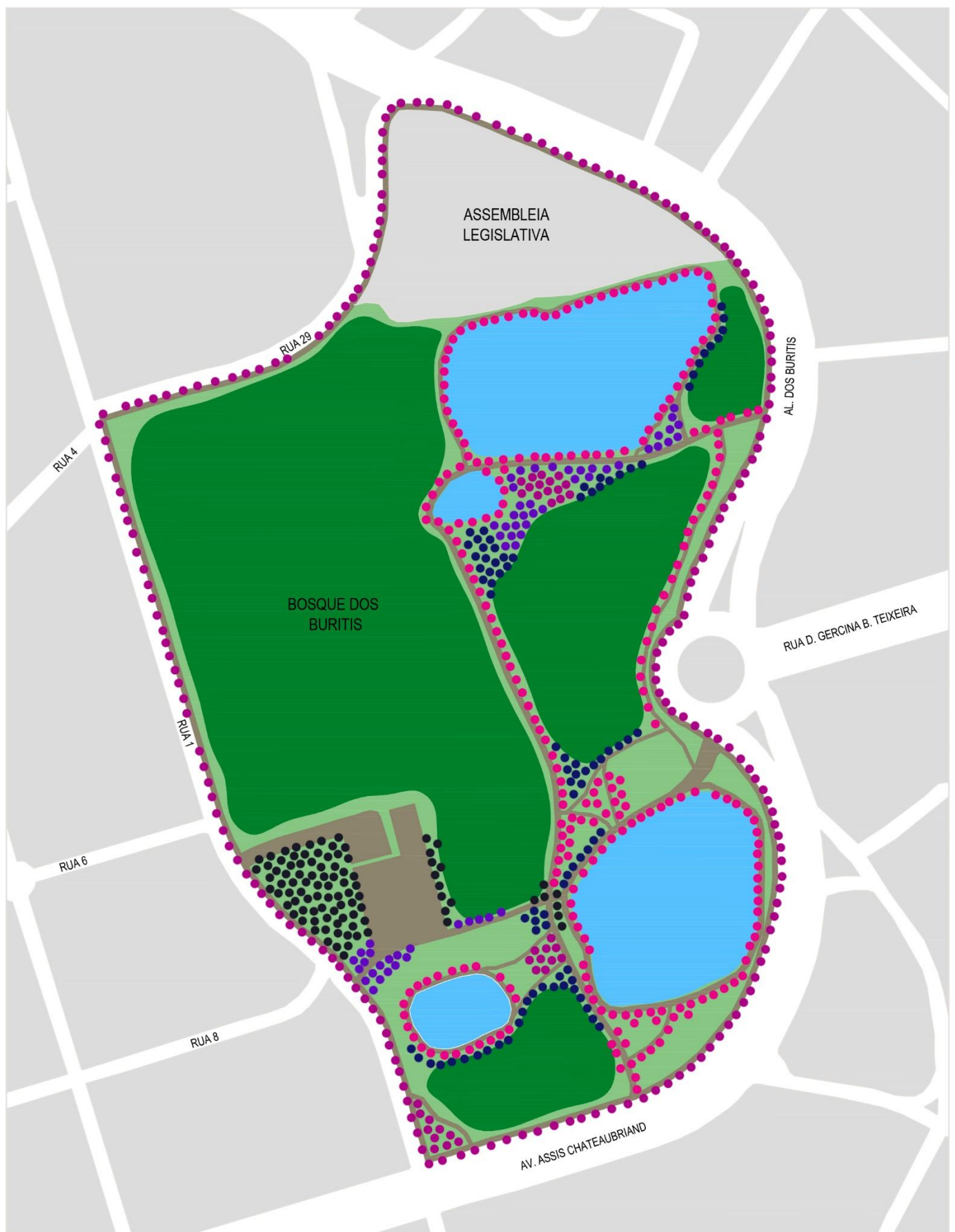
Figuras 39 e 40: Observação do Parque Flamboyant, comércio de serviços, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Diante do exposto até então, foi possível organizar as informações de modo a confeccionar um mapa que registra a relação entre comportamentos e localidades, criando mapeamentos comportamentais do Bosque dos Buritis e do Parque Flamboyant.

Na concepção de Pinheiro, Elali & Fernandes (2008, p.83), a técnica do mapeamento comportamental está relacionada à "pesquisa que explora a associação entre fenômenos comportamentais e o ambiente em que ocorrem". No presente trabalho, o mapeamento está centrado nos parques estipulados como estudo de caso e levaram em consideração as visitas de observação realizadas entre setembro de 2016 e junho de 2017. No decorrer das visitas, rascunhos e croquis foram preenchidos relacionando o espaço com tipo de atividade realizada no parque. A coleta desses dados, sobrepostos aos rascunhos, possibilitou a geração de um único esquema para cada parque, ou seja, o design de um mapa comportamental.

Vale evidenciar que o propósito destes mapas não reside em mostrar com precisão todos os comportamentos notados nos ambientes de estudo, mas sim em elencar os principais, relacionando-os com o espaço de um modo geral. Através desta relação é possível verificar a existência de algumas conexões entre os comportamentos e a materialidade do espaço. (Fig. 41 e 42).



- | | |
|---|--|
| ● ÁREA REPRESADA | ● CONTEMPLAÇÃO / DESCANSO |
| ● VEGETAÇÃO FORRAÇÃO | ● ATIVIDADES FÍSICAS |
| ● VEGETAÇÃO ADENSADA | ● BRINCADEIRAS |
| ● PISTA DE CORRIDA E/OU CICLOVIA | ● PIQUENIQUES / COMEMORAÇÕES |
| ● ENTORNO IMEDIATO | ● ENCONTROS ORGANIZADOS |

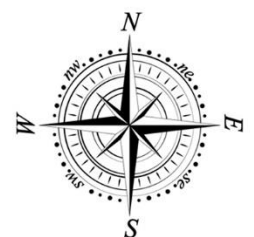
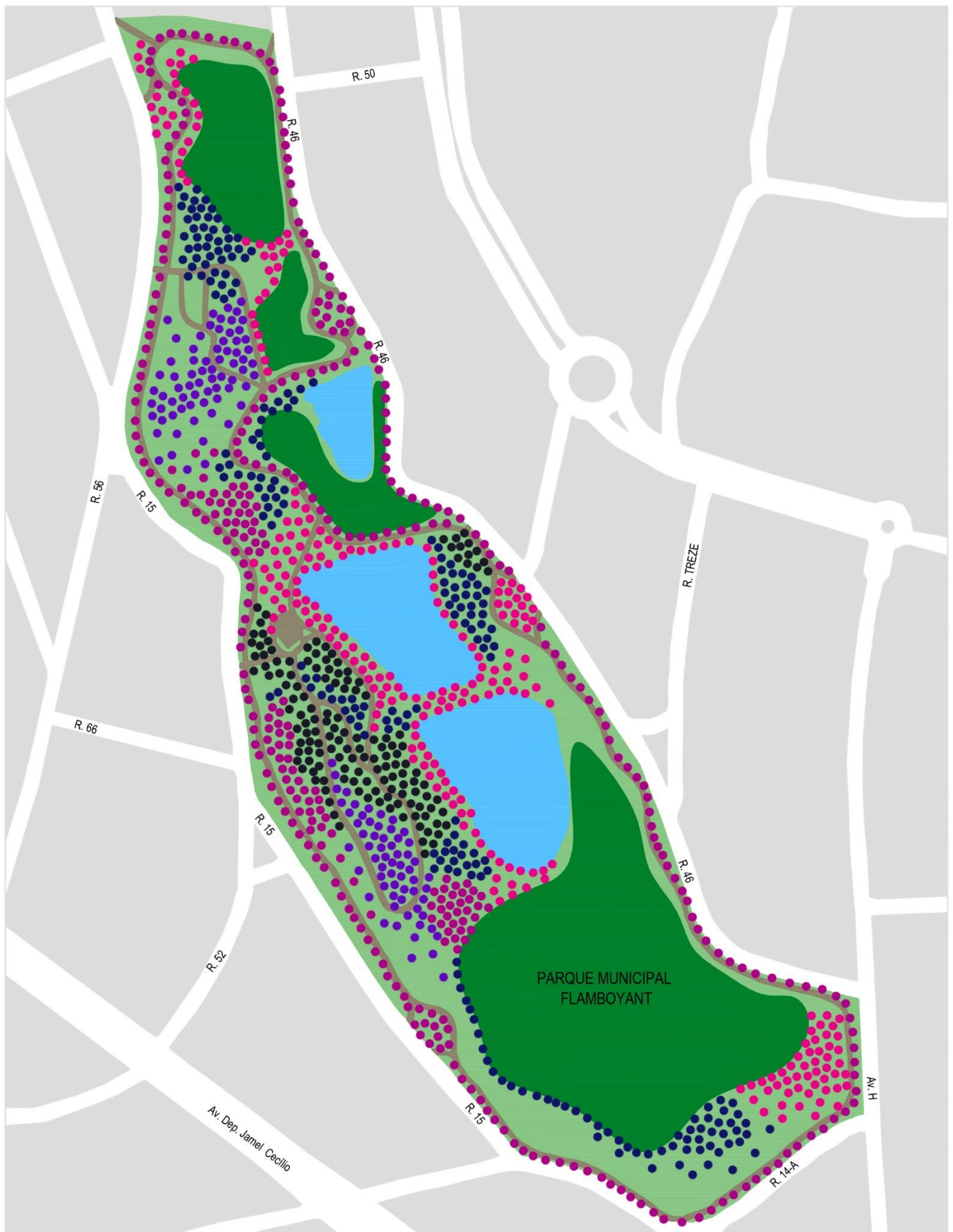


FIGURA 41 - MAPA COMPORTAMENTAL BOSQUE DOS BURITIS. ELABORAÇÃO DO AUTOR (2017)



- ÁREA REPRESADA
- VEGETAÇÃO FORRAÇÃO
- VEGETAÇÃO ADENSADA
- PISTA DE CORRIDA E/OU CICLOVIA
- ENTORNO IMEDIATO
- CONTEMPLAÇÃO / DESCANSO
- ATIVIDADES FÍSICAS
- BRINCADEIRAS
- PIQUENIQUES / COMEMORAÇÕES
- ENCONTROS ORGANIZADOS

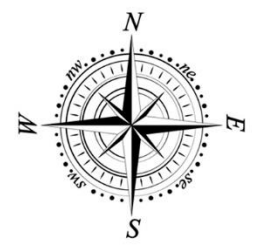


FIGURA 42- MAPA COMPORTAMENTAL PARQUE FLAMBOYANT. ELABORAÇÃO DO AUTOR (2017)

Ao comparar os mapeamentos, diagnosticou-se que, tanto o Bosque dos Buritis quanto o Parque Flamboyant, apresentam comportamentos diversificados, sobretudo no que diz respeito à localidade onde estes eventos ocorrem. Ademais, por conter uma maior área de vegetação adensada, o Bosque dos Buritis concentra estes comportamentos nas margens dos caminhos ou trilhas.

Por falar em vegetação, o Parque Flamboyant tem maior predisposição às atividades relacionadas a piqueniques e comemorações por abranger amplas áreas de gramado e descampados. Talvez também seja por este motivo que as brincadeiras (jogos de bola, peteca, badminton e outros) ocorram com maior frequência.

Enquanto no Bosque dos Buritis o comércio irregular se mostra mais tradicional, com venda de pipoca, algodão-doce e balões, o Parque Flamboyant demonstra ser mais inovador, comercializando serviços relativos a passeios de quadriciclos para adultos, carrinhos motorizados para crianças e equipamentos para diversas práticas esportivas. Também é notável a presença de food trucks na orla oeste do Parque Flamboyant, comercializando desde sanduíches naturais até refeições mais elaboradas. Em contraposição, na orla leste, existe uma galeria com restaurantes e lanchonetes, representando o comércio formal. Esta disposição dos comércios, sejam eles regulares ou não, pode ser melhor representada por meio dos mapas que exprimem a sistematização deste comportamento (Fig. 43 e 44).



- ÁREA REPRESADA
- VEGETAÇÃO FORRAÇÃO
- VEGETAÇÃO ADENSADA
- PISTA DE CORRIDA E/OU CICLOVIA
- ENTORNO IMEDIATO
- COMÉRCIO REGULAR
- COMÉRCIO IRREGULAR

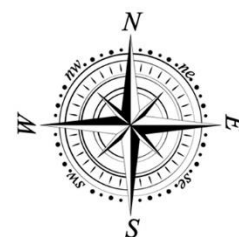
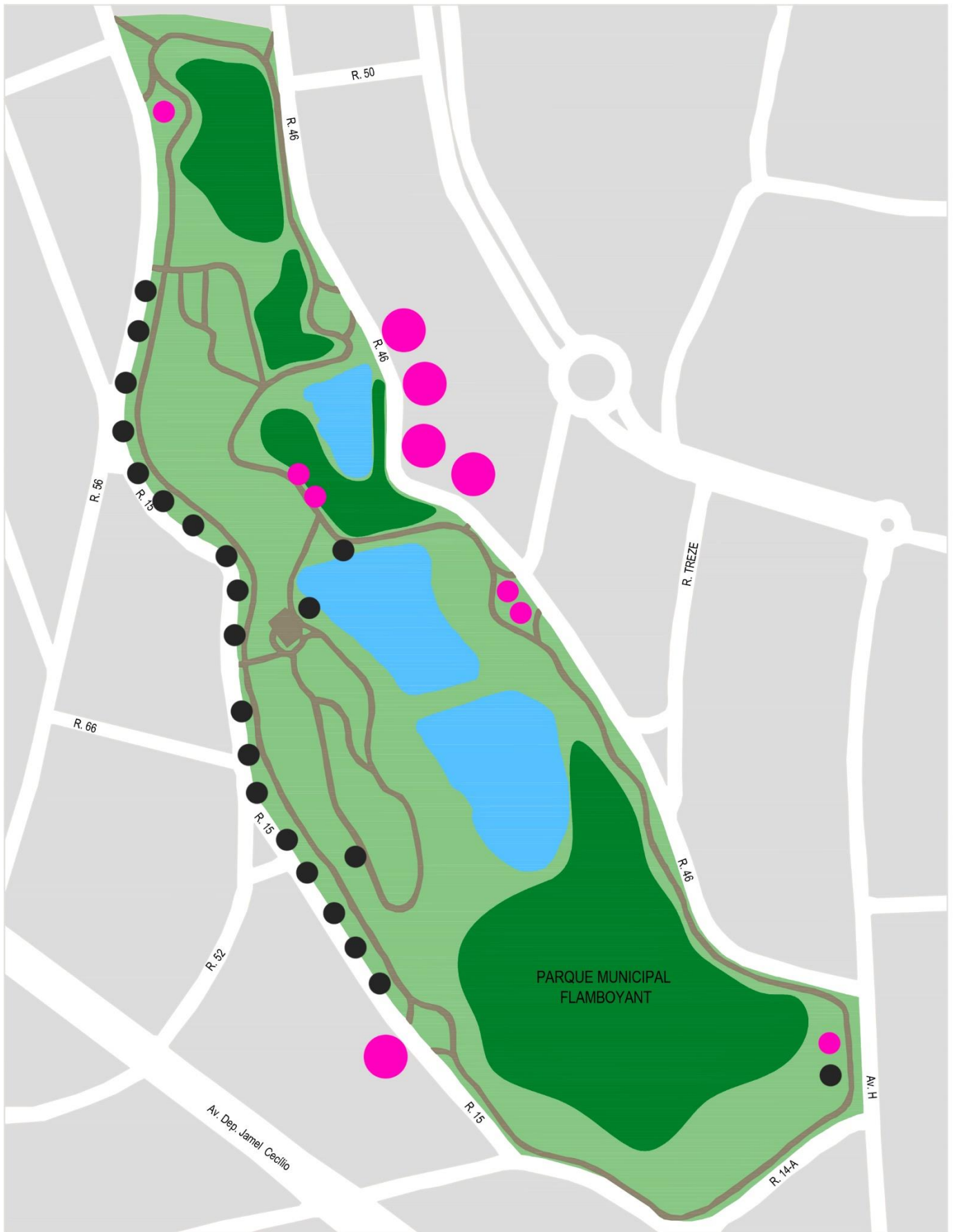









FIGURA 43 - MAPA COMÉRCIO BOSQUE DOS BURITIS. ELABORAÇÃO DO AUTOR (2017)



- | | |
|--|--|
|  ÁREA REPRESADA |  COMÉRCIO REGULAR |
|  VEGETAÇÃO FORRAÇÃO |  COMÉRCIO IRREGULAR |
|  VEGETAÇÃO ADENSADA | |
|  PISTA DE CORRIDA E/OU CICLOVIA | |
|  ENTORNO IMEDIATO | |

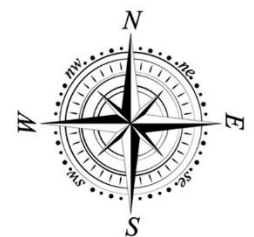


FIGURA 44 - MAPA COMÉRCIO BOSQUE DOS BURITIS. ELABORAÇÃO DO AUTOR (2017)

No tocante à prática de atividades físicas, como caminhadas, corridas, exercícios funcionais e com barras, tanto no Bosque quanto no Parque Flamboyant, estas atividades são majoritariamente posicionadas às margens do ambiente, sendo que ocasionalmente instalam-se grupos outros, buscando experienciar novos locais.

Evidencia-se que, em ambos os casos, o lago figura como um local de contemplação e descanso, onde é habitual verificar aglomerados de pessoas que se utilizam de toalhas para se estirar ao gramado e aproveitar o sol, ler livros, tocar músicas ao violão ou apenas aproveitar o passar do tempo. No desempenho destas atividades destaca-se o uso do relevo como um instrumento promotor de conforto onde é comum notar que alguns usuários aproveitam o declive do terreno para posicionar suas toalhas, obtendo mais comodidade ao deitar no gramado. (Fig. 45)

Figura 45: Observação do Parque Flamboyant, apropriação do relevo. 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



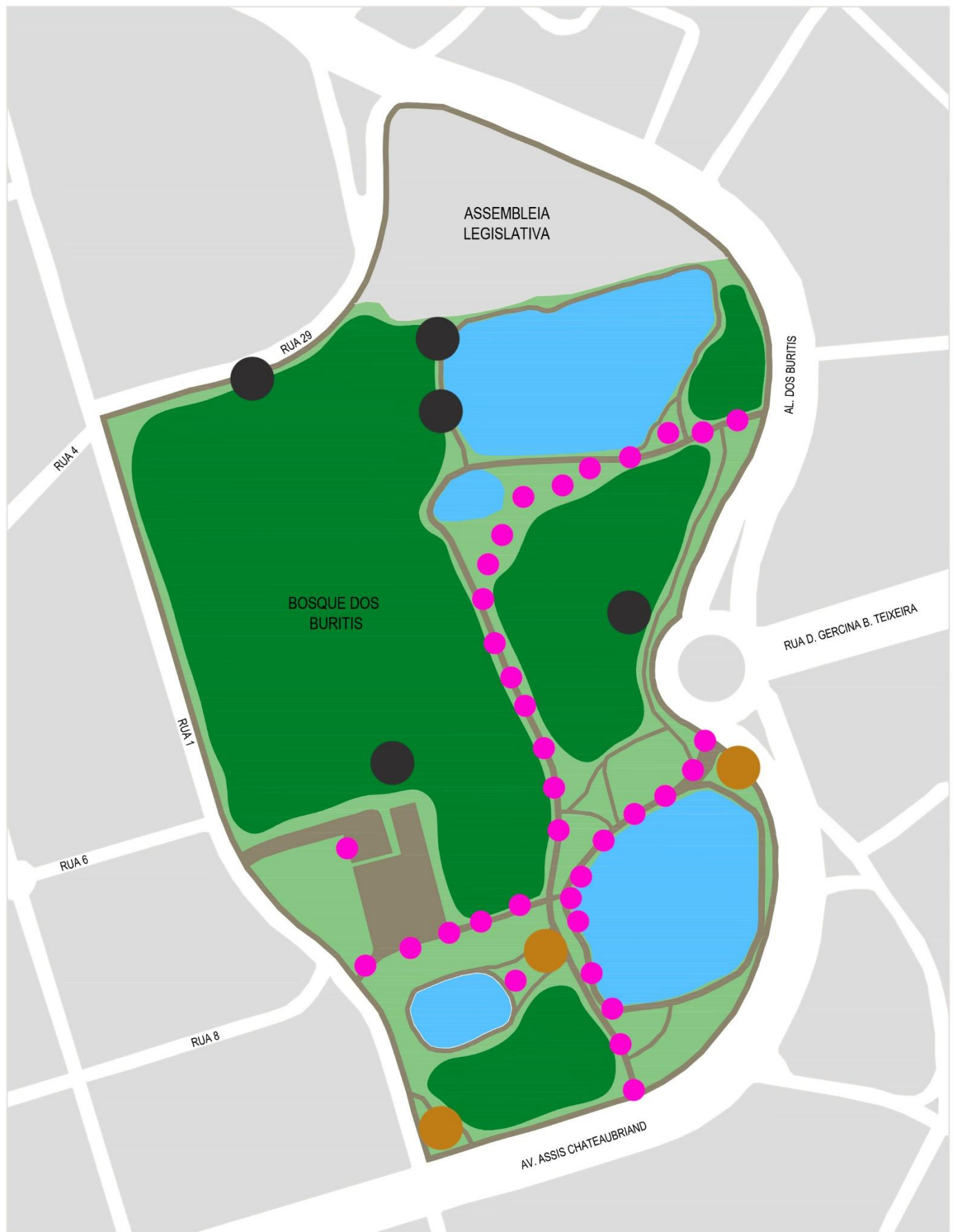
No que tange os encontros organizados, estes se relacionam com grupos que marcam eventos de médio e grande porte. Eles podem ser exemplificados por concertos ao ar livre, apresentações de teatro ou mesmo por encontros de motivações variadas, como grupos de proteção animal, fãs de desenhos animados, feiras gastronômicas, etc.

Percebe-se, por meio desta investigação, que a motivação para se frequentar o parque urbano é diversificada, fazendo com que cada indivíduo busque neste ambiente o que

lhe é mais conveniente. Todavia, é correto afirmar que os agrupamentos são formados quando o propósito é utilizar este espaço de modo similar. Existem aqueles que utilizam estes locais para a práticas de exercícios físicos, os que fazem festas, os que se apropriam da paisagem para fazer ensaios fotográficos, os que levam as crianças para brincar, etc. Deste mesmo modo, existem aqueles que não usufruem do parque urbano por não gostar, por morar longe, por não sentir pertencimento àquele ambiente ou não encontrar significado cultural naquilo.

Todos estes agrupamentos são formados por indivíduos que detêm algum aspecto em comum. Não obstante, é plausível cogitar que, assim como existem interações entre os usuários, gerando convivência e agregação social, é possível que alguns destes agrupamentos segreguem a outros por motivos diversos. Logo, busca-se compreender como ocorrem estes comportamentos sociais nos parques urbanos e, além disso, quais os lucros e prejuízos eles podem resultar. Neste intuito, formulam-se mapas indicando quais as regiões dos parques mais propícias para segregações não danosas, segregações danosas e agregações. (Fig. 46 e 47)

Os mapas que apontam as segregações e agregações foram formulados seguindo as mesmas premissas dos mapas comportamentais. Em um aspecto geral, as indicações de segregações danosas representadas no mapa apontam locais de venda de drogas, posições onde foram verificados furtos, roubos ou assaltos, prática de atos libidinosos e até mesmo prostituição. As indicações de segregações não danosas são representadas por espaços propícios a atividades em grupo, onde existe a opção dos usuários se relacionarem, mas optarem por não fazê-lo. As marcações de agregações indicam locais em que foram registradas interações entre frequentadores, estejam conformados em grupos ou não.



- | | |
|---|---|
| ● ÁREA REPRESADA | ● AGREGAÇÃO |
| ● VEGETAÇÃO FORRAÇÃO | ● SEGREGAÇÃO NÃO DANOSA |
| ● VEGETAÇÃO ADENSADA | ● SEGREGAÇÃO DANOSA |
| ● PISTA DE CORRIDA E/OU CICLOVIA | |
| ● ENTORNO IMEDIATO | |

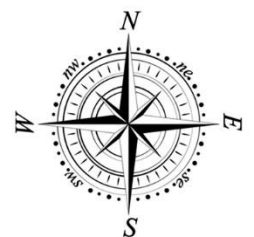
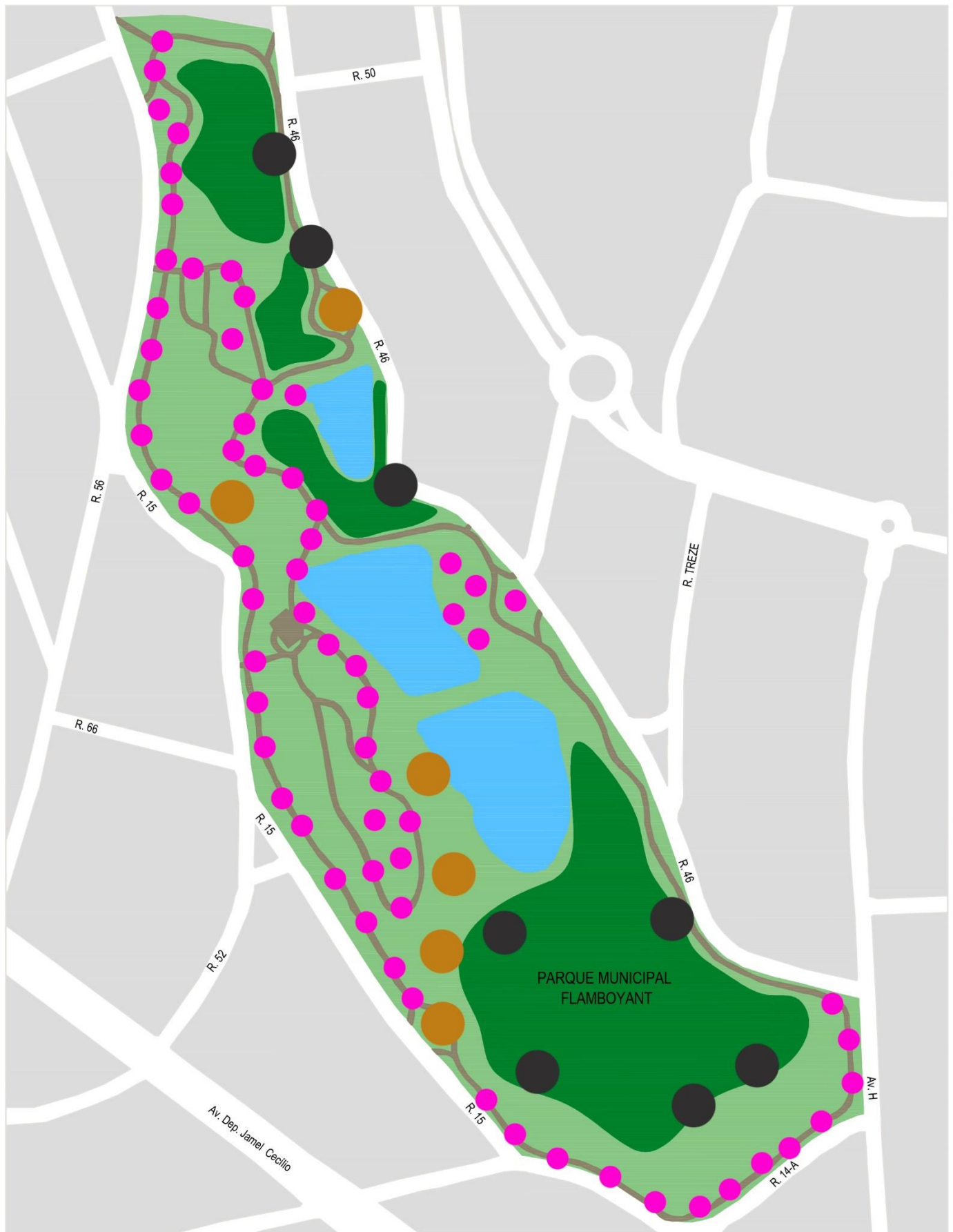








FIGURA 46- MAPA AGREGAÇÕES E SEGREGAÇÕES BOSQUE DOS BURITIS. ELABORAÇÃO DO AUTOR (2017)



- | | | | |
|---|--------------------------------|---|-----------------------|
|  | ÁREA REPRESADA |  | AGREGAÇÃO |
|  | VEGETAÇÃO FORRAÇÃO |  | SEGREGAÇÃO NÃO DANOSA |
|  | VEGETAÇÃO ADENSADA |  | SEGREGAÇÃO DANOSA |
|  | PISTA DE CORRIDA E/OU CICLOVIA | | |
|  | ENTORNO IMEDIATO | | |

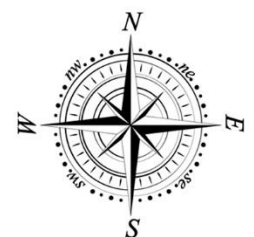


FIGURA 47 - MAPA AGREGAÇÕES E SEGREGAÇÕES PARQUE FLAMBOYANT. ELABORAÇÃO DO AUTOR (2017)



*Estratégias de Design em
Parques Urbanos*

Com o objetivo de conhecer melhor o funcionamento dos parques urbanos e assimilar como se dão as agregações e segregações nestes ambientes, é importante elencar uma conceituação do que é design e em que enquadramento esta atividade é útil. No que diz respeito à etimologia do vocábulo, Cardoso (2004) aponta que

A origem imediata da palavra está na língua inglesa, na qual o substantivo 'design' se refere tanto a ideia de plano, desígnio, intenção, quanto à de configuração, arranjo, estrutura (e não apenas de objetos de fabricação humana, pois é perfeitamente aceitável, em inglês, falar do design do universo ou de uma molécula). A origem mais remota da palavra está no latim 'designare', verbo que abrange ambos os sentidos, o de designar e o de desenhar. Percebe-se que do ponto de vista etimológico o termo já contém nas suas origens uma ambiguidade, uma tensão dinâmica entre um aspecto abstrato de conceber/projetar/atribuir e outro concreto de registrar/configurar/formar. (CARDOSO, 2004. p.14).

Philip Meggs (1998) afirma que após a época da Revolução Industrial houve uma sistematização dos modos de produção, dos bens de consumo, da estruturação metodológica para o desenvolvimento de projetos e, em consequência disto, dos

projetos de design. É neste período que o design toma moldes mais próximos dos atuais (MEGGS, 1998). No que diz respeito a este momento posterior a Revolução Industrial, Flusser (2007) se aprofunda afirmando que havia uma separação entre o mundo das artes e das máquinas,

Essa separação desastrosa começou a se tornar insustentável no final do século XIX. A palavra design entrou como uma espécie de ponte entre esses dois mundos [artes e máquinas]. E isso foi possível por que essa palavra exprime a conexão interna entre técnica e arte (FLUSSER, 2007. p. 183).

Em consonância aos pensamentos de Meggs (1998) e Flusser (2007), Davis (2008) aponta que, historicamente, o aperfeiçoamento de artefatos, ferramentas e técnicas, consomem intervenções no ambiente, como por exemplo, a materialização de objetos que facilitam a vivência do ser humano. A este respeito, o autor (2008) afirma que o design é uma espécie de mediador entre o relacionamento das pessoas e das atividades que elas exercem.

Diversos autores apontam o surgimento da Bauhaus, criada por Walter Gropius, como um marco relevante na história do design. Ao discorrer sobre este assunto, Bonsiepe (2010) aponta que uma das particularidades da lendária escola era a abordagem com relação ao ambiente humano, que pela primeira vez, era considerado um objeto de design em sua totalidade. Diante deste fato, o design passa a ser qualificado, ao longo de sua estruturação formal, como uma expertise transdisciplinar.

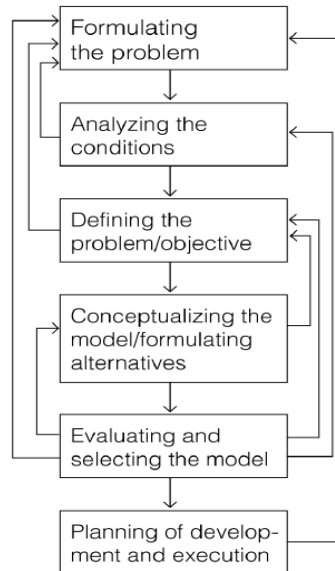
Designers e outros profissionais que lidam com a produção e modificação de espaços urbanos, processos e imagens estão à procura de novas formas de abordar a cultura como definida por valores conflitantes (FRASCARA, 2000. p. 120).

No que tange a esta transdisciplinaridade, é pertinente dizer que inúmeras áreas contribuem para o resultado dos estudos e projetos de design. Remetendo ao foco desta dissertação, que são os parques urbanos, indicam-se como áreas transdisciplinares a arquitetura, o urbanismo, a sociologia, a geografia, a botânica, o marketing e inúmeras outras.

Alguns autores tratam o design como uma ferramenta metodológica. A este respeito, traz-se para discussão Bernhard Bürdek, Bruno Munari, Miriam Gurgel e Inês Secca

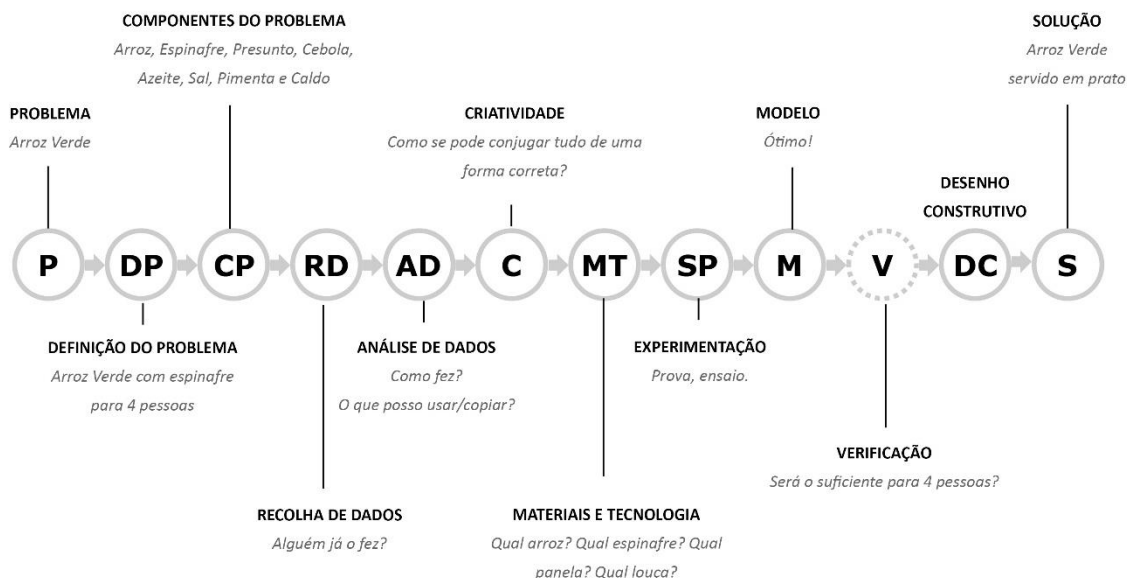
Ruivo. Bürdek (1975) elabora um modelo que esquematiza o processo de design (Fig. 48). Este modelo envolve diversas técnicas e métodos simples, funcionando como um sistema.

Fig. 48. Esquema metodológico de Design de Bürdek (1975)



Complementando as ideias de Bürdek, Bruno Munari (1981) aponta que o método projetual no design não é mais do que uma série de operações necessárias, organizadas de uma forma lógica e positivadas pela experimentação. Diante disso, ele formula uma metodologia que identifica e define tanto o problema, quanto seus respectivos limites, (Fig. 49).

Fig. 49. Esquema metodológico de Design de Bruno Munari (1981)



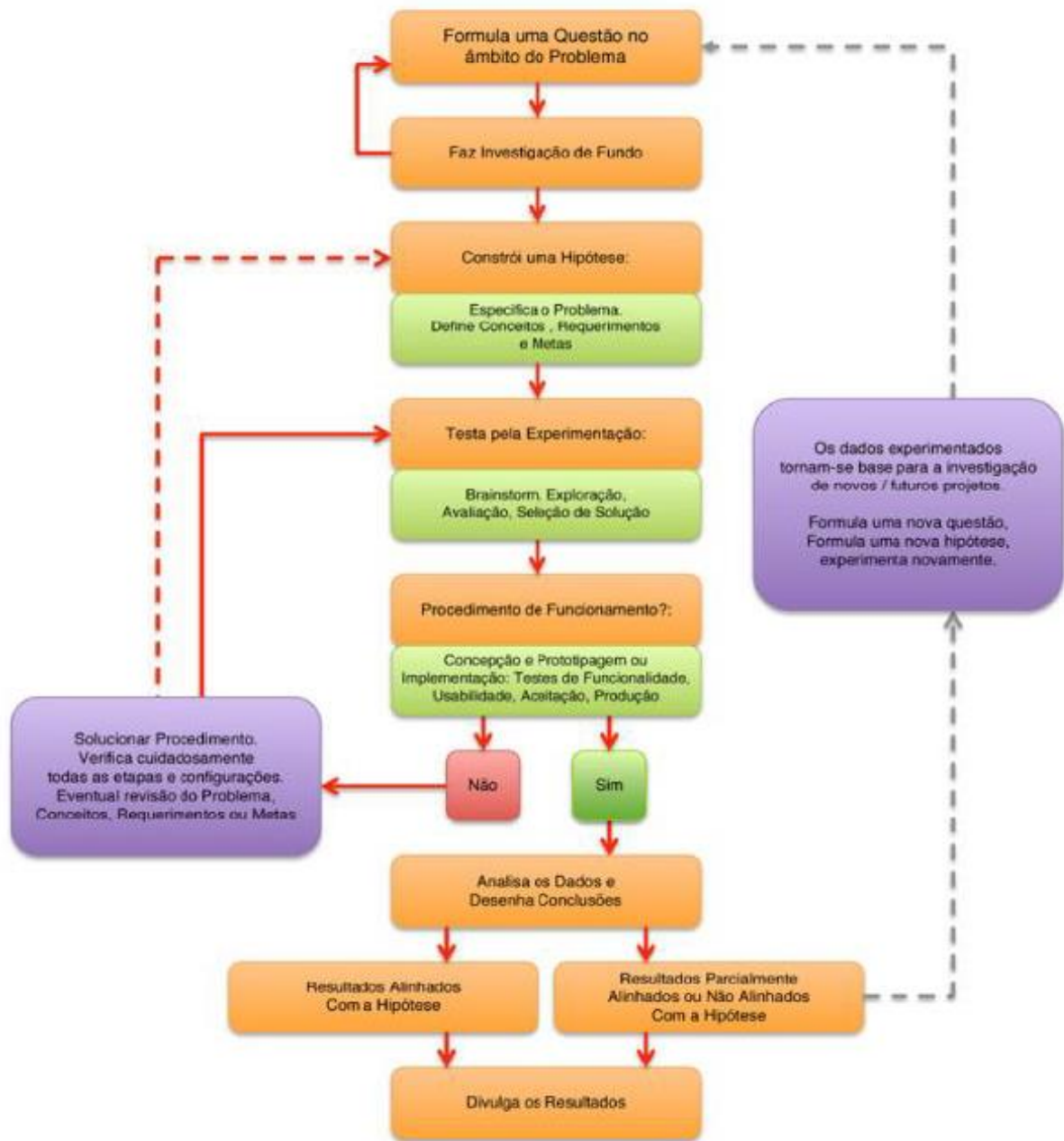
Para a arquiteta Míriam Gurgel (2008), o design voltado para ambientes construídos é, em um aspecto ampliado, um processo criativo que desfruta do espaço, das formas, linhas, texturas e padronagens, assim como da luz e das cores para atingir o desfecho de problemas e/ou cumprir metas específicas. Segundo a autora, esse processo criativo leva em consideração princípios básicos de equilíbrio, ritmo, harmonia, unidade, escala, proporção, contraste, ênfase, etc.

Os designers têm que adaptar suas ideias aos métodos produtivos existentes, levando em conta aquilo que as indústrias estão ou não aparelhadas a fazer; têm que analisar se os produtos cumprem sua função da melhor maneira possível; têm que examinar se são fáceis de manusear ou operar; e, por último, mas não menos importante, se são bonitos. Seu trabalho consiste em imaginar, criar e encontrar meios de construir novos objetos que sirvam ao ser humano (BORGES, 2003. p.16).

Para o diagnóstico de problemas e suas conseqüentes soluções, o esquema metodológico formulado por Inês Secca Ruivo (2010) (Fig. 50) defende uma bifurcação em duas vertentes, que são o método científico (indicado na cor laranja) e o método de design (indicado na cor verde). A autora aponta que esses processos podem se dividir em sub-métodos de caráter racional ou criativo.

Os sub-métodos racionais são definidos como as ponderáveis do design que atuam na concessão de elementos tecnológicos, funcionais e de preço, sendo estes os fatores que oferecem maior segurança às empresas ou instituições envolvidas. Os sub-métodos criativos são, por outro lado, definidos como os imponderáveis, como fatores que atuam nas questões relacionadas com a estética e com a emoção, constituindo-se como os que oferecem mais oportunidades de afirmação comercial do produto (SECCA RUIVO, 2010).

Fig. 50. Esquema metodológico em Design de Inês Secca Ruivo (2010)



O design também reside em objetos cotidianos e triviais existentes em praticamente todos os contextos da vida humana, o que não exclui os parques urbanos da contemporaneidade, materializando-se em forma de bancos, lixeiras, luminárias, quiosques, placas de sinalização, grades, revestimentos para o passeio público, estações de ginástica, bicicletários e até mesmo na vegetação ali implantada. Entretanto, estes artefatos não são dispostos aleatoriamente no espaço. Sua inserção geralmente é muito bem pensada, levando em consideração variáveis apontadas por profissionais de diversas disciplinas.

No que diz respeito à aplicação conceitual do design, Carmona et al, (2010) afirmam que ela atua nos espaços públicos, incluindo nos parques urbanos, em diversas dimensões, sendo que as mais importantes se categorizam em seis grupos, a saber: 01- dimensão morfológica, 02- dimensão perceptiva, 03- dimensão social, 04- dimensão visual, 05- dimensão funcional e 06- dimensão temporal.

Essas dimensões mostram que o design é capaz de atuar em cenários que estão além do plano material, propondo funções, ativando o convívio coletivo, criando pertencimento e conectando usos, pessoas e sentimentos. Baseado no diagnóstico e no apontamento de problemas existentes no Bosque dos Buritis e no Parque Flamboyant, elencou-se estratégias e caminhos para soluções fundamentadas nesta categorização elaborada por Carmona et al (2010).

3.1. Diagnóstico e Apontamento de Problemas

Segundo Pizzato (2013), os espaços de uso público, como as praças e parques, têm o caráter de uso coletivo e, neste ponto de vista, é importante se atentar às expectativas de seus usuários, que formam um grupo diverso e com necessidades específicas. Perante as visitas realizadas no Bosque dos Buritis e no Parque Flamboyant, diagnosticou-se que a dinâmica destes ambientes está diretamente relacionada, dentre outras vertentes, à sensação de insegurança e medo.

É possível notar que, a partir de um determinado horário, as pessoas abandonam o recinto temendo a marginalidade. Para Jacobs (2000), os horários de pouca visitação nos parques remetem ao vandalismo, além de influenciar a maneira que as vizinhanças agem sobre estes espaços. Geralmente, são nos períodos noturnos que atos libidinosos e de atentados ao pudor vêm à tona, assim como a venda de drogas e a prostituição. Configura-se, diante disto, um problema de segurança relacionado à uma segregação danosa.

Em alguns casos, é possível verificar que os projetistas responsáveis pelo design dos parques optam por cercar o espaço, na expectativa de aumentar a segurança do local. Entretanto Gregoletto et al (2013) mostram que a existência ou inexistência de

cercamento nos parques públicos não implica em um fator determinante para que a percepção de insegurança seja instituída. Os autores apontam que existem outras causas relacionadas a essa percepção, como por exemplo, o policiamento insuficiente, pouca iluminação, número insatisfatório de câmeras de segurança e até mesmo a quantidade de acessos e saídas do ambiente.

Os estudos de Marcus e Francis (1998), publicados pelo *Project for Public Space* (PPS, 2011), mostram que o êxito de um espaço público aberto está diretamente relacionado à quantidade, à tipologia e à qualidade das conexões existentes ao seu redor, sendo estes, fatores que facilitam ou dificultam o acesso do usuário em potencial.

Diante disto, afirma-se que parques que são utilizados intensamente apresentam maior grau de complexidade em seu design (JACOBS, 2000). Neste aspecto, esta complexidade representa as variadas razões pelas quais as pessoas frequentam este tipo de ambiente. Por exemplo, uma única pessoa pode ter inúmeras motivações: ler, jogar, correr, entrar em contato com a natureza, namorar, relaxar, etc. Se um parque se apresenta similar a outros, o uso criativo acaba sendo pouco estimulado, predispondo em seus usuários a perda do interesse em voltar outras vezes. Perante isto, a demasiada simplicidade nos projetos dos parques contemporâneos se torna um problema, fazendo com que o ambiente estabeleça poucas relações com o frequentador.

Complementando os pensamentos de Jacobs (2000), Nina Roberts (2014) mostra que os diferentes usos averiguados nos parques estão baseados em critérios como idade, sexo, etnia ou raça, renda, classe social e outros fatores. Além disso, existem barreiras físicas que interferem na usabilidade destes ambientes, como a distância a ser percorrida até chegar ao parque, o contexto de inserção social, a qualidade e quantidade de equipamentos existentes/disponíveis e estado de conservação do ambiente de um modo geral.

Outro aspecto relevante no funcionamento dos parques urbanos de Goiânia é a sazonalidade. No contexto desta pesquisa, o termo pode ser caracterizado pela variação do número de frequentadores em diferentes períodos. Por exemplo: nos finais de semana e feriados, especialmente ao entardecer, é possível verificar um grande número de visitantes nos parques, enquanto nos dias de semana, especialmente em horário

comercial, o número verificado cai drasticamente. A situação se torna mais discrepante quando se compara as frequências diurnas com as noturnas.

Um dos problemas que surgem em função da sazonalidade é a disponibilidade insuficiente de equipamentos urbanos, como bancos e lixeiras. Nos períodos em que o parque é subutilizado, eles são suficientes para o público frequentador; entretanto, nos períodos em que o parque recebe um número maior de visitantes, eles não acomodam o quantitativo de pessoas sentadas e não comportam o total de lixo produzido, resultando muitas vezes em desconforto ao visitante, que fica muito tempo em pé e sujeira espalhada pelo ambiente. (Fig. 51)

Figura 51: Lixo no Parque Flamboyant, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Nina Roberts (2014) afirma que, nas últimas duas décadas, os parques além de serem dotados de qualidades estéticas e serem locais de recreação, também passaram a desempenhar um papel importante na economia, desenvolvendo e melhorando a saúde pública, promovendo oportunidades de trabalho e sendo autossuficientes no uso de recursos naturais. Nas palavras da autora (2014, p.01), “os parques estão, indiscutivelmente, se tornando um componente essencial na formação do tecido social e na paisagem ecológica de centros urbanos” (tradução livre).

Entretanto, para que as relações sociais e a produção de cidadania sejam efetivadas, é necessário que exista diálogo entre a infraestrutura ofertada pelos parques e a cultura

local. Em se tratando dos mobiliários e equipamentos urbanos dos parques de Goiânia, por exemplo, nota-se uma homogeneização do design destes elementos, muitas vezes sendo inseridos de maneira desconexa, tanto funcional quanto esteticamente. Ainda que estes parques busquem um caráter sustentável, essa uniformização tem provocado, em alguns casos, um estranhamento nos usuários, gerando uma não identificação emocional com o local e, por consequência, menos interação e maior rejeição. Na concepção de Dijon de Moraes (2010)

É importante dizer que a visão sistêmica aplicada ao design para a sustentabilidade contempla também o âmbito socioambiental; dessa forma o território é considerado como modelo de referência que une o social com o ambiente geográfico local (DE MORAES, 2010. p.152)

Nota-se que, no Bosque dos Buritis e no Parque Flamboyant, os equipamentos urbanos fazem parte de uma única família de design que também é aplicada aos demais parques da região metropolitana de Goiânia. A homogeneização faz com que esses parques se tornem similares, se distanciando de elementos simbólicos da cultura local. As imagens abaixo (Fig. 52, 53 e 54), exemplificam, através das placas de sinalização, que essa similaridade se concretiza por meio da utilização dos mesmos materiais, formas e paleta de cores.

Figuras 52, 53 e 54: Padronização dos equipamentos urbanos na sinalização do Bosque dos Buritis (52) em relação à sinalização do Parque Flamboyant (53 e 54), 2017.

Fonte: Acervo do autor (2017).



Em se tratando da qualidade dos equipamentos urbanos presentes nos parques, percebe-se que os materiais utilizados são, em sua grande maioria, deterioráveis. A

maior parte das peças de sinalização é confeccionada com estrutura de madeira e alumínio, sobreposto por uma camada de plástico com as informações impressas. Em várias visitas foram notadas placas danificadas, conforme registrado nas imagens a seguir (Fig.55 e 56). O mesmo problema de escolha de materiais se repete na fabricação de bancos, pórticos e quiosques, gerando a necessidade de reposições e manutenções constantes.

Figuras 55 e 56: Equipamentos urbanos deteriorados - Parque Flamboyant, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Outras tipologias de mobiliário também costumam apresentar problemas. No Bosque dos Buritis, por exemplo, grande parte das luminárias ou refletores localizados nas trilhas não funcionam. (Fig. 57)

Figura 57: Previsão de instalação de luminárias – Bosque dos Buritis, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



A vegetação escolhida para ornamentação nos parques estabelece pouca relação com o bioma local, porque, em sua grande maioria, é originária de outras regiões. Muitas vezes são implantadas seguindo um padrão estético paisagístico de outros locais, como as que apresentam maior contato com a Mata Atlântica (AMMA, 2015).

Por falar em questões ecológicas e geográficas, levantamentos realizados pela AMMA (2015) mostram que o Parque Flamboyant se localiza em uma região de nascente e com o lençol freático bastante próximo ao solo. Esse fator ambiental, associado à exploração imobiliária na região do bairro Jardim Goiás, causa uma série de problemas relacionados à manutenção das vias, uma vez que a massa asfáltica é frequentemente rompida, gerando buracos e, por conseguinte, trânsito.

Além disso, atualmente (2018), a orla do Parque Flamboyant está totalmente circundada por prédios de alturas diversas (Fig. 58 e 59). Na concepção de Garcia (1996), esta categoria de aglomeração de condomínios verticais diminui o fluxo de ventos, gerando bolsões de calor, além de formar sombreamento no interior do parque durante o início da manhã e no final da tarde.

Figuras 58 e 59: Aglomerado de condomínios verticais – Parque Flamboyant, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Aproveitando esta abordagem ecológica, destaca-se que a região Centro-Oeste se situa em meio ao cerrado. Uma das principais características deste bioma é a presença de duas estações bem definidas, uma chuvosa e uma seca. O período chuvoso acontece entre outubro e março, enquanto o período de seca vai de meados de abril até final de setembro (COUTINHO, 2000).

Essa variação de umidade entre os períodos chuvosos e de seca influencia diretamente no funcionamento dos parques. Nota-se que, durante os meses de pouca umidade, a vegetação fica com aparência amarelada, além disso, produz-se uma fina camada de terra solta no chão, aumentando a poeira que flutua na atmosfera. Isso faz com que os frequentadores evitem se sentar ou deitar nos gramados. Por mais que os lagos contenham fontes e aspersores de água e funcionem como um mecanismo de controle de umidade, não existem equipamentos de irrigação para os gramados e para as espécies ornamentais. Provavelmente, este conjunto de situações faz com que o nível de frequência diminua, conforme apontado nas tabelas que indicam as visitas aos locais.

Além dos problemas elencados, observa-se ainda a pouca atenção do poder público na preservação da tradição e da memória material (patrimônio histórico e vegetação natural), e uma quase inexistência de elementos inovadores da forma e na função dos parques urbanos. Em face a estes apontamentos, é viável elencar estratégias e caminhos que culminem na sugestão de soluções para alguns dos problemas apontados.

3.2. Estratégias e Caminhos Para Soluções

Na concepção de Gobster (2002), a tarefa de planejar parques urbanos é desafiadora. Ofertar um espaço que tenha variedade de atividades, uma boa infraestrutura e que atenda a pessoas com diferentes interesses é só uma parte da equação. O autor (2002) afirma que, enquanto os programas tradicionais incluem e incrementam basicamente atividades relacionadas à prática de esportes, aulas de exercícios, piqueniques, etc., o design é capaz de gerar programas radicais e não tradicionais, que promovem o envolvimento de usuários em diferentes backgrounds. Isso é essencial para gerar significado, pertencimento e enriquecimento nas experiências que ocorrem nos parques. É baseado nestes programas não tradicionais e na classificação dimensional da atuação do design sugerida por Carmona et al (2010) que surgem as estratégias recomendadas nesta dissertação.

Dimensão Morfológica:

Carmona et al (2010) mostra que a dimensão morfológica se refere ao modo que o design atua nos aspectos físicos do ambiente. Nesta perspectiva, a fase de instituição do espaço em si é um momento de grande importância. O projeto inicial dos parques urbanos contemporâneos demanda cuidado, visto que traz inúmeras consequências para o entorno. Consequências estas que podem entrar em conflito com os interesses dos moradores ou, ao contrário e mais provável, ocasionar melhoria na qualidade de vida (FORSYTH e MUSACCHIO, 2005).

Na concepção de Forsyth e Musacchio (2005), o traçado do parque é importante pois é na definição das linhas iniciais que são estabelecidos alguns pontos primordiais como áreas de preservação ambiental, áreas de represa, áreas para prática de atividades físicas e formas de acesso ao ambiente. Neste quesito, indica-se que o termo 'acesso' não se refere apenas ao ato de entrar e sair do parque, mas também aos meios ofertados para tal.

No tocante às áreas de vegetação, Mascaró (2008) recomenda que os parques tenham cerca de dois terços de áreas sombreadas, seja por árvores ou pela oferta de espaços cobertos, como quiosques, gazebos e pérgolas. O mesmo autor (2008) sugere que espaços escondidos à vista ou isolados são mais propícios para atos ilegais ou questionáveis. Trata-se, nesta instância, da permeabilidade visual como uma estratégia capaz de controlar alguns problemas relativos à segurança e prática de atos libidinosos.

Diretrizes relacionadas à morfologia do espaço são fundamentais, posto que são capazes de direcionar o primeiro contato com o visitante/frequentedor a algo agradável, além instituir uma relação de bem-estar e confiança.

Dimensão Perceptiva:

O design atua em dimensões perceptivas a partir do instante em que se tem um observador/frequentedor envolvido (CARMONA et al. 2010). A dimensão perceptiva está relacionada ao modo com que os frequentadores captam os estímulos oferecidos pelo ambiente e, em detrimento a isto, quais respostas se desencadeiam.

Estabelecer componentes que se relacionam com o *background* histórico do local e buscar elementos simbólicos, ajuda a tornar essas percepções mais potentes e variadas. No caso da cidade de Goiânia, os elementos simbólicos atuais podem ser representados por marcos arquitetônicos, vegetações características, comidas típicas, tradições da cultura caipira e sertaneja, dentre inúmeras outras (Fig. 60).

Figura 60: Referencial simbólico da cultura local, 2017.
Fonte: Acervo do autor (2017).



Estes elementos simbólicos podem ainda, estar relacionados a histórias mais específicas, ou até mesmo, se tornarem um tema para o ambiente. Casos em que a memória se torna o tema para a construção de um ambiente costumam obter grande sucesso, como ocorrido no *High Line Park* em Nova Iorque. O *High Line* é um parque localizado em Manhattan, implantado em uma linha férrea desabilitada e tem

aproximadamente 2,5km de extensão. Ele se tornou popular por sua infraestrutura, por resgatar a memória local e por reportar esta memória à uma identidade contemporânea (Fig. 61, 62 e 63).

Figuras 61, 62 e 63: Identidade *High Line Park* - Nova Iorque.
Fonte: *The High Line* - Adaptado pelo autor. (2016)



Estes tipos de estratégias trazem pertencimento e territorialidade aos parques públicos. Porém, para que essa identidade seja difundida, são necessárias políticas, planos de marketing e programas de difusão que mostrem os valores embutidos a estes ambientes. Neste aspecto, a atuação do design na dimensão social mostra-se de grande valia.

Dimensão Social:

Conforme já foi dito, a organização formal de ambientes públicos, como os parques urbanos, é capaz de ditar o ritmo nas interações sociais do local. A dimensão social leva em consideração a quantidade e qualidade das interações entre usuários (CARMONA et al, 2010).

Roberts & Rao (2014) exemplificam o poder desta dimensão através de programas financiados por entidades privadas nos Estados Unidos. O *Shape Up New York*, por exemplo, é um programa financiado por uma associação de empresas, que fornece zonas com aparelhos de ginástica e aulas de atividades físicas nos parques de Nova Iorque. O *San Francisco Bay Area* faz algo similar, entretanto, seu foco é aumentar a sociabilização de frequentadores acima dos 50 anos, através de atividades diversificadas nas praias e em outros espaços públicos da região.

Neste caso, a colaboração entre associações e empresas privadas, se torna um caminho interessante na promoção de fundos e meios para tornar os parques públicos mais

agradáveis, incrementando programas capazes de aumentar a produção de cidadania. Neste ínterim, destaca-se também a parceria com escolas, faculdades e outros tipos de empresa, no aspecto de realizar atividades ao ar livre (ROBERTS & RAO, 2014).

Ainda sob o aspecto da sociabilização, destaca-se que o lazer e o turismo são aliados poderosos. Alguns autores apontam que as atividades realizadas no tempo livre caracterizam o lazer (DUMAZEDIER, 2000). Em contrapartida a isto, Marcellino (1999), Gomes (2008) e Domenico de Mais (2000) concordam que o lazer é um estilo de vida, justificando que lazer e trabalho estabelecem uma relação de dualidade e não faz sentido separar um do outro.

Ademais, o turismo é um meio de transgredir as barreiras físicas do ambiente, associando, principalmente, identidade, funcionamento e beleza. Os parques urbanos localizados em regiões nobres de Goiânia podem ser apontados como pontos turísticos e, em muitos casos, lançam mão de parcerias com empresas privadas que apostam na divulgação de tais ambientes. Autores como Bluter (2004) e Gândara (2008) ressaltam que o marketing é uma ferramenta essencial para que um local se estabeleça como um ponto turístico. Relacionado a isto, destaca-se a família de mobiliários urbanos implantada em Curitiba no ano de 2003, composta por cerca de vinte e duas peças. Assinada pelo Arquiteto Manoel Coelho, esta linha de mobiliário se tornou um símbolo da capital Paranaense, sendo as estações de ônibus em forma de tubo um destaque turístico (Fig. 64).

Figura 64: Estação Tubo – Curitiba.
Fonte: Google - Adaptado pelo autor. (2016)



Salienta-se que alguns elementos instalados nos parques urbanos são capazes de gerar maior sociabilidade que outros. Quadras esportivas, estações de ginástica e bancos, por exemplo, incitam maior interação entre os usuários (CARMONA et al, 2010). Todavia, modelos diferentes manifestam graus distintos de interação. Os bancos tradicionais, por exemplo, dispõem os utilizadores linearmente. Existem modelos capazes de acomodar seus usuários de tal forma que sua interação seja facilitada. É o caso dos bancos criados pelo arquiteto Toyo Ito, responsável pelo projeto da Mideateca de Sendai, cujos modelos apresentam os assentos dispostos circularmente produzindo um formato de quebra-cabeças (Fig. 65 e 66).

Figuras 65 e 66: Design Bancos – Mideateca de Sendai. Autor: Toyo Ito.
Fonte: Google - Adaptado pelo autor. 2017



Destas estratégias, afloram soluções para alguns tipos de segregações sociais, visto que podem aproximar pessoas que, mesmo fisicamente próximas, estão mentalmente distantes. Além disso, tendem a tornar o ambiente mais agradável, confortável e visualmente polido. Por este prisma, o design se faz valer por sua atuação em uma dimensão visual.

Dimensão Visual:

No design, a dimensão visual é conformada a partir de preferências e apreciações estéticas. Na abordagem de Carmona et al (2010), a estética vai além das atribuições de feio ou belo, visto que estes conceitos são variáveis diante da percepção de cada indivíduo. Os autores mostram que, diferentemente dos julgamentos de beleza, a inovação é um fator primordial da atuação da dimensão visual, visto que, na maioria das vezes, o inédito ganha mais força ao captar a atenção do usuário frequentador.

Neste aspecto, a instauração de museus a céu aberto ou a disposição de peças de artes ao ar livre se transformam em uma estratégia potente. Obtém-se através da arte, em especial das artes interativas, uma relação mais profunda com o frequentador, ampliando o leque de estímulos ofertados ao usuário (MARCUS E FRANCIS, 1998)

O Departamento de Parques e Recreações de Nova Iorque (*New York City Department of Parks & Recreation*) desfruta de um programa que intermedeia a relação de grupos que produzem arte com os espaços públicos e parques. Este programa, nomeado de *Art In The Park*, promove exposições ao ar livre em diversos parques da cidade (Fig. 67).

Figura 67: Exposição de arte da artista Ai Weiei (*Gilded Cage, Good Fences Make Good Neighbors*). **Central Park**, Manhattan. New York. 2017.

Fonte: *NYCParks official website* - Adaptado pelo autor. 2017

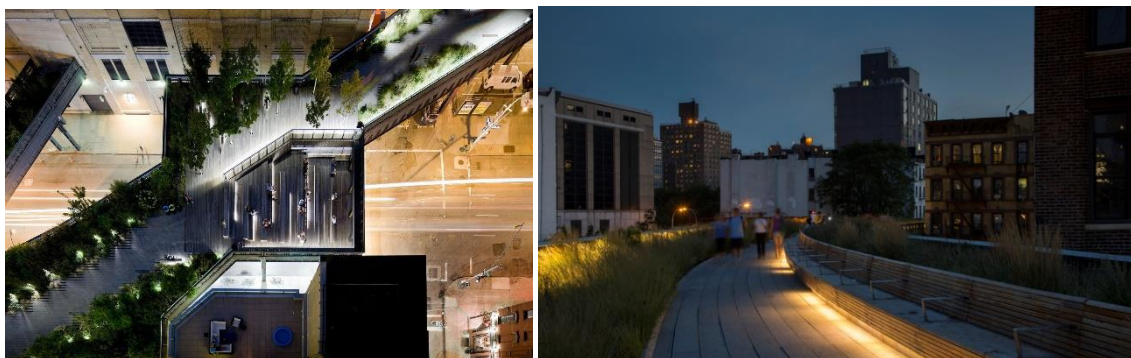


Incentivar a arte urbana nos ambientes dos parques é uma forma de gerar estímulos, produzir elementos simbólicos e criar uma identidade territorial. Além disto, a inovação pode ser aplicada em outros aspectos seguindo esta mesma linha de raciocínio, como nos mobiliários urbanos, por exemplo.

De um modo geral, as famílias de mobiliários dispostas tanto nos parques adotados como estudo de caso, quanto nos outros parques da região metropolitana de Goiânia, são tradicionalistas. São peças que, na grande maioria das vezes, não representam

simbolicamente a cidade, não estabelecem uma relação de bem-estar e confiança, além de não causar surpresa no usuário. Uma outra estratégia é lançar mão de mobiliários potentes e híbridos. Neste contexto, o hibridismo se refere à capacidade de um móvel assumir diversas funções em uma mesma forma (Fig. 68 e 69).

Figuras 68 e 69: *High Line Park* – Luzes como elemento de sinalização.
Fonte: *The High Line* - adaptado pelo autor. 2017



Transformar estes mobiliários em elementos de potencialidade pode despertar a atenção dos usuários, estimulando novos usos criativos, causando novas sensações e promovendo pertencimento.

Utilizando-se desta estratégia, o *City Hall Park*, em Viena, apresenta como uma de suas marcas, a instalação de redes no caule das árvores durante o verão. Certamente isto estimula o uso do parque e gera sensação de surpresa nos frequentadores (Fig. 70 e 71).

Figuras 70 e 71: *City Hall Park Viena* – Redes durante o verão.
Fonte: Google - Adaptado pelo autor. 2017



As estratégias relativas à dimensão visual ofertam além de melhoramentos visuais. São capazes de formular ambientes com beleza e alma.

Dimensão Funcional:

A dimensão funcional prevê, conforme o próprio nome informa, aspectos relacionados às dinâmicas do ambiente. Na concepção de Carmona et al (2010), são estas dinâmicas que configuram a rotina do espaço, estabelecendo comportamentos e tarefas específicas. O horário de funcionamento de um parque é um exemplo de uma das dinâmicas primordiais a serem definidas pela dimensão funcional.

Sabe-se que alguns parques regulam o acesso de frequentadores. Normalmente este controle ocorre no período da noite e tem a finalidade de diminuir o vandalismo e a prática de atos duvidosos. Mota (2012) mostra que, durante alguns anos, o Bosque dos Bunitis funcionou cumprindo estas regras, onde os portões do local eram fechados durante a noite e voltavam a ser abertos ao amanhecer. Na concepção da autora (2012), a dinâmica de 'portas fechadas' é ineficiente no controle de maus comportamentos, visto que torna o ambiente mais vulnerável e propício a tais atos devido à baixa frequência. Na atualidade (2018), os portões do recinto ficam abertos 24 horas por dia reafirmando que o estímulo à frequência noturna pode ser uma estratégia que promove mais segurança no local.

Indica-se que um aspecto que deve ser previsto no funcionamento dos parques públicos é a prestação de serviço por conta de equipes qualificadas a cuidar do frequentador em eventuais necessidades. Roberts & Rao (2014) afirmam que essas equipes devem ser diversificadas, bem informadas e preparadas para situações diversas e extremas.

No que se refere à infraestrutura dos parques contemporâneos, afirma-se que ela deve promover a amenização das barreiras culturais. Um exemplo dessa medida é a inserção de placas e mapas do território com tradução em outros idiomas, bem como contar com uma equipe capacitada para orientar os frequentadores estrangeiros (ROBERTS & RAO, 2014).

Roberts & Rao (2014) recomendam que, para atingir um público variado, o marketing dos parques urbanos precisa ser direto e conciso. Eles exemplificam que a promoção de eventos, como sessões de cinema ao ar livre, shows, apresentações de teatro e orquestras (Fig. 72), são medidas que atraem uma plateia diversificada, tornando o local mais vivo e dinâmico.

Figura 72: Apresentação Osquestra Filarmônica de Goiás no Parque Flamboyant (2017)
Fonte: Acervo do autor (2017).



Perante isto, para que haja uma programação diversificada, é importante prever infraestrutura capaz de abarcar grandes multidões. Neste aspecto, ressalta-se que é indispensável lançar mão das tecnologias atuais, como redes de wi-fi gratuita, sistema de segurança eficaz, policiamento e um sistema de avaliação constante.

Dimensão Temporal:

A dimensão temporal se refere ao design na transposição de gerações e renovação de ciclos (CARMONA et al, 2010). Conforme já foi mencionado, o design sofre evoluções constantes e, na maioria das vezes, essas evoluções ocorrem na intenção de proporcionar o aprimoramento de experiências agradáveis. Diante deste olhar, o resgate de memórias é uma forma de trazer relações mais potentes entre o território e o homem.

Conforme esclarecido por Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva é aquela instituída em uma esfera comunitária. Ela se estabelece através da história local, sendo transferida de gerações em gerações, relacionando-se com o espaço físico ou até mesmo com fatos e emoções. As memórias são mais do que tradições: elas são capazes

de instaurar aconchego e bem-estar. Neste íterim, os parques urbanos devem ser moldados respeitando as memórias coletivas locais.

Em contrapartida a este prisma de preservação existe a necessidade de conceber inovações. Os ambientes públicos contemporâneos desfrutam de novidades como meio de atrair frequentadores e, diante desta contradição, é necessário achar um meio termo que proteja a memória coletiva e que, ao mesmo tempo, alavanque inovações e tragam novos frequentadores aos parques urbanos.

A longevidade estilística surge, neste contexto, como um meio de conciliação. Ela deve ser compreendida como uma estratégia capaz de fazer com que os ambientes se mantenham atrativos e atuais pelo maior período possível, respeitando os costumes e histórias locais. Isso faz com que os frequentadores se sintam conectados e familiarizados com o ambiente mesmo com o decorrer dos tempos.

Vale ainda ressaltar que em muitos aspectos estas dimensões se encontram umas com as outras. Essas intersecções geram multiplicidade de intervenções, tornando a proposta de Carmona et al (2010) ainda mais acertada

3.3. Utopias e Designs Possíveis

Adriana Caúla (2008) mostra que as origens do vocábulo 'utopia' são incertas e variadas. Um dos primeiros registros formais da palavra ocorreu no dicionário Oxford de 1551. Na ocasião a palavra era definida como uma ilha imaginária descrita por Thomas More, onde vigoravam em perfeição os sistemas social, legal e político. Durante muitos séculos o vocábulo estabeleceu uma relação direta com discursos políticos e geográficos. Atualmente, alguns dicionários apontam como sinônimos da palavra: ilusão, abstração, ideologia, mito, irrealizável e etc.

Tendo presente à amplificação do conceito de utopia nos dias atuais, os parques urbanos são locais de sociabilidade que, em salvas exceções, são regidos pelo governo, caracterizando-se a partir de tal premissa como um espaço público. O papel das entidades governamentais é administrar as múltiplas dimensões destes ambientes a fim de conciliar os âmbitos social, legal e político, ainda que o caráter dessa gestão seja atingir uma utopia.

Neste aspecto, os parques públicos se mostram utópicos ao estabelecer como objetivo a inexistência de segregações danosas ou não danosas em suas dependências. As percepções ambientais destes locais dificilmente são totalmente previstas em um programa arquitetônico. Neste enfoque, vale afirmar que as possibilidades de agregações entre seus frequentadores tomam uma proporção praticamente infinita.

É por isso que a projeção por cenários pode contribuir na identificação de soluções para os problemas dos parques contemporâneos. Na concepção de Paulo Reys (2015), o design se vale da previsão de cenários para antecipar soluções de questões que ainda não vieram à tona.

Quando se pensa em um território projetado, logo nos vem à mente uma imagem de território em uma situação à frente temporalmente. Essa imagem é a expressão de uma narrativa sobre o território que se manifesta através de um desejo, de um sonho, marcado pela expressão 'e se fosse...'. Mas esse desejo não é sonhado por uma, mas por uma série de imagens que se sobrepõe até construir algo incomum. (REYS, 2015. p.89)

O autor (2015) mostra que as metodologias de projeção convencionais nem sempre são capazes de preencher todos os vazios gerados pela complexidade das necessidades contemporâneas e que estas metodologias precisam ser revisadas.

É preciso dar um novo sentido para o projeto. É preciso projetar o projeto. É preciso sair do operacional para que a mente construa novos sentidos que alastrem e nos permitam pensar o projeto não apenas como uma dicotomia entre o problema e a solução entre o problema e a solução possível. É preciso sonhar o possível. É preciso sonhar o projeto. É preciso projetar um território sonhado, pois o projeto não é preciso. (REYS, 2015. p.89)

Diante da discussão proposta por este trabalho, afirma-se que o objetivo não reside em atingir utopias, mas utilizá-las como inspirações para criar melhorias. Exemplifica-se isto, por meio da proposição de interligação de parques através de vias, fazendo uso de praças como ambientes de conexão (Fig. 73). Na imagem, as manchas verdes indicam parques e praças existentes, enquanto as manchas em cor-de-rosa apontam uma sugestão de caminhos a serem transformados em vias-parque. Esta tipologia de conexões pode diminuir problemas relacionados a acessos e pode transformar as vias públicas em locais mais atrativos e fomentar viagens a pé (GHIEL, 2015).

Figura 73: Interligações Parques e Praças – Goiânia, 2017.
Fonte: Google Earth – Adaptado pelo autor (2017).



Cita-se como modelo similar a esta proposta, a transformação do Parque Linear *Cheonggyecheon*, em Seul, que se transformou de uma pista de veículos em um local de permanência para pedestres. (Fig. 74 e 75).

Figuras 74 e 75: Parque Linear Cheonggyecheon - Seul.
Fonte: Revista AU – Adaptado pelo autor (2017).



Alguns dos resultados desta interferência foi a diminuição do trânsito na região, valorização das residências do entorno e até mesmo a forma das pessoas se relacionarem, trazendo mais convívio e sociabilidade para os arredores.

Outro design possível de ser aplicado é inserir no ambiente equipamentos que fazem fotografias (Fig. 76 e 77). A designer Tânia Alexandre Pereira (2017) propõe, através do seu trabalho, a construção de um totem capaz de registrar momentos. Neste aspecto, a fotografia tem o papel de gerar interação entre frequentador e ambiente, registrando

momentos que fortificam as relações entre o usuário e o território, transformando-se em marketing que pode inclusive gerar melhorias para o turismo da região.

Figuras 76 e 77: Simulação de totens fotográficos. Produto criado por Tânia Alexandre Pereira
Fonte: Dissertação de Mestrado: Design Interativo nas Cidades – Adaptado pelo autor (2017).



Esses exemplos mostram que a potencialidade do design é iminente e plausível de ser aplicada nas dimensões elencadas por Carmona et al (2010), além disso, vale-se das reflexões acerca dos limites entre o que é possível e utópico para construir cenários de design com potência e propósito.

A poesia está sempre nos limites das coisas. Nos limites do que pode ser dito, do que pode ser escrito, do que pode ser visto e mesmo do que pode ser pensado, sentido e entendido. Viver nos limites significa frequentemente ao poeta viver para lá daquilo que podemos estar preparados para aceitar como possível (MELO E CASTRO, 1996. p.14)

Perante este contexto de limites e poesias, afirma-se que projetos potentes são possíveis, desde que seu processo envolva identidade, propósito, coragem e valor (Fig. 78). Neste aspecto, os parques urbanos ideais contemplam em altos índices as dimensões categorizadas por Carmona et al (2010). Distante do contexto social, ao se falar da configuração física dos parques, é possível inferir que muitas melhorias podem ser feitas. Ressalta-se, neste enquadramento, a responsabilidade dos profissionais projetistas de espaços públicos que interferem na paisagem, como com a concepção de parques urbanos contemporâneos.


Figura 78: Designs Possíveis, 2018.
Fonte: Google – Adaptado pelo autor (2018).



Deduz-se, perante estas reflexões acerca das utopias e dos designs possíveis, que a simulação de cenários proposta por Paulo Reys (2015) remete a soluções relativas ao pertencimento territorial e à usabilidade do local, gerando mais do que bem-estar e função, mas também potencialidade e longevidade.



Considerações Finais



Tanto o parque urbano contemporâneo quanto o design que nele atua estão envolvidos em grossas camadas de complexidade. Talvez seja a existência dessa complexidade que faça com que as visitas a estes ambientes se tornem tão poéticas e remetam, em sua grande maioria, a momentos agradáveis e memórias de grande estima. É irrefutável admitir que essas estruturas citadinas se encontram em contínua evolução. Estas constantes transformações, sejam culturais, sociais ou econômicas, imprimem paulatinamente, novas dinâmicas a estes espaços (MACEDO, 1998).

Assim como existe fluidez nos comportamentos dos frequentadores dos parques, também existe espontaneidade nas metamorfoses destes lugares. Isso mostra que o sistema é aberto e que as perguntas não serão integralmente respondidas. O que se deve ser feito é trilhar caminhos e experimentar possibilidades, lançando mão de estratégias e metodologias que sejam capazes de transformar estes espaços, tanto física quanto socialmente.

O levantamento de informações realizado no Bosque dos Buritis e no Parque Flamboyant possibilitou identificar problemas, potencialidades e sugerir caminhos e soluções. Um dos caminhos identificados aponta que os projetistas precisam conhecer melhor as metodologias ofertadas pelo design, a fim de fazer uso adequado destas ferramentas e, conseqüentemente, obter melhores resultados. O design possui vertentes incríveis e que são capazes de potencializar a produção de cidadania e sociabilidade nos espaços urbanos. Para tanto, é imprescindível que seu uso seja justo, alinhando mais do que funcionalidade e estética. É necessário que haja, dentre outras coisas, pertencimento, empatia, afinidade e sentimento.

A análise cuidadosa da paisagem, relacionada ao design e aos sujeitos usuários dos parques, concedem uma compreensão mais ampla sobre as ideologias e contradições presentes nestes ambientes. As informações levantadas mostram que as agregações e segregações notadas são influenciadas pela configuração física do espaço. Entretanto, os dados coletados não são suficientes para dizer quais os níveis destas influências. Além disso, é inconclusivo afirmar que as segregações danosas observadas são motivadas exclusivamente pelo espaço.

Ao passo em que esta falta de profundidade veio à tona, criou-se a necessidade de identificar e sugerir estratégias capazes de potencializar a configuração do parque urbano como um todo. Estas estratégias foram elencadas na intenção de mostrar que, mesmo sendo ambientes ricos e capazes de cumprir seus papéis, os parques contemporâneos têm muito mais a oferecer.

É importante reafirmar que a adoção de critérios para projeção de parques urbanos deve ser mais bem pensada. A categorização da atuação do design na paisagem urbana sugerida por Carmona et al (2010), revela que, em muitos aspectos, tanto o Bosque dos Buritis quanto o Parque Flamboyant podem desempenhar muitas outras funções e se vestir de inúmeras outras camadas de complexidade. Tudo isto em prol de melhorias e resultados mais expressivos.

Em síntese, seguindo estudos relativos ao design, arquitetura, urbanismo e adjacências, foram sugeridas estratégias a serem aplicadas se acordo com as dimensões propostas por Carmona et al (2010), conforme apresenta-se na tabela abaixo (Tabela 09).

QUADRO DE AÇÕES ESTRATÉGIAS DE DESIGN (tabela 09)

Morfológica:	Pensar na instituição espacial inicial do parque;
	Projetar parques abertos ou com grande número de acessos;
	Planejar parques fáceis de serem acessados – como chegar até ao parque?
	Inserir vegetação local no paisagismo;
	Prever 2/3 de áreas sombreadas;
Perceptiva:	Adotar elementos simbólicos;
	Desenvolver uma identidade visual única para cada parque;
	Pensar no usuário como receptor de estímulos e no ambiente como emissor;
Social:	Firmar colaboração com a iniciativa privada;
	Estabelecer parceria com instituições como escolas e faculdades;
	Incentivar o turismo e o lazer;
	Potencializar elementos de sociabilização;
Visual:	Captar a atenção do usuário com inovação e arte;
	Utilizar mobiliários híbridos;
	Escolher materiais condizentes e duráveis;
	Cuidar da permeabilidade visual;
Funcional:	Pensar na dinâmica geral do ambiente;
	Ter equipe bem informada e capacitada;
	Alcançar múltiplos usos e programação diversificada;
	Evitar barreiras linguísticas e culturais;
	Contar com marketing para atingir diversos tipos de audiência;
	Alinhar tecnologias ao funcionamento dos parques;
	Criar um programa de avaliação constante;
Temporal:	Considerar a memória coletiva;
	Atentar para longevidade estilística.

Diante destas sugestões, conclui-se que as estratégias são caminhos possíveis de serem contemplados. A grande questão é fazer com que as peças deste imenso quebra-cabeça estejam posicionadas corretamente. Para isto, a colaboração precisa vir de sentidos múltiplos e há de se considerar todas as possibilidades, mesmo aquelas provenientes de vertentes radicais e utópicas.

Destaca-se que, mesmo não obtendo afirmações absolutas diante dos casos estudos, a pesquisa se faz relevante por registrar fragmentos do cenário do Bosque dos Buritis e do Parque Municipal Flamboyant durante os anos de 2016, 2017 e inícios de 2018. Estes registros se referem não apenas ao contexto físico dos parques, mas também o enquadramento social, trazendo apontamentos acerca das atividades realizadas nas dependências destes ambientes, conformando diante de tal ótica, uma etnografia dos parques. Além disso, vale ressaltar que essa pesquisa reafirma a importância dos parques urbanos como locais de sociabilização, de produção de bem-estar e cidadania.

No que diz respeito à escala deste estudo, afirma-se que a contextualização desta pesquisa, contrastando dois parques da região metropolitana, se mostrou acertada. As estratégias sugeridas são amplamente aplicáveis em outros parques de regiões periféricas. Além do mais, o Bosque dos Buritis e o Parque Flamboyant abriram possibilidades tais que podem ser aplicadas, inclusive, nos grandes parques da região metropolitana e até mesmo de outras cidades brasileiras.

O delineamento dos mapas que contextualizam os comportamentos sociais no Bosque dos Buritis e no Parque Flamboyant também são frutos positivos da pesquisa, visto que registram espacialmente fragmentos de comportamentos sociais circunscritos durante período de visitas *in loco*.

No que concerne aos desdobramentos desta pesquisa, aponta-se que outros estudos precisam ser delineados para atingir resultados mais expressivos. Embora tenha se observado o comportamento social no Bosque dos Buritis e no Parque Flamboyant, é significativo descobrir quais são os perfis de usuários destes ambientes e como eles enxergam estes locais. Para isto, aponta-se como um desdobramento futuro, uma pesquisa mais profunda e com maior contato com estes frequentadores.

Por fim, aponta-se que a apropriação de espaços públicos, como parques urbanos, é uma constante de grande relevância na contemporaneidade. É diante desta vertente que esta dissertação contribui na qualificação destes ambientes, planejando o desenvolvimento socio-espacial e apontando um trabalho sincrônico entre arquitetura e design.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente. **Relatório Histórico Parques de Goiânia**, 2015.
- AMARAL, C. V. L. **Planos de Goiânia: a construção da cidade moderna na perspectiva urbanística**. In: CAIXETA, E. M. M. P.; ROMEIRO, B. (Org.) *Interloquções na arquitetura moderna no Brasil: o caso de Goiânia e de outras modernidades*. Goiânia: Editora UFG, 2015.
- ANDERY, M. A. P. A., & SÉRIO, T. M. de A. P. **Comportamento Social**. In: GUILHARDI, H. J. & AGUIRRE, N. C. (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição – Vol. 18*. Santo André: ESETEC, 2006.
- ARRAIS, T. P. A. **Goiânia: As Imagens da Cidade e a Produção do Urbano**. Goiânia: Alternativa, 2001
- ASCHER, François. **Os Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BADAN, R. C.; BIANCO, E. **Design Metacriativo: Análise de uma estratégia radical no cenário brasileiro**. In: *Anais do 11º P&D Design*. Gramado, Rio Grande do Sul. 2014
- BAUMAN, Z. **A Sociedade Individualizada**. Editora Zahar, Rio de Janeiro. 2009.
- BAUMAN, Z. **Confiança e Medo na Cidade**. Editora Zahar, Rio de Janeiro. 2009.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Editora Zahar, Rio de Janeiro. 2009.
- BESTETTI, M. L. T. **Ambiência: Espaço físico e Comportamento**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 2014.
- BORJA, J. MUXÍ, Z. **El Espacio Público: Ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.
- BONSIEPE, Gui. (1965) **Educação para Design Visual**. In BIERUT, Michael; HELFAND, Jessica; HELER, Steven; POYNOR, Rick (orgs). *Textos clássicos do design gráfico*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- BORGES, Adélia. **Designer não é Personal Trainer e Outros Escritos**. 2ª edição. São Paulo. Edições Rosari. 2003
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- BRESCIANI, M. S. As sete portas da cidade. Espaço e Debates. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo: NERU, 1991.
- CAIXETA, E. M. M. P.; ARRUDA, A, M, V. **Goiânia e Angélica: duas cidades modernas no Centro-Oeste**. Porto Alegre: ENANPARQ, 2016.
- CARDOSO, Rafael. **Uma Introdução à História do Design**. 2ª edição. São Paulo: Editora Blcher. 2004
- CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naif. 2012.
- CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- CARMONA, M.; TIESDELL, S.; HEATH, T.; OC, Taner. **Public Places – Urban Spaces: The dimension of urban design**. 2nd Ed. Oxford Universit, UK. 2010.
- CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- CASTRO, I. E. De. **Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política**. São Paulo: Contexto (Coleção Turismo), 2002.

- CAÚLA, A. **Trilogia das Utopias Urbanas: Urbanismo, hq's e cinema**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2008.
- CONWAY, H. **Parks and People: the social function**. In: WOULDSTRA, J.; FIELDHOUSE, K. The Regeneration of Public Parks. Londres: E & FN Spon, 2000.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 1995.
- CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (org.). **Apresentando Leituras Sobre Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Revista Geografia Cultural, EdUERJ, 1998.
- COSTA, E. M. **Elementos de Mobiliário e os Caminhos nos Parques Urbanos: Análise de Critérios de Projeto de Paisagismo do Estudo de Caso Bosque dos Buritis, Goiânia – Goiás**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília. Brasília. 2016.
- COUTINHO, L. M. **O Bioma Cerrado: Eugen Warming e o Cerrado Brasileiro**. Editora Unesp, São Paulo. 2000
- CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DAHER, T. **O Projeto Original de Goiânia**. In: Dossiê Cidades Planejadas na Hinterlândia. Revista UFG, Goiânia, ano XI, nº 6, 2009.
- DAMATTA, R. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DANNA, M. F. MATOS, M.A. **Aprendendo a Observar**. São Paulo: EDICON, 2006.
- DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. Tradução Auripebo Berance Simões, Maria da Graça Lustosa; revisão técnica Antônio Gomes Pena. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- DAVIS, Meredith. (2008). **Why do we Need Doctoral Study in Design?** International Journal of Design.
- DE MASI, D. **O ócio criativo**. Sextante, São Paulo, 2000.
- DE MORAES, D. **Metaprojeto: o design do design**. Blucher. São Paulo, 2010.
- FERNANDES, A. M. C. P. **Arquitetura e sombreamento: parâmetros para a região climática de Goiânia**. Dissertação de mestrado pelo programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura – PROPARG, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Rio Grande do Sul, 2007.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 8.ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.
- FERREIRA, A. R. **A Compreensão do Lazer no Planejamento Urbano de Goiânia: Aproximações históricas**. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas. Campinas, 2003.
- FLUSSER, Vilém. **O Mundo Codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Cosac Naify. 2007
- FORSYTH, A.; MUSACCHIO, L. R. **Designing Small Parks: a manual for addressing social and ecological concern**. New York: John Wiley & Sons. 2005.
- FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder – Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FROTA, J. A. D. CAIXETA, E. M. M. P. **Um Urbanismo Pendular. Goiânia: entre a monumentalidade do urbanismo acadêmico francês e a escala doméstica da tradição da Cidade Jardim**. In: Anais do XII Seminário SHCU – A circulação das ideias na construção da cidade: uma via de mão dupla. Porto Alegre, 2012, p.1-9.
- GARCIA, F. S. **O city marketing de Curitiba: cultura e comunicação na construção da imagem urbana**. In: DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. (Org.). Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, Universidade de São Carlos, 1996.

- GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GOBSTER, P. **Managing Urban Parks for a racially and ethnically diverse clientele**. *Leisure Sciences*, 24, 2002.
- GOMES, C. L. **Lazer e Descanso**. In: Seminário Lazer em Debate. USP, São Paulo, 2008
- GOMES, P. C. da C. **A Condição Urbana. Ensaio de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- GREGOLETTO, D; BOCHI, T. C; COSTA DA SILVA, F; REIS, T. **Existência e Inexistência de Cercamento, Segurança e Acessibilidade de Parques Urbanos**. ARQUISUR Revista Nº3. 2013.
- GUEDES, J. B. **Design no urbano: metodologia de análise visual de equipamentos no meio urbano**. Tese de doutorado da Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2005.
- GURGEL, Miriam. **Projetando Espaços: design de interiores**. Editora Senac, São Paulo, 2009.
- GUZZO, P. **Estudos dos Espaços Livres de Uso Público e da Cobertura Vegetal em Área Urbana da Cidade de Ribeirão Preto SP**. Dissertação de Mestrado em Geociências, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1999.
- HETZBERGUER, H. **Projeto e Cidade – Ensaio Académico**. 1999.
- JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martin Fontes. 2000.
- LAFER, C. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: A contribuição de Hannah Arendt**. Estudos Avançados, v. 11, n. 30, São Paulo, maio/ago. 1997. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40141997000200005&script=sci_arttext>
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2007.
- LEITE, R. P. **Localizando o Espaço Público: Gentrification e cultura urbana**, in: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 83 ,2008, p.35-54.
- LIMA, M. **Percepção Visual Aplicada a Arquitetura e Iluminação**; São Paulo: Ciência Moderna, 2010.
- LIMA SILVA, M.; BADAN, R. C. **Sensorialidade e Comportamento Social em Parque Urbanos – Mapeamento Comportamental do Parque Flamboyant**. Seminário Nacional – Pensando o Projeto, Pensando a Cidade 2016: Goiânia, GO. Anais do Seminário Nacional: 21 a 23 setembro – Goiânia. UFG. 2016.
- LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. **Áreas Verdes Públicas Urbanas: conceitos, usos e funções**. Ambiência. Guarapuava, 2009.
- LYNCH, K. (1960). **A Imagem da Cidade**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- MACEDO, S. S. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Quapá. 1999.
- MANTOVANI, W. **Atlas Seminário Internacional Parque urbanos e Meio Ambiente – desafios de uso**. USP. 2005, p. 125-176.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: Uma introdução**. Campinas, SP. 1999
- MARCELLINO, N. C. et al. **Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana: O caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba, Paraná. Opus, 2007

- MARCUS, C. C.; FRANCIS, C. **People Places: design guidelines for urban open space**. 2nd Ed. California, 1998.
- MASCARÓ, J. L. (Org.). **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre: +4 Editora. 2008.
- MEGGS, Philip B. **A History of Graphic Design**. 3ª edição. New York: John Wiley & Sonn Inc. 1998.
- MELAZO, G. C. **Percepção Ambiental e Educação Ambiental: Uma relação sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço**. Olhares e Trilhas. Uberlândia. 2005
- MONTEIRO, P. M. **Sobre o Espaço Público – Uma abordagem inicial de conceitos**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, UFRJ. (2005).
- MOTA, A. F. R. **Bosque dos Buritis: Um estudo do espaço público de Goiânia**. 1º Congresso Internacional. Espaços Públicos, 2012.
- MYANAKI, Jacqueline. **A paisagem no Ensino de Geografia: uma estratégia didática a partir da arte**. Dissertação Mestrado em Geografia – Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- OKAMOTO, J. **Percepção Ambiental e Comportamento – Visão Holística da percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação**. São Paulo. 1999.
- PALLASMAA, J. **Os Olhos da Pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- PENERAI, P. **Análise Urbana**. Brasília, Editora Universidade de Brasília. 2006
- PENERAI, P. CASTEX, J. DEPAULE, J. **Formas Urbanas – A dissolução da quadra**. Bookman, 2013.
- PEREIRA, T. A. **Design Interativo nas Cidades: Um contributo para a partilha de memórias através da fotografia analógica**. Dissertação de Mestrado em Design Industrial da Universidade de Évora, Portugal. 2017.
- PINHEIRO, J. Q. ELALI, G. A. & FERNANDES, O. S. **Observando a Interação Pessoa-ambiente: Vestígios ambientais e mapeamento comportamental**. In: J. Q. Pinheiro & H. Günther (Eds.), *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- PINSKY, J. **História da Cidadania**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.) 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- PIZZATO, G. **Design e emoção na utilização do mobiliário urbano em espaços públicos**. Tese (Doutorado em Engenharia), Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- POLLETTE, M. **Paisagem: Uma reflexão sobre um amplo conceito**. In Revista Turismo – Visão e Ação. Itajaí, SC, N. 3, Ano 2 – p. 83-94 abr/set-1999.
- PRADO, D. A. R. **Parque Municipal Flamboyant – Apropriações e Usos para Lazer**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Instituto de Ciências Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.
- REYS, P. **Projeto por cenários: o território em foco**. Editora Sulina. Porto Alegre, 2015.
- RHEINGANTZ, P. A. e EMERY, O. L. **Para Evitar a Construção de Uma Paisagem Sonora Autista, é Preciso Saber Ouvir a Arquitetura**, *Arquitextos* (ano 02). Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/861>. Acesso em Setembro/2016.
- RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado, 2002.

- ROBERTS, Nina S. & RAO, T. **The Modern Urban Park: Access and Programming - Where have we been, where shall we go?** San Francisco State University, San Francisco, CA. 2014
- ROSA, A. M. A. T. **Dinâmica do Setor Jardim Goiás no Olhar dos Sujeitos.** In: CAVALCANTI, L. S; MORAIS, E. M. B. (org). A cidade e seus sujeitos. Goiânia: Ed. Vieira, 2011.
- RYBCZYNSKI, W. **Casa – Pequena História de Uma Idéia.** Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SANTOS, C. N. F. (coordenador) e VOGEL, Arno. **Quando a Rua Vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.
- SANTOS, M. (1997) **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SCHMID A. L. **A Ideia de Conforto. Reflexões sobre o ambiente construído.** Curitiba: Pacto Ambiental; 2005.
- SIMMEL, Georg (2005), **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito**, *Mana*, 11, Consultado em 06/12/2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010
- SOMMER, R. SOMMER, B. B. **Behavioral Mapping.** In: R. Sommer e B. B. Sommer, A practical Guide to Behavioral Research – Tools and techniques. New York: 3rd ed. Oxford University Press. 1997.
- STROPPA, S. B. **A Influência Norte Americana Nos Sistemas de Áreas Verdes do Urbanista Francisco Prestes Maia.** Revista eletrônica paisagens em debate. FAU-USP. Nº 05. 2007.
- TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1983
- VELHO, O. G. **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.
- WALL, E. & WATERMAN, T. **Desenho Urbano – Fundamentos de paisagismo.** Porto Alegre. Bookman, 2012.
- ZUMTHOR, P. **Atmosferas. Entornos Arquitetônicos – As coisas ao meu redor.** Barcelona. GG. 2006.
- GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Org). **Métodos de Pesquisa /** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SITES VISITADOS

Agência Municipal do Meio Ambiente Goiânia – AMMA. Disponível em:
<http://www.goiania.go.gov.br/html/amma/> Acessado em: 05, 06 e 07 e Junho de 2017.

Google Earth. Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-PT/earth/> Acessado em: 12 de Junho de 2017.

Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps> Acessado em: 25 de Maio de 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=520870> Acessado em: 21 de Abril de 2017.

NYC Parks. Art In The Park. Disponível em: <https://www.nycgovparks.org/art/>. Acessado em 15 de Outubro de 2017.

PPS - Project for Public Space: What Makes a Successful Place? Disponível em:
<http://www.pps.org/articles/grplacefeat>. Acesso em: 27 de Dezembro de 2017.

The High Line Park. Disponível em: <http://www.thehighline.org/> Acessado em: 26 de Janeiro de 2017.

Parque Linear Cheonggyecheon. Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/234/restauracao-do-cheonggyecheon-seul-coreia-do-sul-296126-1.aspx>. Acessado em: 25 de Novembro de 2017.